

PERIODICIDADE | TRIMESTRAL

 **JUL. AGO. SET**

ISSN 2595-2234

2018

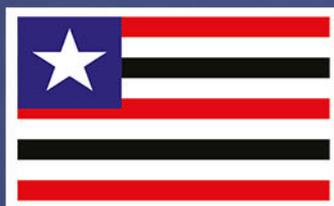
BO
LE
TIM
DE



IMESC

CONJUNTURA

ECONÔMICA MARANHENSE



**GOVERNO DO
MARANHÃO**

Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos
e Cartográficos

O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos.

WWW.IMESC.MA.GOV.BR

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Dionatan Silva Carvalho

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Carolina Araujo Quintanilha

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

COORDENAÇÃO

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

João Carlos Souza Marques

ELABORAÇÃO

João Carlos Souza Marques

Matheus Pereira Farias

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Renan Lessa da Costa

Talita de Sousa Nascimento

Victor Gomes Reis Teixeira

Aline de Avila Rocha

Anderson Nunes Silva

Carlos Eduardo Nascimento Campos

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Jainne Soares Coutinho

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

Gustavo Sampaio

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC. v. 6, n. 3 (jul./set. 2018). – São Luís: IMESC, 2018.

Trimestral

73 p.

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar ao público a terceira edição do Boletim Trimestral de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2018, referente ao terceiro trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas de curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das Economias Internacional, Nacional e, sobretudo, Maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do Cenário da Economia Internacional, a partir da dinâmica das principais Economias Avançadas e Emergentes. Na segunda parte, trata-se a Conjuntura Econômica Nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio, Endividamento, Crédito, Serviços e Inflação); Comércio Exterior (Balanço de Pagamentos, *Commodities* e Balança Comercial); Mercado de Trabalho (Formal e Informal) e Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da Economia Maranhense: O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores da Produção Agrícola, Financiamento Imobiliário, Comércio, Endividamento e Inadimplência, Serviços, Investimentos e Produto Interno Bruto Maranhense. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior; Mercado de Trabalho Estadual (Formal e Informal) e Municipal e, por fim, das Finanças Públicas Estaduais (Receitas e Despesas). Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABAC	Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios
ABECIP	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central Do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEF	Caixa Econômica Federal
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional de Municípios
COPOM	Comitê de Política Monetária
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DCL	Despesa Corrente Líquida
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DTP	Despesa Total com Pessoal
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Fecomércio/MA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIEMA	Federação das Indústrias do Maranhão
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação do Estado
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	Índice de Confiança do Empresário do Comércio Ludovicense
ICF	Índice de Confiança das Famílias
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NUCI	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PMC	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRT/PERT	Programa de Regularização Tributária
RCL	Receita Corrente Líquida
RERCT	Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária
RFB	Receita Federal do Brasil
SAF	Secretaria Estado de Agricultura Familiar
SAGRIMA	Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SECTI	Secretaria da Ciência Tecnologia e Inovação
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDUC	Secretaria da Educação
SEFAZ/MA	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão
SEINC	Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Energia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPLAN/MA	Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SFH	Sistema Financeiros de Habitação
SINFRA/MA	Secretaria de Estado da Infraestrutura do Maranhão
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/MA	Tribunal de Contas do Estado do Maranhão
TEGRAM	Terminal de Grãos do Maranhão
TUP	Terminal de Uso Privativo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
VA	Valor Agregado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %), entre o 1Tri/15 e o 2Tri/18 (com ajuste sazonal)	19
Tabela 2. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em ago/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e Acumulado em 12 Meses.....	21
Tabela 3. Brasil: Variação do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - abr/18 a jul/18 e acumulado em 12 meses (em %).....	23
Tabela 4. Brasil: Índice do Volume de Serviços por Atividades – jul/18 contra o Mês Anterior, Contra o mesmo mês do ano anterior, acumulado dos 12 Meses, acumulado do ano e pico histórico	27
Tabela 5. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2018* (US\$ milhões)	32
Tabela 6. Mundo: Cotação Internacional das Principais commodities negociadas no Brasil e Maranhão. Médias Anuais de 2016 até 2018* preços mensais de julho/17, dez/17, jun/18, jul/18; projeções para 2019 e 2019 e Crescimento (%)	34
Tabela 7. Brasil: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2018* valores em US\$ milhões e Variação em (%)	35
Tabela 8. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2018*, saldo em agosto** de 2017 e 2018; Variação Absoluta.....	37
Tabela 9. Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2017*, 2018*, ago/17 e ago/18, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até ago/18 - (R\$ milhões).....	39
Tabela 10. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA – 2017 e ago/2018.....	43
Tabela 11. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 (acumulado até agosto) e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%)	45
Tabela 12. Maranhão: Volume de vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado – Julho de 18..	46
Tabela 13. Maranhão: Pesquisa mensal de serviços, IBGE. (julho de 2018).....	51
Tabela 14. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022.....	52
Tabela 15. Maranhão: Investimentos em andamento e planejados para o Porto do Itaqui (R\$ milhões) - 2018 a 2022.....	53
Tabela 16. Maranhão: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%).....	60
Tabela 17. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados de 2016 até 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1000 toneladas) e Crescimento (%).....	61
Tabela 18. Maranhão: Importações Por Grandes Categorias Econômicas de 2017 até 2018*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)	62
Tabela 19. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%)	62
Tabela 20. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado de 2017 e 2018*; saldo mensal e variação absoluta.....	64
Tabela 21. Maranhão: Geração de emprego formal em 2016 a 2017, no acumulado de 2017 e 2018, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta	64

Tabela 22. Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 e 2017, e no segundo trimestre de 2017 e 2018, Variação Absoluta, taxa de crescimento (%) e participação (%)	66
Tabela 23. Maranhão: Ocupados por posições na ocupação e categorias de emprego em 2016 e 2017, e no segundo trimestre de 2017 e 2018, Variação Absoluta, taxa de crescimento (%) e participação (%)	67
Tabela 24. Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2018*	69
Tabela 25. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até ago/18), Cresc. (%), Variação Absoluta, Percentual de Trans. Correntes/Rec. Total, Rec. Trib./Rec. Total e ICMS/Rec. Tributárias – 2016 e 2017, ago/17 e ago/18.....	71
Tabela 26. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até ago/18) em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e Var. Absoluta - 2016, 2017, jul/17 e jul/18	72
Tabela 27. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até ago/18), Cresc. (%) de 2016, 2017, ago/17 e ago/18	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Mundo: Taxa de Crescimento (%) de Países Selecionados, Economias Emergentes, Economias Avançadas, União Européia e Mundo de 2017 e Projeções até 2021	12
Gráfico 2. Estados Unidos: Taxa de juros efetiva de ago/1954 a ago/2018	13
Gráfico 3. Brasil: Taxa de Investimento e Taxa de Poupança Bruta (em % PIB) 2Tri/00 a 2Tri/18	20
Gráfico 4. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial; Condições Atuais e Expectativas – set/10 a set/18.....	22
Gráfico 5. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada - ago/12 a ago/18.....	22
Gráfico 6. Brasil: Volume de Vendas do Varejo (%) – 1º semestre/2017 a 1º semestre/2018.....	24
Gráfico 7. Brasil: Endividamento das Famílias com o Sistema Financeiro Nacional, Exceto Crédito Habitacional em Relação à Renda Acumulada dos Últimos Doze Meses (%) - jan/17 a jun/18	25
Gráfico 8. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal - jul/11 a jul/18 – Base: 2014 = 100	26
Gráfico 9. Brasil: Índice de Confiança de Serviços e Índice da Situação Atual de Serviços, com ajuste sazonal - set/08 a set/18	28
Gráfico 10. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - ago/99 a ago/18.....	29
Gráfico 11. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados (jul/18, ago/18 e set/18) em % - out/18 a jan/25	31
Gráfico 12. Mundo: Evolução dos Preços Médios do Petróleo Brent Crude - julho/2000 a julho/2018	33
Gráfico 13. Mundo: Índice de Laspeyers para a cotação internacional das <i>commodities</i> metálicas (exceto metais preciosos) de julho/1980 a julho/2018. Base 2010=100 baseado no preço em Dólares (USA) nominais	35
Gráfico 14. Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões), e Taxa de Desocupação trimestral (%), de 2013 a 2018.....	37
Gráfico 15. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2017, 2018* e 2019**	40
Gráfico 16. Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB – ago/2002 a ago/2018	41
Gráfico 17. Maranhão: Evolução da arrecadação comércio de automóveis, camionetas e utilitários novos.....	46
Gráfico 18. Maranhão: Índice do Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado – dessazonalizado – (Número-Índice: 2014=100) – jun/04 a jun/18.....	47
Gráfico 19. São Luís: Evolução do principal tipo de dívida no comércio em São Luís.....	48
Gráfico 20. São Luís: Evolução dos demais tipos de dívidas no comércio	49
Gráfico 21. Brasil: Evolução dos juros das operações de crédito.....	50
Gráfico 22. Maranhão: Arrecadação Real (ICMS) do Setor de Transporte Rodoviário de Carga, Intermunicipal e Interestadual.....	51
Gráfico 23. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ milhões)	55
Gráfico 24. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2019	57
Gráfico 25. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019	58

Gráfico 26. Maranhão: Movimentação Portuária de ago/2000 até ago/2018. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas	59
Gráfico 27. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das pessoas na Força de Trabalho, por trimestres de 2012 a 2018, (em %)	65
Gráfico 28. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2018, inflac. pelo IPCA a preços de junho/18.....	68

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS.....	7
SUMÁRIO.....	9
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	10
1. CENÁRIO INTERNACIONAL.....	12
2. CENÁRIO NACIONAL.....	19
2.1. Nível de Atividades.....	19
2.1.1. Produto Interno Bruto.....	19
2.1.2. Produção Industrial.....	21
2.1.3. Comércio.....	23
2.1.4. Endividamento e Crédito.....	24
2.1.5. Serviços.....	25
2.1.6. Inflação.....	28
2.2. Comércio Exterior.....	32
2.2.1. Balanço de Pagamentos.....	32
2.2.2. Commodities.....	33
2.2.3. Balança Comercial.....	35
2.3. Mercado de Trabalho.....	36
2.4. Finanças Públicas.....	38
2.5. Como as despesas da proposta orçamentária já foram limitadas pelo teto de gastos, esse valor projetado com os leilões de petróleo não poderia ser usado para aumentar os gastos de 2019. Para que isso fosse possível, o próximo Presidente teria que fazer alterações nas regras do teto. Assim, a saída seria utilizar essa receita de natureza não recorrente para reduzir o déficit primário do Governo Central no próximo ano, que ficaria menor que 0,5% do PIB.....	42
3. CENÁRIO ESTADUAL.....	43
3.1. Nível de Atividades.....	43
3.1.1. Produção Agrícola.....	43
3.1.2. Financiamento Imobiliário.....	44
3.1.3. Comércio.....	45
3.1.4. Endividamento e Inadimplência.....	47
3.1.5. Serviços.....	50
3.1.6. Investimentos.....	52
3.1.7. Produto Interno Bruto.....	57
3.2. Comércio Exterior.....	59
3.2.1. Movimentação Portuária.....	59
3.2.2. Balança Comercial.....	60
3.3. Mercado de Trabalho.....	63
3.3.1. Municipal.....	68
3.4. Finanças Públicas.....	69
3.4.1. Receitas Estaduais.....	69
3.4.2. Despesas Estaduais.....	72

SUMÁRIO EXECUTIVO

Nos primeiros dias do Presidente Jair Bolsonaro, recém-eleito, suas declarações, os posicionamentos dos coordenadores da transição política (Onyx Lorenzoni – DEM/RS) e da transição econômica (Paulo Guedes), permitiram dissipar algumas incertezas a respeito do novo governo, assim como abriram um conjunto de questionamentos que geram novas incertezas. Alguns pontos importantes devem ser salientados, no exercício de construção de cenários para a economia brasileira e maranhense.

O presidente Jair Bolsonaro exibe perfil e discurso de cunho populista. Ao invés de moderar discursos, iniciou elegendo inimigos, partindo para o confronto direto, tais como o Jornal Folha de São Paulo, a TV Globo, o "Coitadismo", os "Ativismos", tendo até feito censura pública, nominalmente, a técnicos da Fundação João Pinheiro (conceituado Think Tank mineiro e formador de técnicos e gestores naquele estado), segundo ele, apoiadores dos modelo norte-coreano e cubano.

Seguindo por este caminho, será crucial para o presidente em exercício Jair Bolsonaro, que o país retome o mais rapidamente possível, a rota do crescimento econômico. A esperada ação organizada do Estado, através da aprovação de legislação (revogação do estatuto do desarmamento, exclusão de ilicitude policial, etc.) e a decorrente ampliação das ações de combate direto (territorial) contra o crime, caso ocorram em ambiente de estagnação econômica, farão rapidamente erodir o apoio popular e sua capacidade de impulsionar novas pautas no Congresso e no Judiciário. Como então reagirá o Presidente Jair Bolsonaro?

O provável superministro Paulo Guedes fez sinalizações importantes ao mercado financeiro, coerentes com o que se lê no Programa de Governo: A. aceleração das privatizações de ativos estratégicos estatais, tais como Petrobras (refino, transporte e varejo de combustíveis), Eletrobras (transmissão), negócios bancários e Portos. B. utilização dos recursos aí obtidos exclusivamente para a amortização da dívida pública; C. independência do Banco Central. D. Reforma tributária.

Analisados os 4 temas em conjunto, será muito difícil levar o país a uma efetiva retomada de crescimento econômico, capaz de reduzir a desocupação (oficial ou disfarçada), de mais de 28 milhões de brasileiros. A começar, pelo flagrante erro de diagnóstico: o problema central do Brasil é que o investimento agregado se encontra, ao final de 2018, quase 30% abaixo do patamar de 2014. Em virtude do insuficiente investimento público e privado, a infraestrutura do país vem se deteriorando de maneira flagrante, principalmente nos setores de transportes, de energia, infraestrutura urbana, entre outros.

Em situações como esta, ensinava Keynes, o investimento público tem papel fundamental para reduzir a capacidade ociosa, multiplicar renda e induzir e coordenar os investimentos do setor privado. Programas massivos de estímulo à construção civil, pela capilaridade e pela capacidade de gerar empregos e multiplicar renda são requeridos. Não há, até o momento, menção sobre isto, o que é bastante preocupante.

A aceleração do programa de privatizações deverá provocar euforia nos mercados financeiros, com forte entrada de capitais, levando à valorização do Real, e com diminutos reflexos, nos curto e médio prazos, na geração de empregos. Há, por outro lado, um provável obstáculo para a aceleração do programa de privatizações, uma vez setores priorizados fazem parte do que a Ideologia de Segurança Nacional, forte nas forças armadas, considera setores estratégicos da economia.

No que tange à utilização dos recursos aí obtidos exclusivamente para a amortização da dívida pública, podemos aprender com a experiência do 1º Governo Fernando Henrique Cardoso, quando os recursos da privatização da Telebrás (US\$ 100 bilhões) foram integralmente utilizados para o abatimento de dívida pública. O efeito das privatizações foi desprezível sobre o emprego e o crescimento, no biênio 1998/99.

Paulo Guedes defende a independência formal do BC e sinaliza convite ao economista Ilan Goldfajn, para continuar na presidência do órgão. Mas ameaça fazer venda massiva das reservas internacionais, o que constitui uma prerrogativa exclusiva do BC, sobre a qual, o ministro da Fazenda deve evitar se pronunciar. Ilan Goldfajn não deverá aceitar. E, persistindo neste caminho, deverá ser dificultada a aproximação com outros setores do empresariado.

Por fim, sobre a proposta de reforma tributária defendida por Paulo Guedes: simulações mostram que a mesma seria regressiva (concentrando e não distribuindo renda) e redundaria em redução da carga tributária, o que poderia agravar a situação fiscal do país. Particularmente delicada é tal questão, uma vez que simulações analisadas pelo Grupo de Conjuntura do IMESC, apontam, caso aprovada a proposta, a redução na arrecadação total do Imposto de Renda, o que acarretaria em redução de até 15% nas transferências constitucionais e nos fundos de desenvolvimento regionais, com impactos fortemente recessivos nas receitas do Maranhão e demais estados nordestinos, já com enormes dificuldades na área fiscal.

As sinalizações analisadas nos levam a concluir da alta probabilidade de novo ano de baixo crescimento econômico, renovadas dificuldades na gestão fiscal, dificuldades ampliadas na gestão da pauta de convênios e projetos com o Governo Federal, e da necessidade de nos prepararmos para defender e aproveitar ao máximo as fontes de financiamento do Sistema SUDENE/BNB-ETENE, assim como continuarmos na busca de fontes e estruturas de aval alternativas, priorizando projetos que ampliem a integração econômica entre os Estados do Nordeste, e possuam impactos relevantes na geração de empregos, renda, inovações e novas bases tributárias. Não vai ser fácil. No Estado do Maranhão, e no Nordeste, precisamos nos preparar para resistir e administrar, os cortes de transferências e convênios federais que virão.

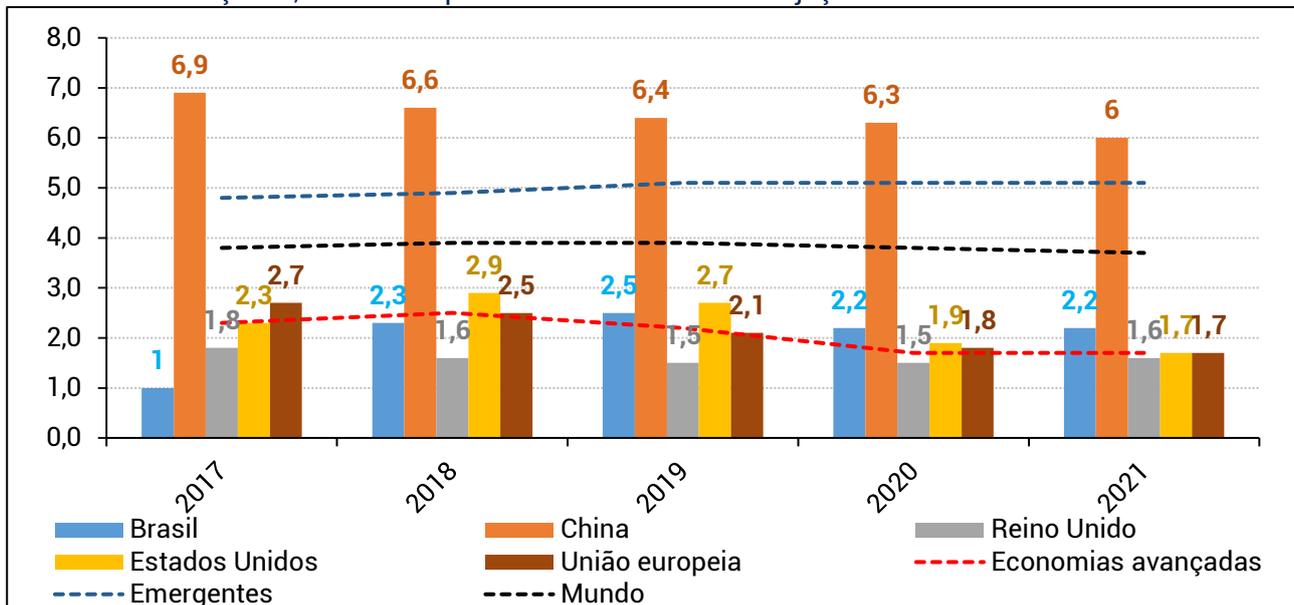
Felipe de Holanda

1. CENÁRIO INTERNACIONAL

Déficit comercial bilateral recorde dos EUA em relação à China põe em xeque eficácia da guerra tarifária. Redução da liquidez internacional agrava crise cambial da Argentina e Turquia enquanto que crise humanitária expulsa mais de dois milhões de venezuelanos de seu país

No que tange ao crescimento da economia mundial, 2018 ainda está diante de um cenário otimista com a expectativa de crescimento de 3,9% nesse ano, que se origina destacadamente da manutenção do patamar de evolução da China (+6,6%), dos Estados Unidos (+2,9%) e da União Europeia (+2,5%) (**Gráfico 1**). Contudo, distorções geopolíticas, no qual destaca-se o conflito comercial entre China e Estados Unidos e mudanças nos paradigmas de liquidez internacional e financiamento, deverão frear o crescimento da demanda mundial.

Gráfico 1. Mundo: Taxa de Crescimento (%) de Países Seleccionados, Economias Emergentes, Economias Avançadas, União Europeia e Mundo de 2017 e Projeções até 2021



Fonte: World Economic Outlook/FMI

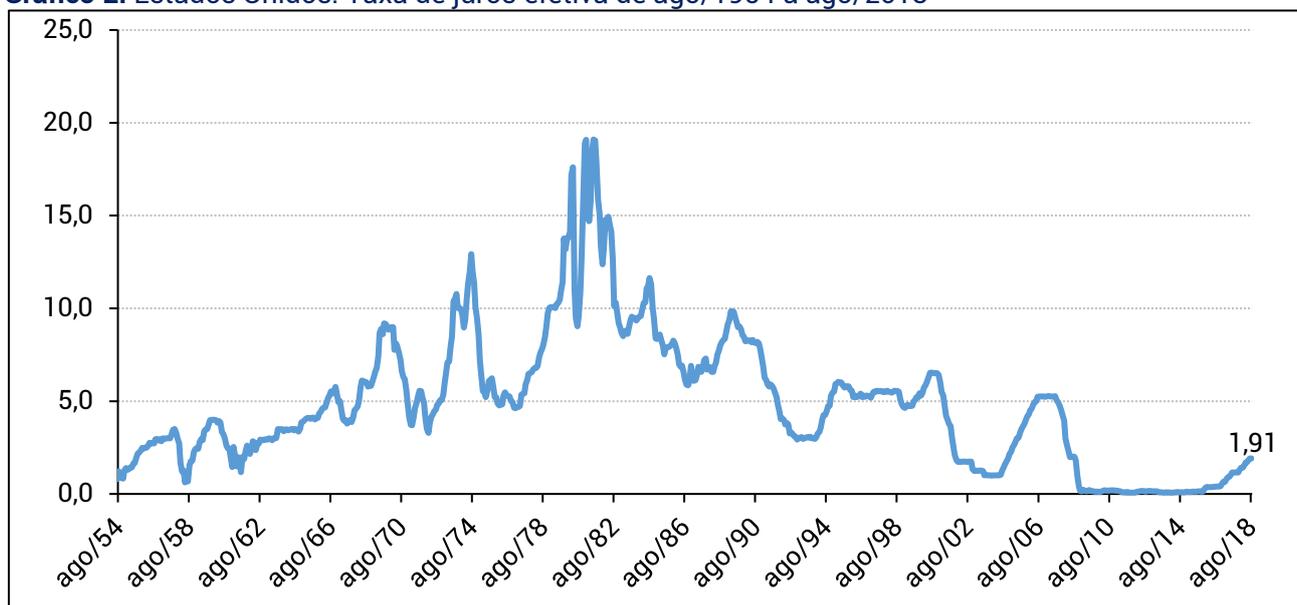
A ideia de que sem liberalização comercial um país não atingirá crescimento sustentável está sendo posta em xeque. De fato, no século XX, Japão, Coreia e mais recentemente a China serviram de vitrine contra tal argumento, tendo baseado o exponencial crescimento de sua produtividade, não no liberalismo, mas na forte atuação do Estado, com planejamento para a economia e proteção de mercado. O crescimento da produtividade chinesa nas últimas décadas, aliado a um câmbio depreciado, tornaram as exportações do gigante asiático altamente competitivas frente aos produtos estadunidenses. Em situação de livre mercado, tal assimetria competitiva se mostra danosa à balança comercial do país americano, fato amplificado pela valorização de sua moeda.

O escalamento da guerra comercial iniciada por Donald Trump não possui, no horizonte próximo, expectativa de término. Novas taxas, totalizando US\$ 20 bilhões, foram impostas à importação de produtos chineses, com retaliação simétrica. E planeja-se subir tais taxas até a cifra de US\$ 50 bilhões até o fim do ano. Por um lado, Pequim oferece medidas para reduzir o déficit bilateral, a exemplo das aquisições de gás natural, mas que são ignoradas por Trump. No qual clareia-se seu propósito que visa não somente o equilíbrio do déficit comercial, mas principalmente conter o crescimento da influência global chinesa. A China registrou superávit comercial recorde de US\$ 31 bilhões com os EUA em agosto de 2018, pondo em dúvida a eficácia das medidas de Trump. Apesar das tarifas, o aumento da taxa de juros do Federal Reserve System (FED) e a depreciação do Renminbi, dada a guerra, asseguram a competitividade das exportações chinesas.

- A retórica de Washington se redefine, centralizando escândalos de roubo de propriedade intelectual de empresas estadunidenses por estatais chinesas. Déficit comercial bilateral fica em segundo plano.
- Espera-se que desse conflito ocorra aceleração nos planos já divulgados do governo chinês de aumentar a participação do consumo interno na economia do país, reduzindo a dependência das exportações e de câmbio desvalorizado. Tal transição pavimenta o caminho para futuro fortalecimento do Renminbi, num esforço de Pequim em globalizar a moeda e forçar o Governo Chinês a anunciar política fiscal expansionista para contrapor potencial desaceleração econômica dada guerra comercial.
- A guerra tarifária também resulta em redução na demanda por títulos americanos pelos investidores internacionais, pois, apesar do aumento da taxa de juros do FED, o ambiente de instabilidade, tendo em vista que a China detém US\$ 1,2 trilhões¹ em títulos do Tesouro Americano podendo migrar investidores para outros ativos líquidos, como ouro e títulos soberanos de outros países.

Não obstante, nos Estados Unidos a economia aquecida, com taxa de desemprego a 3,7%, deve favorecer o Partido Republicano nas eleições para o legislativo deste ano e fortalece o governo Trump. O principal motor do crescimento vem sendo concretizado a partir dos gastos públicos previstos na ordem de US\$ 1,7 trilhões, o que também desencadeou na valorização do Dólar, aumento das taxas de juros e aquecimento da inflação mundial. As taxas de juros dos Estados Unidos mais altas (pela terceira vez no ano), impedem parte da fuga dos títulos e também exerce um efeito precificado sobre os títulos dos demais países, que para atrair capital deverão elevar suas taxas de juros. É relevante destacar que o FED retirou do relatório que o país mantinha políticas monetárias acomodadas e que a taxa de juros deixava de ser neutra para estimulante e deverá permanecer em patamares maiores pelos próximos dois anos.

Gráfico 2. Estados Unidos: Taxa de juros efetiva de ago/1954 a ago/2018



Fonte: FED

Para a **União Europeia** a expectativa de crescimento de 2,5% poderá não ser mantida, sobretudo, pelo arrefecimento do crescimento da Alemanha que deverá ser de 2,0% em 2018 (antes 2,25%), o principal indutor para a quebra do otimismo foram os resultados piores do que o esperado nas exportações: crescimento de 3,5% diante do projetado em torno de +5,0%. Também é relevante, conforme a Federação das Indústrias Alemã (BDI), que os termos do Brexit ainda serão negociados, possivelmente em outubro deste ano. Na Zona do Euro, o crescimento deverá ser em torno de 2,4% em 2018 com arrefecimento em 2019. Os efeitos do encerramento do *quantitative easing* ainda são distorcidos, tendo

¹ Dados do Tesouro dos Estados Unidos referentes a julho de 2018.

em vista as contínuas elevações das taxas de juros nos Estados Unidos e seu impacto na inflação mundial. Destaca-se que os países como Portugal (+2,4%), Grécia (+2,0%) e Espanha (+2,8%), antes em crise, apresentam sinais de recuperação econômica.

Nos **Países Emergentes**, choques cambiais, com epicentros na Turquia e Argentina, se propagam e seguidos aumentos na taxa de juros dos Estados Unidos reduzem liquidez internacional. Países como Turquia e Argentina, por exemplo, apresentaram desvalorização cambial de 30,0% entre julho e agosto de 2018 e a taxa de inflação segue crescente, saindo 10,0% para 17,0% na Turquia e de 23,0% para 34,0% na Argentina, na comparação agosto de 2017 contra agosto de 2018. Ambos os países apresentam sucessivos déficits em conta corrente, principalmente originados da balança comercial, que nos últimos doze meses somaram US\$ 83 bilhões para a Turquia e US\$ 10 bilhões para a Argentina. Nesses países a dívida externa é a principal fonte de financiamento do déficit em transações correntes, atingindo 54,0% do PIB no país eurasiático e 40,0% do PIB no país latino. O déficit externo tem dois efeitos que se retroalimentam: enfraquece a moeda e aumenta a influência desse enfraquecimento sobre a inflação.

Uma análise crítica desta crise contrapõe a visão de baixa dívida pública como âncora que controla a inflação. O que põe em paralelo dois países tão distintos, mas em mesma situação inflacionária parece ser o ciclo vicioso causado pelo estrutural déficit em transações correntes. A alta dependência por importações gera desequilíbrio cambial, acentuado em momentos de economia com demanda aquecida. O financiamento do déficit externo por empréstimos gera suspeição de mora pelo mercado, estimulando ataque especulativo, onde se começa a apostar contra a moeda. Acarreta-se, assim, forte desvalorização cambial, que, dada a intensa dependência por importados, se traduz em inflação, intensificando o ataque especulativo sobre a moeda.

Na Venezuela perpetua a crise humanitária na qual a ONG católica Caritas calcula que 80 mil crianças devem morrer de desnutrição até o fim do ano. A Organização das Nações Unidas (ONU) já concede status de refugiados aos mais de 2 milhões de emigrantes, dos quais 25% se concentram na vizinha Colômbia. As sanções internacionais à aquisição de petróleo venezuelano lideradas pelos EUA impactam a economia, pressionando o déficit externo e derrubando o Bolívar Venezuelano. Internamente, expansão monetária para financiar o déficit público deprime mais o valor da moeda e estabelece-se cenário de hiperinflação, já em 200.000% ao ano e desvalorização cambial de mais de 120% desde julho, que, aliado à forte dependência por importados, gera crise de abastecimento.

BOX: Cenário para o início do Governo Bolsonaro: aspectos das transições da gestão política e da gestão econômica

O perfil do novo congresso

Num recorde de renovação o plenário do Congresso Nacional, cuja legislatura se inicia em janeiro de 2019, apresenta-se ainda mais fragmentado partidariamente, com a presença de 30 partidos, de modo que as maiores bancadas (PT, 56 deputados, e PSL, 52) representam apenas 11% e 10% do total de deputados, e 7% e 5% dos senadores (PT, 6 e PSL, 4 senadores), respectivamente. A minirreforma eleitoral sancionada por Dilma deve, no entanto, reduzir tal fragmentação já nesta câmara eleita. Isto se dará por conta da cláusula de barreira, excluindo do fundo partidário e do tempo de TV, partidos com pouca representação na câmara, e devendo induzir fusões e debandadas.

Ressalta-se que, enquanto a bancada de partidos "à esquerda" se manteve, o centro perdeu números para a direita, o que ilustra perfil ainda mais conservador do novo legislativo. Sem hegemonia partidária, pode-se esperar que o congresso se organize ainda mais intensamente em frentes parlamentárias de interesses comuns, sendo a bancada do agronegócio a mais robusta. As poderosas bancadas ruralista, evangélica, da segurança e empresarial mantêm-se primordiais para estabelecimento de governabilidade pelo Planalto.

Transição de governo e incapacidade de gerar redução de desemprego

Os pronunciamentos do presidente eleito Jair Bolsonaro, e dos coordenadores da transição da gestão política (Onyx Lorenzoni) e da transição da gestão econômica sinalizam a busca pelo apoio do Governo em encerramento e a realização de costuras políticas para viabilizar a aprovação, ainda este ano, de uma **reforma da previdência**, embora em provável versão mitigada em relação ao exposto do Programa de Governo do candidato. Devido à sensibilidade de expressiva parte do eleitorado ao tema, é provável que nem esta versão mitigada possa ser aprovada ainda em 2018.

O futuro governo negocia a manutenção de Goldfajn na presidência do Banco Central, avalizada pelo mercado, porém encontra resistência do próprio cotado. A aposta para convencê-lo é aprovar ainda neste ano o **novo modelo para o Banco Central**, com independência institucionalizada e mandatos fixos de quatro anos, com data de nomeação definida de forma a não coincidir com a eleição presidencial. Paulo Guedes, contraditoriamente, de um lado, defende a independência formal do BC e sinaliza convite ao economista Ilan Goldfajn, para continuar na presidência do órgão. Mas, de outro lado, ameaça fazer venda massiva das reservas internacionais, o que constitui uma prerrogativa exclusiva do BC, sobre a qual, o ministro da Fazenda deve evitar se pronunciar. Ilan Goldfajn não deverá aceitar. E, persistindo neste caminho, deverá ser dificultada a aproximação com outros setores do empresariado.

Em função dos erros de diagnóstico em relação à natureza da crise, e da inexistência de políticas, programas, projetos e ações que redundem em geração de empregos, por exemplo na construção civil e através da retomada do investimento público e, ainda, por causa da redução das exportações líquidas decorrente da valorização do Real, as sinalizações analisadas nos levam a concluir da alta probabilidade de que 2019 seja mais um ano de baixo crescimento econômico, renovadas dificuldades na gestão fiscal, e dificuldades ampliadas na gestão da pauta de convênios e projetos com o Governo Federal.

Primeiros meses do governo Bolsonaro

O presidente Jair Bolsonaro exhibe perfil e discurso de cunho populista. Ao invés de moderar discursos, iniciou elegendo inimigos, partindo para o confronto direto, tais como o Jornal Folha de São Paulo, a TV Globo, o "Coitadismo", os "Ativismos", tendo até feito censura pública, nominalmente, a técnicos da Fundação João Pinheiro

(conceituado *Think Tank* mineiro e formador de técnicos e gestores naquele estado), segundo ele, apoiadores dos modelos norte-coreano e cubano.

Seguindo por este caminho, será crucial para o presidente em exercício Jair Bolsonaro, que o país retome o mais rapidamente possível, a rota do crescimento econômico. A esperada ação organizada do Estado, através da aprovação de legislação (revogação do estatuto do desarmamento, exclusão de ilicitude policial, etc.) e a decorrente ampliação da ação das ações de combate direto (territorial) contra o crime, caso ocorram em ambiente de estagnação econômica, farão rapidamente erodir o apoio popular e sua capacidade impulsionar novas pautas no Congresso e no Judiciário.

Como referido, Bolsonaro provavelmente governará sob um congresso com alta atomização partidária. O apoio das Frentes Parlamentares e bancadas informais será primordial para aprovação de pautas, e garantir esse apoio deve ser a diretriz dos primeiros meses do novo presidente. De fato, as promessas de campanha de Bolsonaro estão bem alinhadas aos anseios das principais bancadas, o que facilita seu poder de negociação.

Entre as pautas que poderão ter aprovação rápida no Congresso, estão a aprovação do **Estatuto da Família**, que, dentre outras questões, exclui casais homossexuais da definição de família, abre portas na bancada evangélica, enquanto a **flexibilização das leis ambientais**, enfraquecimento do Ibama e ICMBio e possível absorção do Ministério do Meio Ambiente pelo da Agricultura favorecem a bancada ruralista. A Frente Parlamentar de Segurança Pública, comumente conhecida como "bancada da bala", deve registrar expansão no novo congresso, incentivando Bolsonaro a priorizar, também, a **revogação do estatuto do desarmamento** e a expansão da aplicabilidade de **excludente de ilicitude** em mortes por policiais. Este último ponto deve gerar atrito institucional com o judiciário, dada potencial inconstitucionalidade.

O eventual apoio das principais bancadas seria essencial para possibilitar Bolsonaro a aprovar reformas caras ao mercado, porém impopulares no congresso. Assim se monta a provável estratégia do governo para aprovar legislação de apoio às **privatizações** e liquidação de ativos públicos, além da **reforma tributária**, que encontram maior resistência parlamentar e popular. Esta reforma deve ter três pontos principais, sejam simplificação tributária, aumento da regressividade e redução da carga tributária total. De caráter deficitário, esta reforma deve ser precedida pelas privatizações, numa tentativa de formar-se caixa para o governo no curto prazo.

Assim, as medidas do governo Bolsonaro para recuperar a economia são a **redução da carga tributária** para fomentar produção e consumo privado, indução de **investimentos via privatizações** e **recompra de títulos da dívida** para permitir queda na taxa de juros. Trata-se de medidas altamente interdependentes e subordinadas a uma conjuntura estritamente favorável, o que não deve acontecer. A liquidação de ativos públicos tem baixa capacidade de render recursos ao tesouro, visto que o mercado mantém subestimada a valorização desses ativos. Também dificultará as liquidações a provável resistência militar à privatização de ativos estratégicos à segurança nacional, especialmente no setor energético, onde se concentra o patrimônio público privatizável. Com influxo de capital aquém do esperado, inviabiliza-se a redução tributária, que causaria rombo nas contas públicas, gerando, efetivamente, aumento da dívida pública e da taxa de juros.

A partir da política econômica proposta por Paulo Guedes, o governo pretende **cortar gastos públicos** para, apesar do cenário desfavorável, aplicar política pró-cíclica de austeridade com recompra de dívida pública. Se pode esperar redução no já baixíssimo nível de investimento no Brasil, que levaria a estaque no crescimento da produção, do consumo e, conseqüentemente, da arrecadação. Vale lembrar que, a exemplo do programa de privatizações dos anos 90 e 2000, se pode esperar que predomine mera aquisição de ativos, numa transferência de posse sem formação bruta de capital fixo ou investimentos estruturantes, não havendo contribuição real para a retomada do crescimento e redução do desemprego. Em momento de estagnação, o setor privado

tem pouco incentivo a investir, em especial o empresariado brasileiro, fortemente avesso ao risco. O necessário choque de demanda via investimentos públicos, em especial na construção civil, cuja capilaridade e potencial empregatício torna excepcional multiplicador de renda, não é discutido pelo novo governo, reduzindo-se as expectativas de retomada do emprego de qualidade e da massa salarial.

A expectativa pelas privatizações é uma das grandes responsáveis pelo movimento favorável do mercado e do dólar ao favoritismo de Bolsonaro. Por um lado, ao mercado agrada a expectativa de liquidação de ativos de muitas estatais listadas na BM&FBovespa. Por outro, a **aproximação com investidores estadunidenses** acena para um favorecimento de empresas dos EUA na aquisição do patrimônio público brasileiro, o que significará, no curto prazo, forte entrada de dólares, induzindo **valorização do Real** no curto prazo. De fato, mesmo as ações da brasileira Taurus, potencialmente favorecidas pelas pautas de Bolsonaro, sofreram um forte revés no primeiro dia após sua vitória, vendo suas ações despencarem em quase 50%. Isto se deu como efeito da esperada liberalização do mercado bélico para empresas estadunidenses, no pacto militar com o Brasil proposto por Trump a Bolsonaro, cujo filho já criticou abertamente o monopólio da Taurus.

Vale ressaltar que, enquanto no curto prazo o efeito da **internacionalização dos ativos brasileiros** gera superávit nas contas externas do país, esta situação tende a se reverter com o tempo. A remuneração pelo investimento aos investidores externos, em grande parte atraídos pela demanda interna reprimida, gerará um crescente fluxo de pagamentos, remunerações ao capital investido, enrijecendo o **déficit na conta de rendas** do país, hoje maior responsável pelo desequilíbrio externo em conta corrente. O modelo econômico de Bolsonaro depende destas privatizações, visto que, ao aplicar as reformas tributária e da previdência, o governo tenderá a apresentar forte déficit orçamentário.

Como proposto em campanha, as relações exteriores do governo de Bolsonaro devem **priorizar o eixo estadunidense**, país em franca guerra comercial com a China, contra a qual Bolsonaro apresenta fortes restrições. No entanto, o gigante asiático é parceiro estratégico para os ruralistas, enquanto os EUA são grandes competidores. Este deve ser um grande atrito entre Bolsonaro e sua base, caso a China, maior parceira comercial do Brasil, utilize de sua influência para minar as exportações brasileiras e reduzir investimentos no país. A depender da resistência da bancada ruralista, Bolsonaro pode se convencer de buscar uma relação menos conflituosa com o gigante asiático.

Relação com o judiciário

Bolsonaro entrará no Planalto com uma **Ação de Investigação Judicial Eleitoral** (AIJE) em andamento no TSE, cuja sentença pode só vir em 2020, e que pode gerar atrito entre os dois poderes. Algumas propostas de Bolsonaro, seguidas à risca do divulgado em campanha, carregam risco de serem consideradas inconstitucionais pelo STF. Já mencionada, a ampliação do **excludente de ilicitude**, para que mortes causadas por policiais militares sejam automaticamente consideradas "legítima defesa", é considerada inconstitucional por especialistas e pela PGR, que deve questionar a medida. Há pautas tangenciadas por decisões do STF em favor da tese de inconstitucionalidade, como o **fim da progressão de penas** de condenados e a proposta de excluir casais homossexuais do conceito de família, como consta no **Estatuto da Família**, já em trâmite no congresso e promessa de campanha de Bolsonaro. Também há a avaliação de que a proposta de **redução da maioria penal** possa ferir cláusula pétrea da constituição, que considera a proteção da criança e adolescente um direito fundamental. Outra obrigação à União definida por constituição é a **demarcação de terras indígenas**, as quais Bolsonaro afirma que não mais existirão. O militar reformado promete, também, tipificar invasão a propriedades rurais e urbanas na **lei do terrorismo**, potencialmente violando o princípio de proporcionalidade dos atos delitivos e restringindo o direito à manifestação, devendo sofrer questionamento jurídico.

Efeitos sobre o Maranhão

O Maranhão encontra-se na mesma situação que o Brasil – seu principal parceiro comercial e principal investidor direto estrangeiro é a China, que já fez comunicação oficial ao Brasil para o risco de sanções, por parte do gigante asiático, se o Governo Bolsonaro se alinhar automaticamente aos EUA, em certas questões caras aos interesses estratégicos dos chineses. Quase metade do financiamento para a **MA006** vem do **banco dos BRICS (NDB)**, instituição que Bolsonaro afirma que não terá prioridade. O **Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)**, região posta em segundo plano por Bolsonaro, concentra a segunda maior parte do financiamento da rodovia.

Outra pauta que poderá afetar fortemente o Maranhão é a **reforma tributária** proposta pelo Programa do Candidato, até aqui impulsionada por **Paulo Guedes**: simulações mostram que a mesma seria **regressiva** (concentrando, e não distribuindo renda) e redundaria em redução da carga tributária na base do Imposto de Renda. Particularmente delicada é tal questão, uma vez que simulações analisadas pelo Grupo de Conjuntura do IMESC, apontam, caso aprovada a proposta, a redução na arrecadação total do Imposto de Renda, o que acarretaria em redução de até 15% nas **transferências constitucionais** e nos aportes aos **fundos de desenvolvimento regionais**, com impactos fortemente recessivos nas receitas do Maranhão e demais estados nordestinos, já com enormes dificuldades na área fiscal.

A simulações mostram que, dado ser da base da arrecadação do IR (juntamente com o IPI) que se originam as transferências constitucionais, correspondentes a 35% do orçamento estadual e 26% do orçamento dos municípios, haveria alto impacto fiscal para o Estado do Maranhão. A queda nas transferências impactaria mais que proporcionalmente estados e municípios mais pobres, onde a **dependência orçamentária do Governo Federal** tende a se acentuar. O Estado do Maranhão poderia ter suas receitas transferidas reduzidas em até R\$ 950 milhões, sendo que cerca de R\$ 530 milhões para o nível estadual e cerca de R\$ 460 milhões, para o conjunto dos municípios maranhenses.

Também aos estados mais pobres recairão mais intensamente os cortes no orçamento de **infraestrutura federal**, associados à política de austeridade proposta por Paulo Guedes. No caso das rodovias federais maranhenses, já se fazem notar os efeitos da redução para níveis críticos dos serviços e obras de manutenção.

2. CENÁRIO NACIONAL

2.1. Nível de Atividades

2.1.1. Produto Interno Bruto

O resultado do segundo trimestre evidencia perda de dinamismo da atividade econômica no Brasil: o PIB do segundo trimestre cresceu apenas 0,2% em relação ao trimestre anterior, ainda que tenha sido o sexto resultado positivo após oito trimestres consecutivos de queda

A economia brasileira apresentou um desempenho fraco no segundo trimestre, afetado pela greve dos caminhoneiros, mas essa perda de dinamismo da atividade já antecedia a paralisação do fim de maio. No segundo trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,2% na comparação com o primeiro, feito o ajuste sazonal. Houve desaceleração da demanda doméstica final, o conjunto formado por Investimento, Consumo das Famílias e Consumo do Governo, excluindo a variação de estoques. No período de abril a junho, o resultado ruim se deveu especialmente ao Investimento, que recuou 1,8% na comparação com os três primeiros meses do ano, já o consumo das famílias cresceu 0,1% na mesma base de comparação.

Pela **ótica da oferta**, os destaques positivos foram os Serviços (+0,3%) - impulsionado pelos segmentos de *Informação e comunicação, atividades financeiras e atividades imobiliárias* - e a Extração Mineral (+0,4%), enquanto a Construção Civil (-0,8%) continua em queda, apresentando a décima queda nos últimos 14 trimestres. A Indústria de Transformação acelerou a queda de -0,4% para -0,8%. Tais números confirmam a tendência observada em trimestres anteriores de que a crise é mais aguda no setor da Indústria, que perdeu a capacidade de ser o motor da atividade econômica nos últimos anos.

- Na Indústria, as atividades de *Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)* e *Extrativas Minerais* cresceram, respectivamente, 0,7% e 0,4%. Já as *Indústrias de Transformação* e *Construção Civil* recuaram, ambas, 0,8%.
- Nos Serviços, houve crescimento nas *Atividades imobiliárias* (+1,2%), *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (+0,7%) e *Outras atividades de serviços* (+0,7%). As principais quedas foram em *Transporte, armazenagem e correio* (-1,4%), *Comércio* (-0,3%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (-0,2%).

Tabela 1. Brasil: Variação do PIB Trimestral (em %), entre o 1Tri/15 e o 2Tri/18 (com ajuste sazonal)

PIB Trimestral	Variação Tri sobre Tri anterior													
	2015				2016				2017				2018	
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri
Ótica da Oferta														
Agropecuária	2,5	-2,8	-0,4	1,9	-6,2	0,3	1,9	3,2	11,5	-2,5	-1,9	0,0	1,3	0,0
Indústria	-2,0	-3,2	-1,7	-1,5	-0,5	0,5	-1,4	-1,6	1,3	-0,3	0,9	0,7	0,1	-0,6
Extrativa Mineral	2,6	0,0	-0,9	-4,4	-2,0	0,9	4,3	1,3	1,5	-0,4	0,0	-1,0	0,4	0,4
Transformação	-2,3	-4,2	-3,2	-2,2	-0,4	0,6	-2,0	-1,5	1,9	1,0	1,2	1,8	-0,4	-0,8
SIUP ²	-1,8	-1,6	3,3	2,2	2,5	2,6	-0,9	0,3	1,9	-1,9	0,0	0,1	2,3	0,7
Construção Civil	-2,3	-4,6	-0,7	0,1	-1,2	-1,7	-2,2	-3,1	0,3	-2,0	0,0	0,1	-0,4	-0,8
Serviços	-1,2	-1,5	-1,1	-0,5	-0,4	-0,6	-0,6	-0,7	0,4	0,7	0,6	0,1	0,1	0,3
Comércio	-2,8	-4,3	-2,5	-1,9	-1,0	-1,0	-1,0	-0,7	0,4	2,2	1,8	0,2	0,1	-0,3
Transp., armazenagem e correio	-2,9	-1,6	-0,9	-1,8	-2,2	-1,6	-2,1	-1,2	2,0	1,3	0,2	1,0	0,6	-1,4
Serviços de informação	1,1	-2,4	-1,4	-1,1	0,1	-0,5	0,2	-3,8	3,7	-2,5	-0,3	0,7	-1,1	1,2
Inter. Fin., Seg., Prev. Com. e Serv.	0,2	-0,6	-0,5	-0,4	-0,5	-1,6	-1,5	-0,5	0,0	0,3	0,1	-0,1	-0,2	0,7
Atividades imobiliárias	-0,4	-0,6	0,2	0,1	0,4	-0,2	-0,3	0,4	-0,3	1,1	0,9	0,4	0,4	1,2
Outros Serviços	-1,0	-1,4	-2,7	-0,3	0,1	-1,4	-0,6	-0,4	0,8	0,8	0,0	-0,5	0,6	0,7
APU	-0,2	0,0	0,5	0,3	0,1	0,5	-0,1	-0,9	-0,2	-0,1	0,3	0,3	0,1	-0,2
PIB	-0,9	-2,3	-1,5	-0,9	-0,9	-0,1	-0,8	-0,3	1,0	0,4	0,6	0,0	0,1	0,2
Ótica da Demanda														
Consumo das Famílias	-1,6	-2,1	-1,8	-0,9	-1,3	-1,1	-0,3	-0,4	0,1	1,2	1,3	0,0	0,4	0,1
Consumo do Governo	-0,7	-0,6	0,2	-0,8	0,9	-0,1	-0,4	-0,1	0,1	-0,3	-0,2	0,1	-0,3	0,5
FBCF ³	-3,4	-8,2	-3,5	-4,8	-1,7	0,8	-2,8	-2,2	-1,0	0,9	2,0	1,8	0,3	-1,8
Exportação	6,1	3,6	-0,2	4,3	-0,2	0,0	-3,9	-0,2	5,4	2,0	2,5	-1,2	1,8	-5,5
Importação	-0,8	-6,6	-8,1	-5,6	-5,2	10,0	-5,3	3,3	0,8	-1,5	6,4	1,9	0,8	-2,1

Fonte: CNT/IBGE

² Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

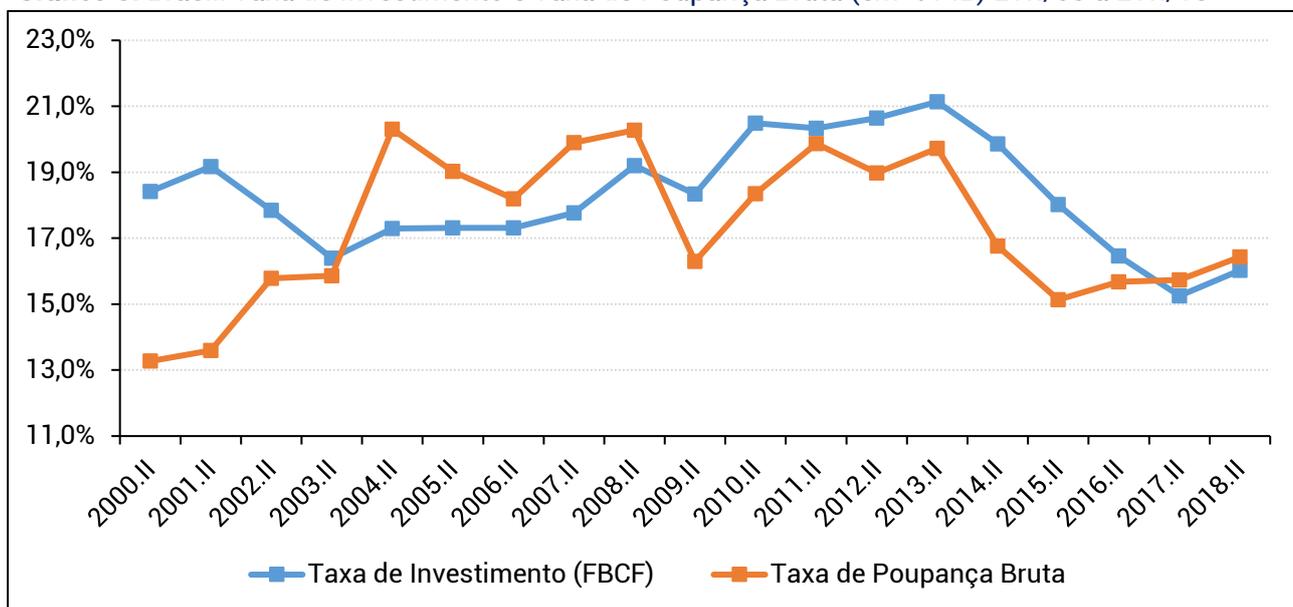
³ Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

Pela **ótica da demanda**, o destaque foi o *Consumo das Famílias* e o *Consumo do Governo*, que cresceram 0,1% e 0,5%, respectivamente. O destaque negativo foi a forte queda do *Investimento* (-1,8%), que permanece no mesmo nível de 2009. No que se refere ao setor externo, as *Exportações* tiveram contração de 5,5%, enquanto que as *Importações* recuaram 2,1% em relação ao primeiro trimestre de 2018.

- Nota-se que o pequeno crescimento da atividade econômica não se dá pelo lado da oferta e sim pelo lado da demanda, especialmente devido aos resultados positivos que o Consumo das Famílias vem apresentando desde o primeiro trimestre de 2017. O ponto é que esse consumo não é atendido por oferta interna e sim através da Importação.

Conforme **Gráfico 3** a seguir, a Taxa de Investimento no segundo trimestre de 2018 foi de 16,0% do PIB, abaixo do observado no mesmo período do ano anterior (15,3%). Já a Taxa de Poupança foi de 16,4% no segundo trimestre de 2018 (ante 15,7% no mesmo período de 2017).

Gráfico 3. Brasil: Taxa de Investimento e Taxa de Poupança Bruta (em % PIB) 2Tri/00 a 2Tri/18



Fonte: CNT/IBGE

Quando se compara a FBCF do segundo trimestre de 2018 em relação ao segundo trimestre de 2017, verifica-se um crescimento de 3,7%, baseado na expansão da Importação e produção interna de bens de capital, que acaba compensando o desempenho negativo da Construção Civil.

A expectativa para a atividade na segunda metade do ano não é animadora, ainda que a aposta predominante é de que o PIB terá um crescimento maior no terceiro trimestre. Porém, essa expectativa se deve à base fraca de comparação do trimestre anterior. Não é esperado aceleração do crescimento, devido à lentidão da retomada do emprego e do crédito. Os dados referentes ao mercado de trabalho são bastante preocupantes, já que o emprego formal continua em queda e o subemprego e o desalento aumentam.

A contradição posta é que os fatores de produção, capital e trabalho, estão ociosos. Há um alto índice de desemprego na economia e uma grande parte da capacidade instalada da indústria não está sendo utilizada. Como o nível de consumo não cai, são as importações, baseadas em um câmbio artificialmente favorável, que vem atendendo a demanda interna. As seções a seguir irão tratar de dados mais recentes que corroboram tal percepção.

2.1.2. Produção Industrial

O recuo de 0,3% na Produção Industrial em agosto de 2018 foi impactado pela diminuição da produção de Bens Intermediários, notadamente reflexo de fatores inesperados na *Fabricação de coque, petróleo e biocombustíveis*

A Produção Física Industrial em agosto caiu 0,3% em relação a julho. Com esse decréscimo, o resultado foi pior que o esperado pelo mercado, que previa aumento de 0,4%, segundo dados do Valor Data. Esse recuo pode ser reflexo, principalmente, da queda na *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis*, que apresentou redução de 5,7% no setor, sendo o principal responsável pela queda dos Bens Intermediários (-2,1%).

Tabela 2. Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso, Resultados Mensais do Trimestre Encerrado em ago/18, Comparações Interanual, Mensal e Trimestral (com ajuste sazonal), e Acumulado em 12 Meses

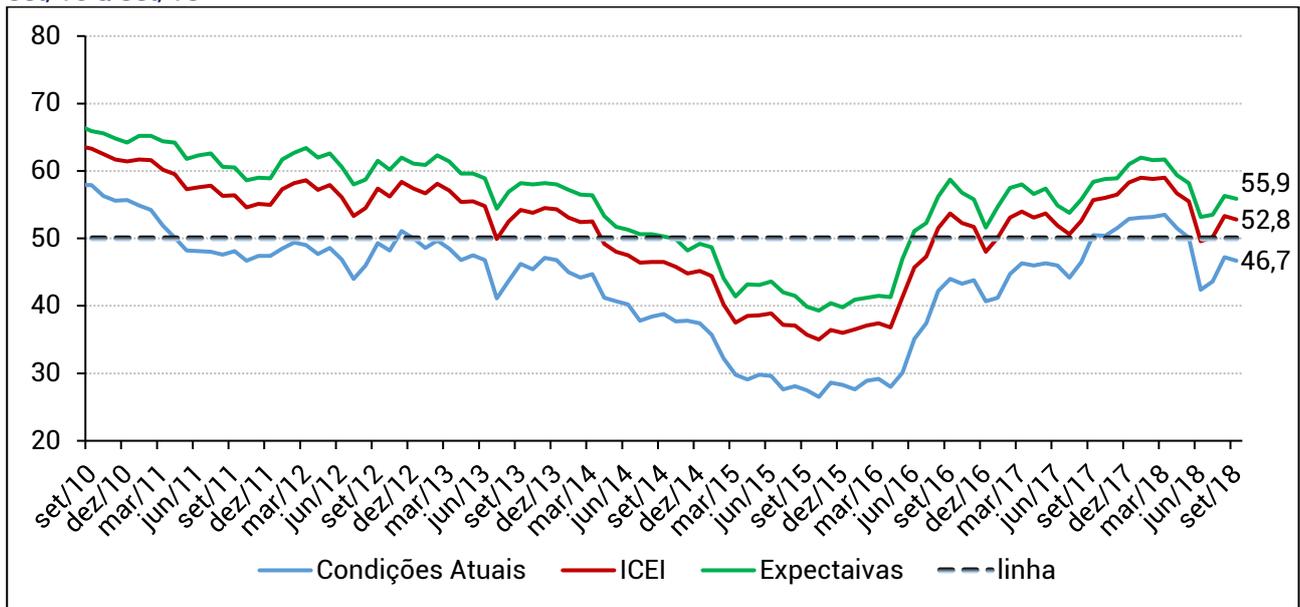
Categoria de uso	% contra mês anterior (c/ ajuste sazonal)			MoM	2° Tri	Acum. Ano	12 Meses
	jun/18	jul/18	ago/18				
Geral	12,7	-0,1	-0,3	4,1	-2,6	2,6	3,3
Bens de Capital	25,3	-5,4	5,3	7,4	-1,8	9,1	9,6
Bens Intermediários	7,5	1,6	-2,1	3,9	-1,3	1,5	2,3
Bens de Consumo	18,9	-1,1	0,2	4,5	-3,8	3,4	4,1
Bens de Consumo Duráveis	31,7	-0,7	1,2	17,0	-5,3	14,6	15,9
Semiduráveis e Não Duráveis	15,0	-0,4	-0,6	1,5	-3,2	0,6	1,3

Fonte: PIM-PF/IBGE

No âmbito das atividades industriais, metade dos setores apresentaram queda no mês de agosto, segundo o IBGE. Desses setores destaca-se: *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-5,7%), *Fabricação de bebidas* (-10,76%) e *Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-2,89%). A queda no setor de *Coque e derivados do petróleo* se deu pela interrupção da produção na Refinaria de Paulínia, em decorrência de um incêndio, além da produção de derivados. A *Extração de petróleo e gás* também teve número maior de paradas programadas de plataformas de petróleo para manutenção, segundo André Macedo, especialista do IBGE. Para a categoria dos Bens de Consumo, que terminou o mês em alta (+0,2%), teve como maior impactante o setor de *Fabricação de veículos, reboques e carrocerias* que cresceu 2,41%. A categoria de Bens de Capital teve alta (+5,3%) tendo como principal influência a *Produção de caminhões* que cresceu 9,1%, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

No período de janeiro a agosto de 2017, o ciclo de retomada da produção de veículos ocorreu, principalmente, devido às exportações, que nesse período, girava em torno de 29% da produção total. Em 2018, até agosto, observa-se redução da participação das exportações na produção total para 24,6%, e isso não ocorre devido sua redução em números absolutos, mas sim pelo crescimento da produção em função da demanda interna, a qual já demonstra sinais de retomada com crescimento de 13,1% dos licenciamentos nacionais em igual período, acompanhada da variação de estoques nos primeiros, fato que não acontecia há três anos com o início da crise.

Gráfico 4. Brasil: Índice de Confiança do Empresário Industrial; Condições Atuais e Expectativas – set/10 a set/18

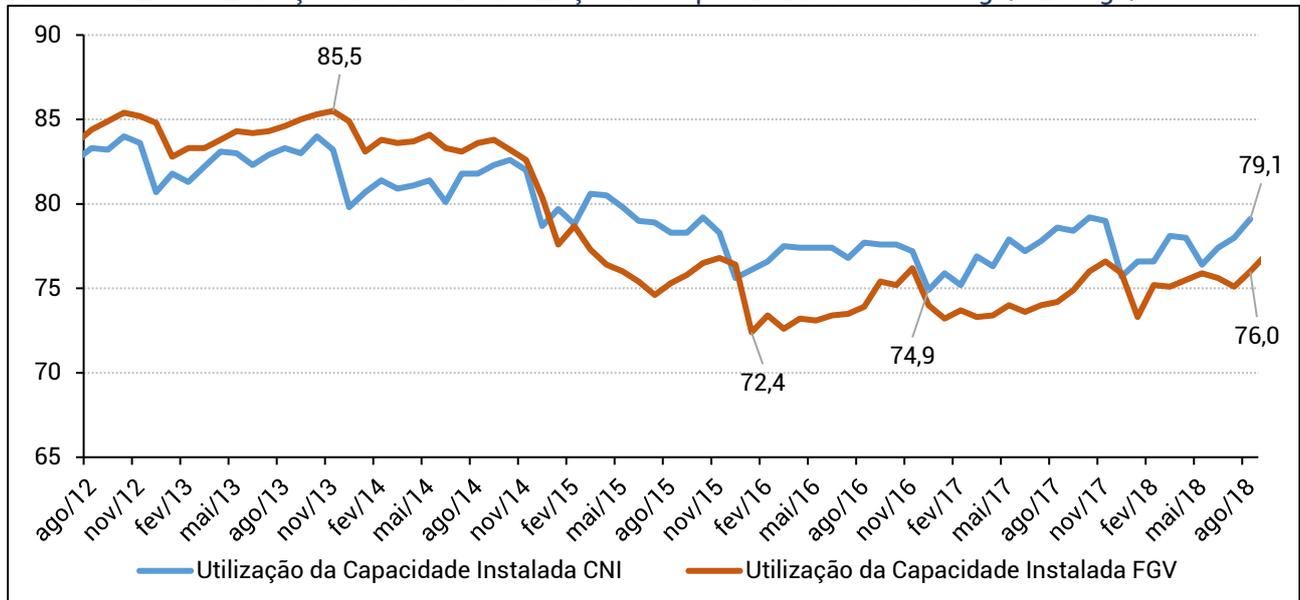


Fonte: ICEI/CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), de julho para agosto, computou decréscimo de 0,5 p.p.. Com essa diminuição, o nível registrado continua menor do que no período que antecedeu a greve dos caminhoneiros.

As Indústrias Extrativas apresentaram queda no mês de agosto, para um índice menor do que o período que antecede a greve (57,0). Em relação ao índice geral de confiança (53,5), o índice das Indústrias Extrativas continua maior, isso pode ser reflexo da alta do câmbio valorizando as *Commodities* no mercado externo.

Gráfico 5. Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada - ago/12 a ago/18



Fonte: NUCI/CNI;FGV

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) encerrou em 79,1% no mês de agosto, um aumento de 1,1 p.p ante o mês de julho (78,0). Com o crescimento – o terceiro consecutivo – ultrapassa o nível de abril, antes da paralisação dos

transportes (78,0%), segundo dados da CNI. Por outro lado, dados da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostram aumento de 0,9% ante julho (75,1%) encerrando o mês de agosto em 76,0%.

2.1.3. Comércio

Em julho de 2018, o Volume de Vendas do Varejo Restrito registrou queda de 0,5% na variação mensal, sem apresentar trajetória de recuperação, os dados da PMC indicam perda de dinamismo no setor

Observando o acumulado do ano até julho de 2018, o Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito Brasileiro cresceu 2,3%, mas este mesmo comparativo em junho mostrava alta de 2,9%, ou seja, redução de 0,6 p.p. neste comparativo. A perda no volume de vendas é reflexo da frágil situação do mercado de trabalho que, somadas à instabilidade no cenário político nacional, deprimem o mercado consumidor nacional. Na comparação mensal, com ajuste sazonal, as vendas retraíram 0,5% em relação ao mês de junho. No acumulado de 12 meses, cresceu 3,2%, mas em relação às vendas de julho de 2017, caíram 1,0%, indicando um resultado abaixo do esperado para um setor que tinha expectativas de um 2018 superior em volume de vendas ao ano anterior.

Tabela 3. Brasil: Variação do Volume de Vendas do Comércio Varejista (em %) - abr/18 a jul/18 e acumulado em 12 meses (em %)

Atividades	Variação Mensal % (*)			Jul/18 (**)	Acumulado do ano (%)	12 meses %
	mai/18	jun/18	jul/18			
Comércio Varejista Restrito	-1,4	-0,4	-0,5	-1,0	2,3	3,2
Combustíveis e lubrificantes	-6,2	-1,9	0,4	-9,2	-6,5	-5,2
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	1,0	-3,6	1,7	1,4	4,8	4,5
Tecidos, vestuário e calçados	-3,3	1,3	-1,0	-8,4	-4,4	1,2
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	4,8	-4,8	-6,9	-0,5	5,2
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-2,3	1,3	0,1	5,5	5,6	6,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,1	0,3	-0,9	-10,1	-8,9	-7,6
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	-4,3	3,7	-2,7	-4,3	-1,0	-3,3
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,1	3,2	-2,5	4,7	7,4	6,2
Comércio Varejista Ampliado	-5,1	2,5	0,4	3,0	5,4	6,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-15,9	15,8	-0,8	16,9	16,5	14,1
Material de construção	-9,2	11,5	-2,7	2,2	4,5	8,4

Fonte: PMC/IBGE (*) com ajuste sazonal (**) contra o mesmo mês do ano anterior

Apesar da retração no Volume de Vendas no Comércio Varejista, ocorreram altas em relação aos setores de *Hipermercados e supermercados* (+1,7%), *Combustíveis e lubrificantes* com alta de (+0,4%) e suave alta em *Artigos farmacêuticos e prod. alimentícios* (+0,1%) em julho em relação a junho de 2018.

Em seu conceito ampliado⁴, o Volume de Vendas do Varejo, no acumulado do ano, cresceu 5,4%, caindo 0,4 p.p. em relação à mesma comparação no mês anterior. Na comparação mensal, com ajuste sazonal, caiu 0,4%; na comparação com julho de 2017 o volume de vendas aumentou 3,0%, e nos últimos 12 meses subiu 6,5%.

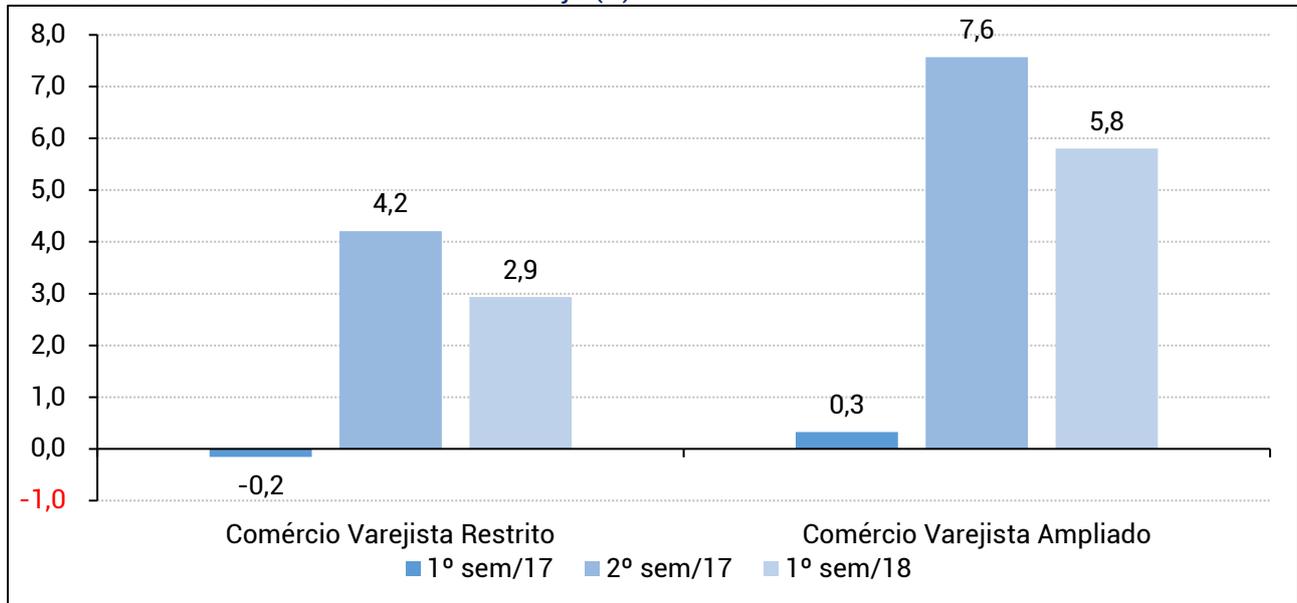
No Varejo Ampliado, o setor de *Veículos, motocicletas, partes e peças* caiu 0,8% no volume de vendas em julho de 2018, com ajuste sazonal. Quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a alta foi de 16,9%; no acumulado do ano (+16,5%) e nos últimos doze meses subiu 14,1%. O setor de *Material de construção* caiu 2,7% no volume de vendas em julho de 2018 com ajuste sazonal. Quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a alta foi de 2,2%, no acumulado do ano houve alta de 4,5% e nos últimos doze meses subiu 8,4%.

- Um mês antes, em junho de 2018, no Varejo Ampliado, o setor de *Veículos, motocicletas, partes e peças* teve destaque com o crescimento de 2,5% no volume de vendas, com ajuste sazonal. Quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, a alta foi de 10,4%; no acumulado do ano (+16,5%) e nos últimos 12 meses (+13,2%).

⁴ O Varejo Ampliado inclui o varejo e as atividades de *Veículos, motocicletas, partes e peças* e de *Material de construção*.

Apesar do crescimento do Volume de Vendas do Varejo no primeiro semestre de 2018, há perda de dinamismo no setor em comparação com o segundo semestre de 2017, influenciado sobretudo pelo término dos efeitos positivos da liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ocorrida em 2017, pelo alto custo de crédito e pela greve dos caminhoneiros (**Gráfico 6**). O enfraquecimento do dinamismo ocorreu, principalmente, no setor de *Material de construção* (de +13,6% no 2º sem/17 para +4,8% no 1º sem/18), em *Móveis e eletrodomésticos* (de +13,1% no 2º sem/17 para +0,6% para 1º sem/18) e *Tecidos, vestuário e calçados* (de +9,2% no 2º sem/17 para -3,4% no 1º sem/18).

Gráfico 6. Brasil: Volume de Vendas do Varejo (%) – 1º semestre/2017 a 1º semestre/2018



Fonte: PMC/IBGE

Contudo, o enfraquecimento do dinamismo do varejo pode ser passageiro, tendo em vista que os indicadores antecedentes das vendas sinalizam crescimento para os próximos meses, tais como Vendas de Veículos, Sondagens do Comércio e Índice do Varejo do SERASA.

- O Índice do Varejo do SERASA, no acumulado de 12 meses encerrado em julho, cresceu 5,5%, o maior crescimento dos últimos nove meses nessa base de comparação. No acumulado de 12 meses, encerrado em agosto, o Índice de Confiança do Varejo Ampliado voltou a crescer (+11,8%) frente a julho (+10,8%), segundo a FGV. As vendas de veículos novos, no acumulado do ano, encerrado em julho, cresceu 12,8%, conforme a FENABRAVE.

Por outro lado, o Índice de Confiança do Consumidor da FGV, apesar de ter crescido 6,8%, no acumulado de 12 meses, encerrado em agosto, apresentou o menor resultado desde janeiro de 2017 (+5,8%). De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pelo segundo semestre consecutivo, o quantitativo de lojas com vínculos empregatícios no varejo brasileiro registrou aumento (+2.252), porém o ritmo de expansão foi considerado abaixo do esperado, o que ocasionou revisão da previsão de abertura de estabelecimentos comerciais em 2018: de +20,7 mil para +5,2 mil.

Logo, o desempenho fraco do mercado de trabalho, a recuperação lenta do consumo das famílias, a desvalorização do real, o cenário de incerteza em relação à economia e a indefinição do cenário político inibem os investimentos no varejo.

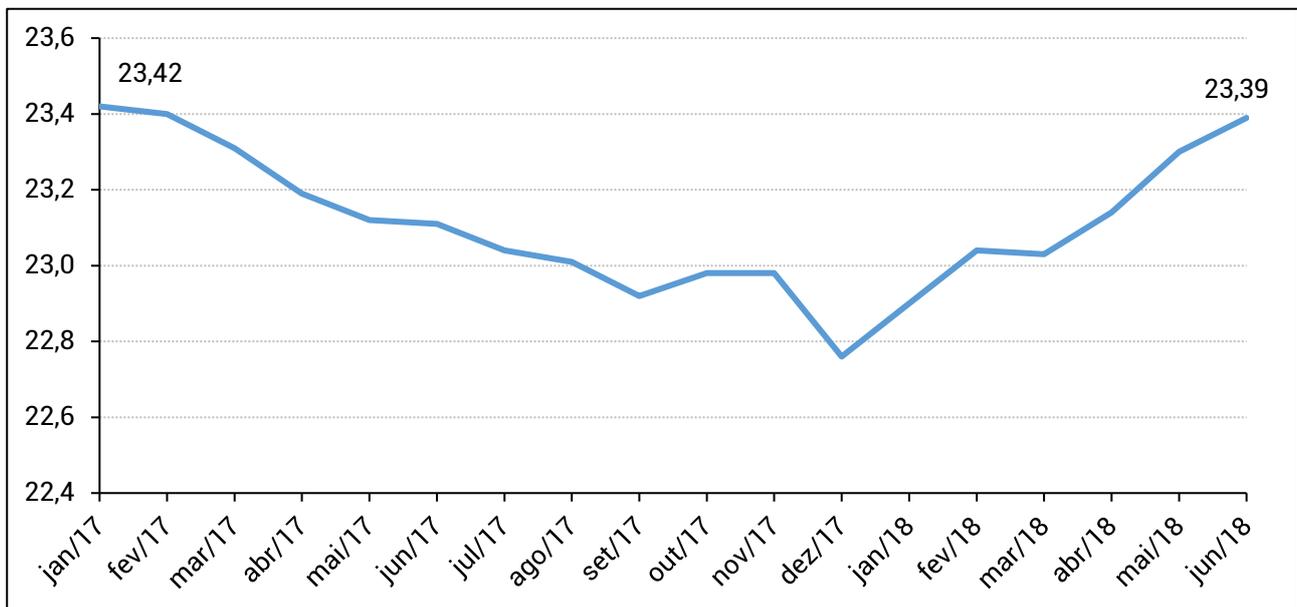
2.1.4. Endividamento e Crédito

A concessão de crédito aumentou em junho, em termos reais, 2,2%. Porém a expansão do endividamento e comprometimento da renda com o serviço da dívida comprometem o orçamento das famílias

Em junho de 2018, a concessão de crédito expandiu, em termos reais, 2,2% em relação a maio, totalizando R\$ 312,3 bilhões, conforme os dados do Banco Central do Brasil (BACEN). No acumulado de 12 meses encerrado em junho, o volume de concessões de crédito expandiu 4,9%. A concessão de crédito para pessoas físicas totalizou R\$ 168,7 bilhões, aumento de 6,3% nos últimos doze meses; enquanto que para as pessoas jurídicas totalizou R\$ 143,7 bilhões, expansão de 3,1% na mesma base de comparação, a terceira taxa positiva consecutiva.

O *Endividamento das famílias, exceto o crédito habitacional*, aumentou ao longo de 2018, o maior resultado dos últimos 15 meses, após um comportamento decrescente em 2017, como pode ser visto no **Gráfico 7**. O comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o *Sistema financeiro nacional, exceto crédito habitacional* apresentou também crescimento ao longo de 2018, encerrando no mês de junho, em 17,8%, o maior resultado dos últimos 10 meses, de acordo com os dados do BACEN.

Gráfico 7. Brasil: Endividamento das Famílias com o Sistema Financeiro Nacional, Exceto Crédito Habitacional em Relação à Renda Acumulada dos Últimos Doze Meses (%) - jan/17 a jun/18



Fonte: BACEN

Esses dados são preocupantes já que um percentual alto de famílias (46%) usou cheque especial nos últimos 12 meses encerrado em março, principalmente para quitar dívidas, cobrir gastos de emergência e amenizar o controle das contas, segundo a pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), divulgada em julho de 2018. Dados mais recentes, divulgados em agosto, mostram que 46% dos consumidores inadimplentes acreditam não ter condições de pagar as dívidas nos próximos 3 meses, de acordo com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do SPC.

A inadimplência das empresas também cresceu 9,4%, em julho, pelo terceiro mês consecutivo, conforme os dados do SPC. Em termos de participação no total de empresas devedoras, o setor de Comércio lidera com 46%, seguido de Serviços (40%).

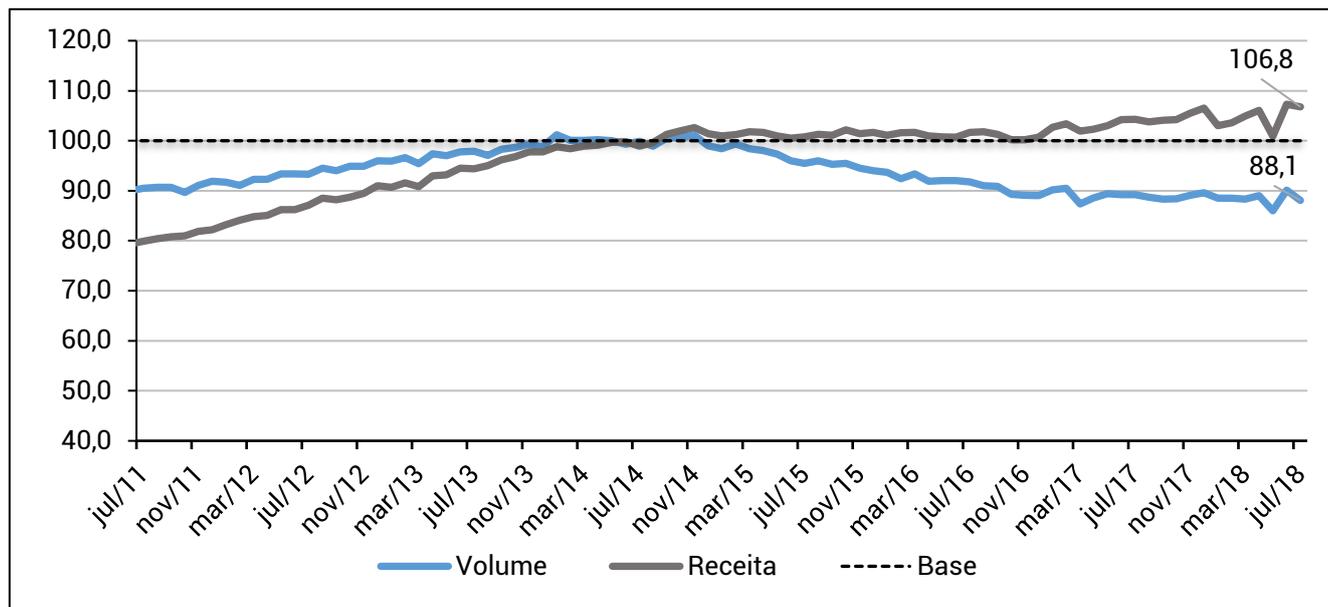
Portanto, segundo a CNDL, a recuperação da economia abaixo do esperado impacta no planejamento e no fluxo de caixa das empresas. Os juros não reduziram significativamente para os tomadores e as dificuldades financeiras dos consumidores impõem um cenário difícil para quem vende a crédito.

2.1.5. Serviços

Em julho de 2018, o Volume de Serviços com ajuste sazonal, apresentou queda de 2,2% em comparação a junho de 2018

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)⁵, no mês de julho de 2018, o volume do setor de serviços no Brasil (com ajuste sazonal) caiu 2,2%, pior resultado para o mês na série iniciada em 2011. Seguindo a mesma tendência, o volume de serviços obteve queda de 0,3% em relação a julho de 2017, quinta taxa negativa do ano, enquanto que no acumulado dos últimos doze meses o índice retraiu 1,0%, no entanto, manteve a trajetória de redução do ritmo da queda desde abril de 2017, que retraiu 5,1%. Na comparação trimestral, desde o 4º trimestre de 2014 que o volume de serviços não registra desempenho positivo, o que indica que os fracos sinais de retomada da economia brasileira em 2018 ainda não foram suficientes para a aceleração das atividades que compõe os serviços empresariais não financeiros da PMS. Paralelo ao resultado do volume de serviços, a receita nominal do setor também apresentou queda (-0,5%) no mês de julho, em comparação a junho de 2018.

Gráfico 8. Brasil: Índice do Volume de Serviços e Receita Nominal de Serviços, com Ajuste Sazonal -



jul/11 a jul/18 – Base: 2014 = 100

Fonte: PMS/IBGE

O mercado de trabalho formal do setor de serviços apresentou crescimento no ritmo de contratações de julho de 2018 que ficou 508,3% maior em relação a junho de 2018. A continuidade desse crescimento no ritmo de contratações pode impactar positivamente na eficiência operacional do setor para o segundo semestre de 2018.

Para chegar ao índice do volume e receita do setor de serviços, o IBGE, faz uma ponderação entre o desempenho de cinco segmentos, sendo eles: *Serviços prestados às famílias, Serviços de informação e comunicação, Serviços profissionais, administrativos e complementares, Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio e Outros serviços*. Conforme a **Tabela 4**, a queda no volume de serviços, no mês de julho de 2018, aconteceu em quatro das cinco atividades. O pior desempenho, na comparação mensal, foi o de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio*, o segmento caiu 4,0% frente ao mês anterior, este detém 31,2% de participação no resultado do setor de serviços. A queda foi ocasionada principalmente pelos *Serviços do transporte aéreo* (-28,6%), que pode ser explicado pelo aumento tradicional de preços das passagens aéreas nesse período, reduzindo assim, o volume de serviços prestados, no entanto provocando o crescimento de 94,1% na arrecadação do subsetor no mês de julho.

Os *Serviços prestados às famílias* foi o único segmento a registrar avanço no mês de julho (+3,1%) frente ao mês de junho, ocasionada principalmente pelos *Serviços de alojamento e alimentação* que envolvem os *Serviços prestados em hotéis e similares, restaurantes e outros serviços alimentícios, Serviços ambulantes de alimentação e Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada*. O segmento recuperou a perda de 3,3% acumulada entre os meses de maio e junho. As

⁵ É construída a partir das receitas brutas das empresas prestadoras de serviços, com 20 ou mais pessoas ocupadas.

demissões líquidas apresentadas pelo subsetor de *Serviços de alojamento e alimentação*, em julho de 2018, foram 77,7% inferiores as demissões apresentadas em junho de 2018.

Tabela 4. Brasil: Índice do Volume de Serviços por Atividades – jul/18 contra o Mês Anterior, Contra o mesmo mês do ano anterior, acumulado dos 12 Meses, acumulado do ano e pico histórico

Atividades	Var. Mensal ¹ (%)		MoM	Acum. do	12	Índice ¹	Pico Histórico ¹	Data
	jun/18	jul/18	Jul	ano (%)	meses %			
Volume de Serviços - Brasil	4,8	-2,2	-0,3	-0,8	-1	88,1	101,2	jan/14
Serviços prestados às famílias	-2,3	3,1	-0,5	-1,8	-1,2	90,2	104	out/13
Serviços de alojamento e alimentação	-2,3	4,0	0,1	-1	-0,5	91,8	103,2	jul/13
Outros serviços prestados às famílias	-2,1	1,5	-3,6	-5,6	-5,1	83,8	111,2	out/13
Serviços de informação e comunicação	2,6	-2,2	0,1	-1,7	-1,8	94	104,1	mar/15
Serviços de tecnologia da inf. e com. (TIC)	2,6	-1,7	0,5	-1,6	-1,5	97,1	104,2	mar/15
Telecomunicações	0	-0,2	-0,9	-4	-3,9	91,1	102,7	out/14
Serviços de tecnologia da informação	3,7	-1,9	3,8	4,2	2,9	111,7	113,9	jun/18
Serviços audiovisuais	2,4	-3,9	-2,4	-2,5	-3,5	78,7	115,4	jun/14
Serviços profissionais, adm. e complementares	0,4	-1,1	-2,8	-2,2	-3,8	81,4	101,3	out/14
Serviços técnico-profissionais	-2,4	-2,3	-0,1	0,5	-3,4	68,2	111	jan/14
Serviços administrativos e complementares	0,6	-0,6	-3,7	-3,1	-3,5	86,6	102,1	dez/14
Transp., serviços auxiliares aos transp. e correio	15,5	-4	0,8	0,7	2,8	89,7	101,6	nov/14
Transporte terrestre	23	-3,1	7,4	2	3,3	85,4	103,4	fev/14
Transporte aquaviário	3,2	-6,5	-10,3	-1,4	10,2	117,8	134,9	abr/17
Transporte aéreo	15,3	-28,6	-11,7	-1,5	-10,9	72,7	119,1	ago/15
Armaz., serviços auxiliares aos trans. e correio	6,8	-3,1	-3,8	-0,3	4,3	95,7	106,1	jan/14
Outros serviços	3,6	-3,2	0,5	2,4	-1,8	80,4	107,1	jan/12

¹Base com ajuste sazonal

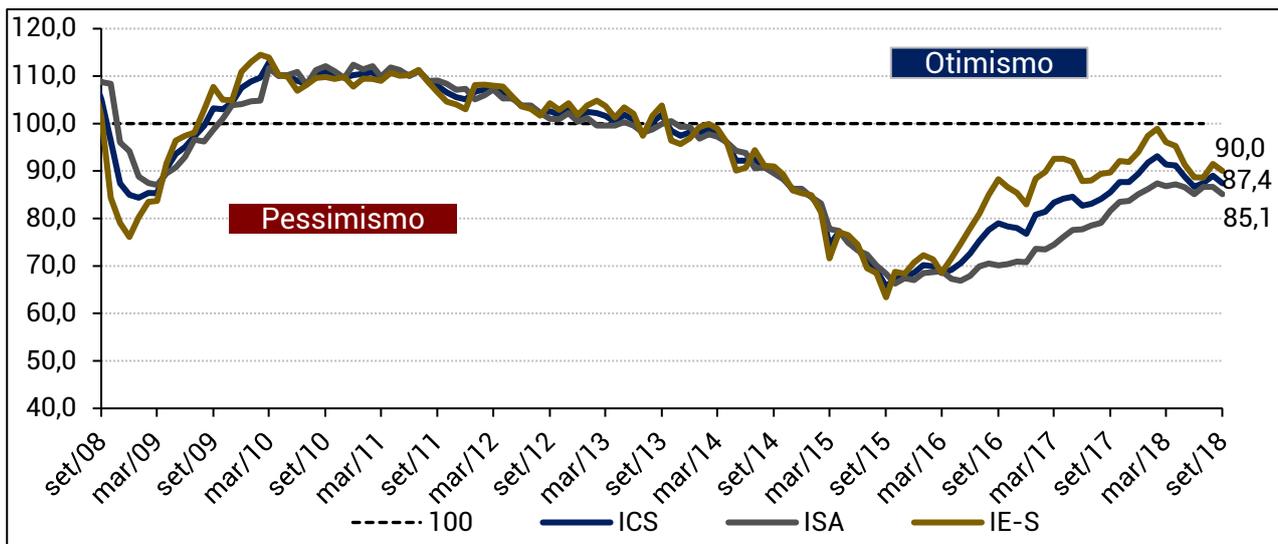
Fonte: PMS/IBGE

O Índice de Confiança de Serviços, produzido pela FGV recua em 1,6 pontos, no mês de setembro de 2018

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) com ajuste sazonal, caiu 1,6 pontos em setembro de 2018, segundo a FGV, a tendência de queda no ICS vem sendo influenciada por um movimento de calibragem das expectativas. Prevê-se para os próximos meses um cenário de continuidade da lenta recuperação com oscilações, após o pior resultado da série histórica (set/15). Em comparação ao mesmo período do ano passado o ICS cresceu 1,9 pontos. Analisando os componentes do ICS (ISA e IE-S), observa-se que o Índice da Situação Atual de Serviços (ISA), também apresentou perda de 1,6 pontos, influenciado principalmente pela queda indicador que mede a situação atual dos negócios (-1,8 pontos). O resultado de setembro confirma a frustração das expectativas dos empresários no que se refere a retomada do setor em 2018, uma vez que há um movimento de queda da diferença entre o Índice de Situação Atual do Setor de Serviços e o Índice de Expectativas ().

Gráfico 9).

Gráfico 9. Brasil: Índice de Confiança de Serviços e Índice da Situação Atual de Serviços, com ajuste sazonal - set/08 a set/18



Fonte: ICS;ISA/FGV

2.1.6. Inflação

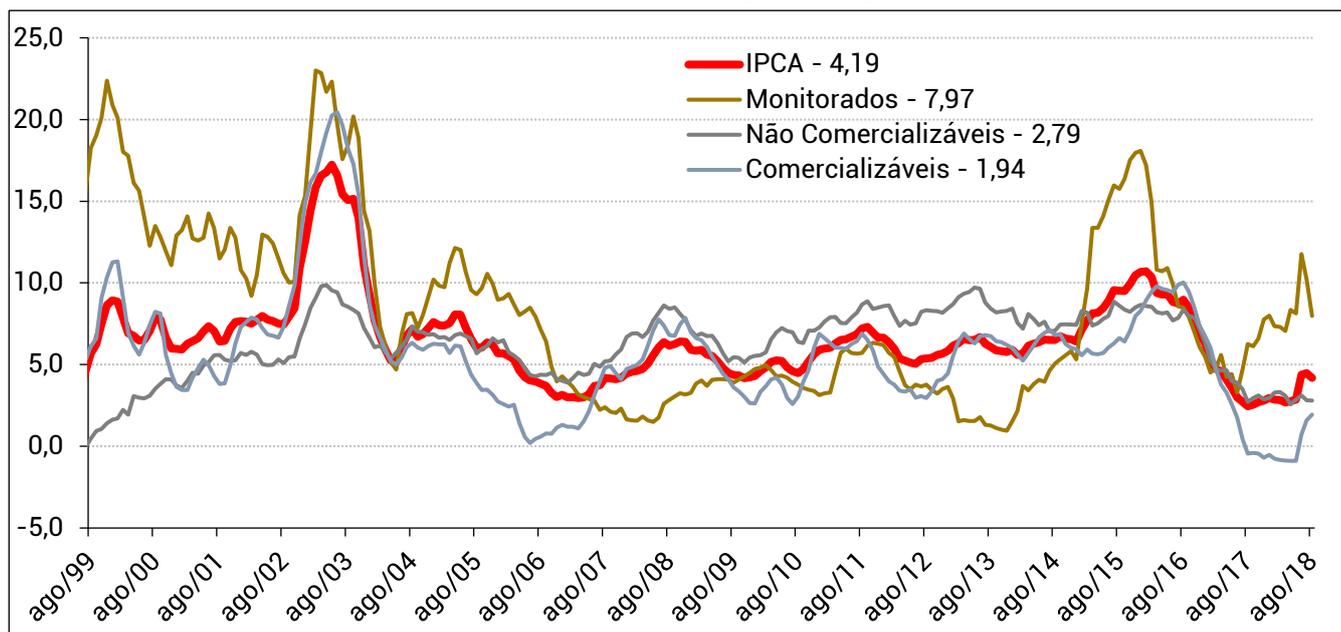
Inflação cai 0,09% e tem a menor taxa para agosto em dez anos, resultado que indica menor demanda das famílias, porém, essa deflação foi pontual, especialmente no caso dos alimentos. Além disso, o câmbio tem efeito altista nos preços administrados que é compensado pela fraca atividade econômica

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou queda de 0,09% em agosto, menor resultado para o mês desde 1998, quando houve recuo de 0,51%, informou o IBGE. Em julho, o IPCA havia subido 0,33%. Em 12 meses, o IPCA desacelerou para 4,19% em agosto, ante os 4,48% acumulados em julho. Foi a primeira desaceleração do indicador em quatro meses, período marcado pela greve dos caminhoneiros e pela alta da conta de energia elétrica. No ano, a inflação oficial acumula alta de 2,85%, acima do 1,62% registrado em igual período de 2017.

Em agosto, *Passagens aéreas*, *Combustíveis* e *Alimentos* ficaram mais baratos. Transportes foram o principal destaque de queda no período, ao recuar 1,22% ante julho. Esse grupo foi responsável por retirar 0,23 p.p. do IPCA.

- Dentro de **Transportes**, chama atenção o item *Passagens aéreas*, com redução de 26,12% em agosto, após alta de 44,51% em julho (mês de férias). Foi o maior impacto do IPCA, retirando 0,11 p.p. do resultado do mês. Importante lembrar que esse item tem forte influência no preço dos serviços consumidos pelas famílias. Os *Combustíveis*, por sua vez, ficaram 1,86% mais baratos, contribuindo para a variação negativa do grupo Transportes. Os destaques de baixa, neste caso, foram o *Etanol* (-4,69%) e a *Gasolina* (-1,45%).
- Em **Alimentação e Bebidas**, houve deflação de 0,34% em agosto, após queda de 0,12% em julho. O grupo retirou desta forma 0,08 p.p. do IPCA. Os preços dos *Alimentos comprados para consumo em casa* diminuíram 0,72% em ago/18, sobressaindo *Cebola* (-22,19%), *Batata-inglesa* (-11,89%), *Tomate* (-4,84%) e *Ovos* (-2,91%), itens que compõem a "safra seca", ou seja, parte da queda tem relação com período de maior oferta desses itens.

Gráfico 10. Brasil: Evolução do IPCA; Preços dos Monitorados, Não Comercializáveis e Comercializáveis; Percentual Acumulado em 12 Meses - ago/99 a ago/18



Fonte: IBGE; BACEN

Os *Serviços consumidos por famílias* tiveram deflação de 0,15% em agosto, na comparação com julho, a maior baixa da série histórica desse indicador. A inflação de *Serviços* acumula alta de 3,33% em 12 meses, desacelerando em relação a julho deste ano (3,5%).

- Para Fernando Gonçalves, gerente de Índices de Preços do IBGE, a demanda das famílias está enfraquecida num momento de incertezas econômicas e políticas. Para ele, como os serviços estão muito relacionados à renda, as pessoas preferem evitar comprometer parte da renda com esse tipo de atividade. Além disso, a taxa de desemprego está alta e o desalento é crescente.

Câmbio afeta **Preços Administrados** e pressiona o IPCA: a inflação de *Preços Administrados* desacelerou de julho para agosto, de 0,90% para 0,12%, refletindo a menor alta das tarifas de energia elétrica e a queda do preço da gasolina no mês. Pelo indicador acumulado em 12 meses, a inflação dos *Preços Administrados* desacelerou de 11,35% até julho para 9,59% até agosto, bem acima da variação dos *Preços Livres*, que foi de 2,4% no período.

- Em agosto, a **Energia Elétrica** ficou 0,96% mais cara, o maior impacto individual sobre o IPCA do mês. Apesar disso, o item desacelerou em relação a julho, quando havia subido 5,33%. Embora boa parte dos reajustes nas tarifas já tenha acontecido ao longo de 2018, o mercado considera que há perspectiva menos favorável para as condições hidrológicas nos próximos meses, o que indica que a bandeira vermelha no patamar 1 pode ocorrer novamente em dezembro.
- Os **Combustíveis** também tiveram trajetória benigna no mês, ao apresentarem baixa de 1,86%. Contribuíram para a queda o etanol (-4,69%) e a gasolina (-1,45%). Esse grupo se configura como o maior vetor de alta, devido à alta do dólar e das cotações do petróleo no mercado internacional e a consequente política de paridade da Petrobras.

Nos **Preços Comercializáveis** - aqueles que sofrem competição externa - haverá efeito do câmbio nos alimentos e, mais para frente, em itens como bens duráveis, ainda que o repasse cambial para os *Preços Livres* seja menor e mais diluído do que em outras ocasiões, "compensado" pela fraqueza da economia.

Cenário de deterioração das expectativas tem alívio após a manutenção da taxa básica de juros da economia brasileira em 6,5% a.a., mas os juros futuros continuam em alta

Até o quinto dia do mês de setembro, houve uma forte deterioração das expectativas de mercado em relação aos juros futuros comparando-se com a curva de 8 de agosto, o que não acontecia até o

final de julho, cujo cenário era mais estável, com pouca volatilidade nos juros. Esse cenário assinalava que para janeiro de 2019, a diferença entre as curvas de 8 de agosto e 5 de setembro apontam um aumento de 30 pontos base (pb), enquanto que para janeiro de 2020, a diferença é de 70 pb. Contudo, após a manutenção da taxa Selic em 6,5% a.a. no dia 19 de setembro, além do fato de ter havido um "alívio" no cenário político nacional, o mercado revisou suas expectativas. Dessa forma, a diferença entre as curvas de juros mais recentes para janeiro de 2019 que era de, aproximadamente, 30 pb. passou a ser de apenas 10 pb. (diferença entre as curvas de 20 de setembro e 8 de agosto).

Mesmo com esse alívio, o cenário ainda é de juros crescentes, haja vista os outros fatores que podem afetar as expectativas, como por exemplo, a taxa de câmbio. Destaca-se que a moeda Norte-Americana atingiu R\$ 4,18/US\$ no dia 30 de agosto, maior cotação desde 24 de setembro de 2015, quando fechou em R\$ 4,19/US\$. Essa situação afeta diretamente os índices de preços, principalmente o Índice de Preços Geral de Mercado (IGP-M), que avançou 0,7% no mês de agosto. Dessa forma, o *pass-through* (passagem das variações cambiais para a inflação, consultar Box 1 a seguir) tem se fortalecido com esse cenário, o que poderá fazer com que o IPCA venha a romper pelo menos o centro da meta este ano (**Gráfico 11**).

BOX 1 - O fenômeno *pass-through* e os efeitos da depreciação cambial

Uma desvalorização cambial apresenta potencial inflacionário, que se dá principalmente pelos mecanismos:

- Encarecimento de importados, visto que são cotados em moeda estrangeira, além de nacionais com conteúdo importado, pela mesma lógica.
- Encarecimento de nacionais expostos à concorrência internacional, chamados "comercializáveis", cuja exportação se torna mais rentável, encarecendo-os no mercado doméstico.

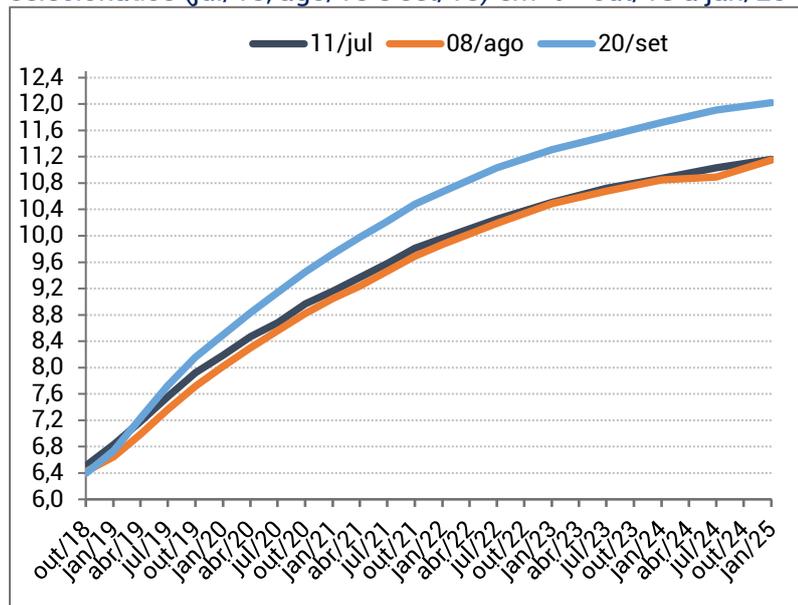
Certos fatores tornam algumas economias menos sujeitas a tal fenômeno, sejam:

- Baixo nível de abertura comercial
- Fraca dependência de importados
- Matriz produtiva diversificada, não baseada em produtos primários
- Economia estagnada, com subemprego de fatores
- Rigidez de preços e salários

Apesar deste efeito negativo da moeda fraca, várias economias utilizam da desvalorização para impulsionar a competitividade de seus produtos comercializáveis, favorecendo a indústria e o saldo comercial, como foi o caso da China nas últimas décadas. Moeda depreciada constitui situação de risco ou oportunidade, dependendo das políticas econômicas que a acompanhem.

No caso brasileiro atual, se pode esperar uma transferência bastante incompleta da depreciação cambial sobre os preços, principalmente pelo grande hiato do produto, 4,4% abaixo do seu potencial (Ipea), representando subemprego de fatores produtivos, característico do momento atual de estagnação econômica. Temos capacidade e mão de obra ociosa o suficiente para transformar um aumento na demanda em elevação do emprego do trabalho e do capital ocioso, respondendo-se a esta demanda com maior oferta e não com maiores preços.

Gráfico 11. Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Prê) períodos selecionados (jul/18, ago/18 e set/18) em % - out/18 a jan/25



Fonte: Advanced Financial Network - ADVFN/BM&F BOVESPA

Para janeiro de 2020, a diferença entre as curvas de setembro e agosto é de 48 pb ante 84 pb há duas semanas.

Vale mencionar ainda que as projeções do PIB para o ano corrente sofreram revisão para baixo duas vezes consecutivas, segundo o último Boletim FOCUS de mercado do dia 14 de setembro. Saiu de 1,49% para 1,40% em um mês e, seguidamente, passou para o patamar de 1,36% na data da publicação do FOCUS.

- Segundo a nota para a imprensa divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) no dia 19 de setembro, após o encerramento da reunião, o comitê entende que "a conjuntura econômica ainda prescreve política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural".
- Ressalta-se que mesmo diante de uma situação de alívio monetário, com a manutenção da taxa básica de juros em 6,5% a.a. pelo menos até antes do pleito, deve-se continuar monitorando a taxa de câmbio, a economia norte-americana e a América do Sul (especialmente a Argentina).
- No tocante a alta volatilidade da taxa de câmbio, o BACEN anunciou o leilão de cerca de US\$ 1,5 bilhão em swap cambial no dia 30 de agosto. Cabe destacar que o BACEN ofertou algo em torno de R\$ 2,15 bilhões de reservas no mercado, sendo que já foram vendidos o equivalente a R\$ 900 milhões.
- No que concerne à Argentina, o Banco Central da República Argentina (BCRA) elevou a taxa básica de juros de 45% a.a. para 60% a.a., com a alegação de que a sua moeda está se desvalorizando rapidamente (6,99% dia 29 de agosto e 12% na quinta-feira, uma hora e meia após a abertura dos mercados).
- No que tange à economia dos EUA, deve-se continuar monitorando as decisões do FED, já que a tendência é de que ocorra mais dois aumentos na taxa básica de juros dos Estados Unidos ainda este ano.
- Destaca-se que o FED já aumentou a taxa básica de juros da economia norte-americana três vezes este ano, sendo 0,25 p.p. nos meses de março, junho e setembro, acumulando 0,75 p.p. no ano. Atualmente a taxa de juros dos Estados Unidos encontra-se no patamar de 2,25% a.a., podendo chegar a 2,5% a.a. ou 2,75% a.a., dependendo da evolução do crescimento da economia norte-americana, além da inflação.
- Segundo o Federal Open Market Committee (FOMC), a economia norte-americana deverá crescer a uma taxa rápida o suficiente para pressionar ainda mais a inflação, além do fato de que existem incertezas quanto às disputas comerciais que, segundo os membros do comitê, são grandes fontes de risco.
- Diante desse cenário, os títulos do Tesouro Americano deverão se tornar mais atraentes para os investidores brasileiros, o que poderá gerar no curtíssimo prazo, uma fuga de capitais para os Estados Unidos e maior pressão para cima na taxa de câmbio.
- Até o fim do ano, seguindo as projeções do Boletim Focus, a taxa básica de juros deverá se manter na casa dos 6,5% a.a. em 2018. Já para 2019, deverá aumentar para 8,0% a.a., seguindo a perspectiva de crescimento para o referido ano, que é de 2,5%.

2.2. Comércio Exterior

2.2.1. Balanço de Pagamentos

Aumento das importações ocasionada pela elevação da demanda de plataformas de petróleo foi o principal responsável pelo déficit em Transações Correntes computados até agosto de 2018

O déficit da conta de Transações Correntes (TC) encerra agosto com saldo negativo de US\$ 8,9 bilhões, correspondendo a uma piora de 197,5% em relação ao saldo em igual período do ano passado. Isso ocorre porque mesmo que o valor exportado esteja US\$ 10 bilhões maior que o computado no ano passado, as importações cresceram em torno de US\$ 19 bilhões, que neste mês em especial, foi ocasionado pelo aumento das importações do setor de petróleo. Tal fato se reflete na relação TC/PIB, que no mês de agosto está na ordem de -0,7%. No entanto, o volume de Investimentos Diretos no país, embora esteja em níveis baixos, é suficiente para o equilíbrio do balanço.

Tabela 5. Brasil: Balanço de Pagamentos 2015 a 2018* (US\$ milhões)

Discriminação	2015	2016	2017	Var. % 17/16	Acumulado até agosto		Var. % 18/17
					2017*	2018*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-58.882	-23.681	-9.615	59,4	-2.992	-8.901	197,5
Balança Comercial (Bens e Serviços)	-19.249	14.569	30.198	107,3	24.861	12.387	-50,2
Balança Comercial - Bens	17.670	45.025	64.037	42,2	46.317	34.735	-25,0
Balança Comercial - Serviços	-36.919	-30.456	-33.839	11,1	-21.456	-22.349	4,2
Renda Primária	-42.357	-41.237	-42.454	3,0	-29.200	-22.980	21,3
Rendas Secundária	2.724	2.986	2.641	-11,6	1.347	1.692	25,6
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-54.294	-17.182	-5.211	69,7	-297	-2.624	782,0
Conta Capital	440	248	355	43,1	284	347	21,9
Conta Financeira	-54.734	-17.430	-5.566	68,1	-582	-2.970	410,6
Investimento Direto (IDE-IDP)	-61.576	-71.148	-64.400	9,5	-43.898	-46.337	5,6
Investimento Direto no Exterior	13.498	7.748	6.286	-18,9	1.780	-1.958	-210,0
Investimento Direto no País	75.075	78.896	70.686	-10,4	45.679	44.379	-2,8
Investimento em Carteira	-22.047	19.120	12.557	-34,3	6.833	-3.237	-147,4
Outros Investimentos	23.871	26.635	40.478	52,0	25.822	33.809	30,9
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-3,3	-0,2	-0,4	73,3	-0,2	-0,7	227,3
RESERVAS INTERNACIONAIS	356.464	365.016	373.972	2,5	381.843	381.393	-0,1

Fonte: BACEN

- O saldo da Balança Comercial - Bens do ano é de US\$ 34,7 bilhões, o qual foram US\$ 3,9 bilhões nos valores referentes apenas a julho, quebrando uma sequência de 4 meses consecutivos do saldo desta conta fechar acima dos US\$ 5 bilhões. Essa quebra ocorreu devido a um aumento das importações, que se intensificaram no mês de julho em razão das importações das plataformas de petróleo, as quais tiveram um efeito líquido de US\$ 2 bilhões no resultado.
- A conta de Serviços registrou um déficit de US\$ 22,3 bilhões no saldo deste ano, um aumento em torno de US\$ 1 bilhão em relação a igual período do ano anterior. A conta de Transportes e Viagens ainda constitui a maior participação no déficit em Serviços, as quais computam um saldo neste ano até julho na ordem de US\$ 4,2 bilhões e US\$ 8,5 bilhões, respectivamente.
- Por outro lado, o déficit de renda primária caiu 21,3% em relação ao ano anterior, contabilizando um saldo negativo de US\$ 22,9 bilhões, em função dos baixos investimentos estrangeiros deste ano, os quais resultam em menores volumes de renda de Investimento Direto.

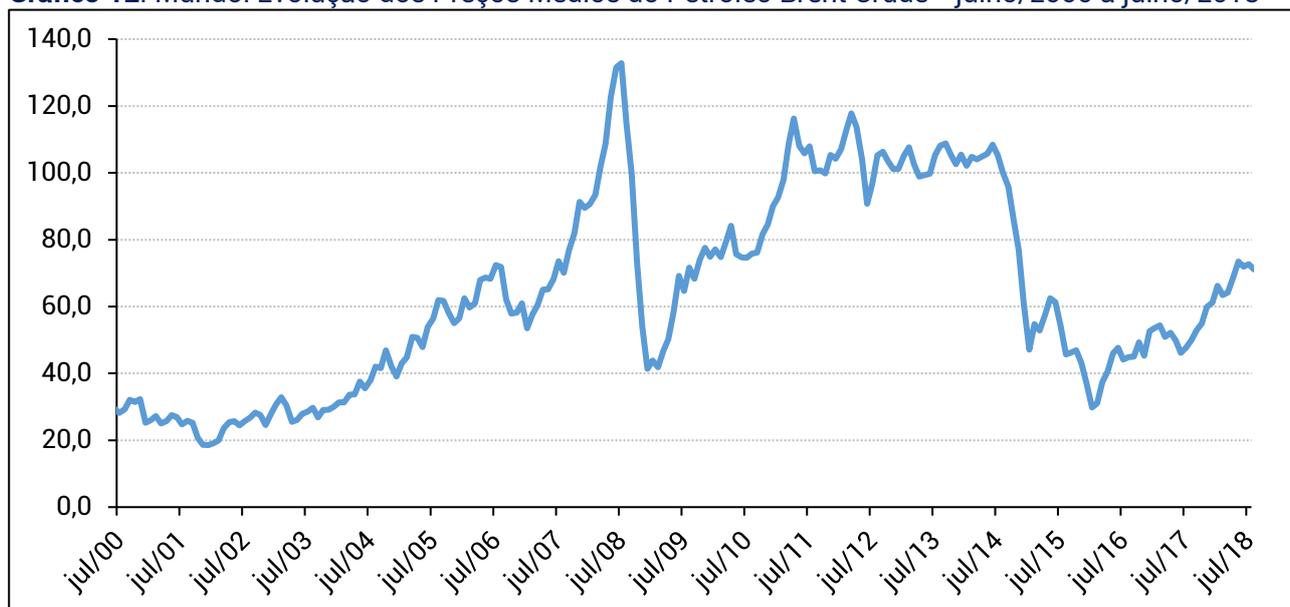
Os Investimentos Diretos no país totalizam US\$ 44,4 bilhões no saldo do ano até agosto, isso corresponde a uma queda de 2,8% em comparação ao ano anterior, resultado condizente com a atual conjuntura de incertezas políticas. Na conta de Investimento em Carteira, observa-se o saldo de US\$ 3,2 bilhões negativo (inverso ao fluxo anterior de US\$ +6,8 bilhões no ano anterior), tendo como principal responsável a conta dos passivos de Títulos de Renda Fixa, a qual até agosto encontra-se em torno de US\$ 5,5 bilhões, sendo 95% maior que em mesmo período de 2017. Isso é resultado do aumento da demanda por títulos pós fixados por parte dos estrangeiros, a qual, em junho, segundo a Secretaria de Tesouro Nacional (STN), correspondia a 26,5% do total, passando para 27,9% no mês seguinte, fator este que provavelmente tem relação com a expectativa de elevação da taxa de juros, tendo em vista a instabilidade cambial e o risco de aumento da inflação (**ver Gráfico 11**).

2.2.2. Commodities

Preço do petróleo continua exercendo pressões altistas nos preços das *commodities* energéticas e fertilizantes enquanto mercado de minerais metálicas arrefece

No mercado internacional até julho de 2018, as *commodities* **energéticas** vem apresentando crescimento no ano (+18,0%), puxadas sobretudo pela valorização do petróleo (+15,9%) que saiu de US\$ 64,2/bbl para US\$ 74,4/bbl (**Tabela 6**). O principal vetor que explica a sobrevalorização da mercadoria e que levou o Bank of America Merrill Lynch a projetar a precificação média do barril para 2019 em US\$ 80/bbl, vem sendo a incapacidade de alguns grandes *players* em suprir o *gap* aberto pela redução da produção no Irã, que gira em torno de 500 mil barris por dia, além dos problemas na Venezuela e Líbia que somam-se à um possível aumento do consumo nos Estados Unidos.

Gráfico 12. Mundo: Evolução dos Preços Médios do Petróleo Brent Crude - julho/2000 a julho/2018



Fonte: World Bank

O segundo destaque vai para as *commodities* da categoria **matérias primas agrícolas**, sobretudo para a pasta de celulose, que segundo o Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE) apresentou em julho crescimento de 23,2% em relação ao início do ano e atingiu o marco de US\$ 1.222,3/mt. Na mesma categoria e espaço temporal, o algodão valorizou 12,6% e ficou na cifra de US\$ 2,1/kg.

- Quanto à pasta de celulose, a valorização originou de uma série de aumento nos custos com madeira em alguns países, o que pressionaram fabricantes na Rússia e Austrália a reduzir a operação, diminuindo a oferta e elevando parcialmente os preços diante de uma demanda robusta da indústria têxtil e do segmento de embalagens.
- Para o algodão a demanda da indústria têxtil também se manteve robusta, sobretudo nos maiores compradores China, Índia, Bangladesh e Vietnam. Não obstante, a tempestade tropical Gordon nos EUA afetou a produção do cinturão do algodão no país.

Tabela 6. Mundo: Cotação Internacional das Principais *commodities* negociadas no Brasil e Maranhão. Médias Anuais de 2016 até 2018* preços mensais de julho/17, dez/17, jun/18, jul/18; projeções para 2019 e 2019 e Crescimento (%)

Descrição	Médias anuais			2017		2018		Cresc. (%)			Projeções	
	2016	2017	2018*	julho	dez	junho	julho	No ano	No mês	jul18/ jul17	2018	2019
Energéticas												
Petróleo Crude¹ (\$/bbl)	44,0	54,4	71,3	48,7	64,2	75,2	74,4	15,9	-1,0	52,9	65,0	65,0
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,5	3,0	2,9	3,0	2,8	2,9	2,8	1,4	-4,8	-5,5	3,0	3,1
Grãos												
Soja, Grãos (\$/mt)	405,7	400,1	427,1	388,2	410,5	412,6	404,4	-1,5	-2,0	4,2	415,0	424,0
Milho (\$/mt)	159,2	154,5	167,2	157,5	149,0	167,8	156,5	5,0	-6,7	-0,7	165,0	168,0
Proteína Animal												
Carne Bovina (\$/kg)	3,9	4,2	4,2	4,5	4,1	4,1	4,0	-1,0	-1,3	-11,1	4,3	4,2
Matérias Primas Agrícolas												
Pasta de Celulose² (\$/mt)	802,0	881,8	1.125,2	890,2	992,2	1.196,3	1.222,3	23,2	2,2	37,3	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,8	2,1	1,9	1,9	2,2	2,1	12,6	-1,6	14,4	2,0	2,0
Fertilizantes												
Fosfato Rocha (\$/mt)	112,2	89,7	85,3	92,5	80,0	86,8	86,9	8,6	0,1	-6,1	95,0	97,0
DAP (\$/mt)	345,3	323,0	381,4	313,8	357,3	391,6	400,8	12,2	2,3	27,7	390,0	395,0
TSP (\$/mt)	290,5	283,3	321,3	276,0	309,0	335,0	344,0	11,3	2,7	24,6	315,0	320,0
Uréia (\$/mt)	199,3	213,9	230,5	181,0	214,6	224,0	252,5	17,6	12,7	39,5	220,0	226,0
Metálicas e Minerais												
Alumínio (\$/mt)	1.603,9	1.967,7	2.190,7	1.903,0	2.080,5	2.237,6	2.082,2	0,1	-6,9	9,4	2.175,0	2.100,0
Minério de Ferro (\$/dmtu)	58,4	71,8	74,7	67,7	72,3	65,0	64,6	-10,6	-0,7	-4,7	64,0	60,0
Cobre (\$/mt)	4.867,4	6.169,9	6.823,6	5.985,1	6.833,9	6.965,9	6.250,8	-8,5	-10,3	4,4	6.800,0	6.816,0
Ouro (\$/troy oz)	1.249,0	1.257,6	1.306,3	1.236,8	1.264,5	1.281,6	1.237,7	-2,1	-3,4	0,1	1.300,0	1.282,0

Fonte: World Bank; INSEE; NBSK INDEX; *acumulado até julho

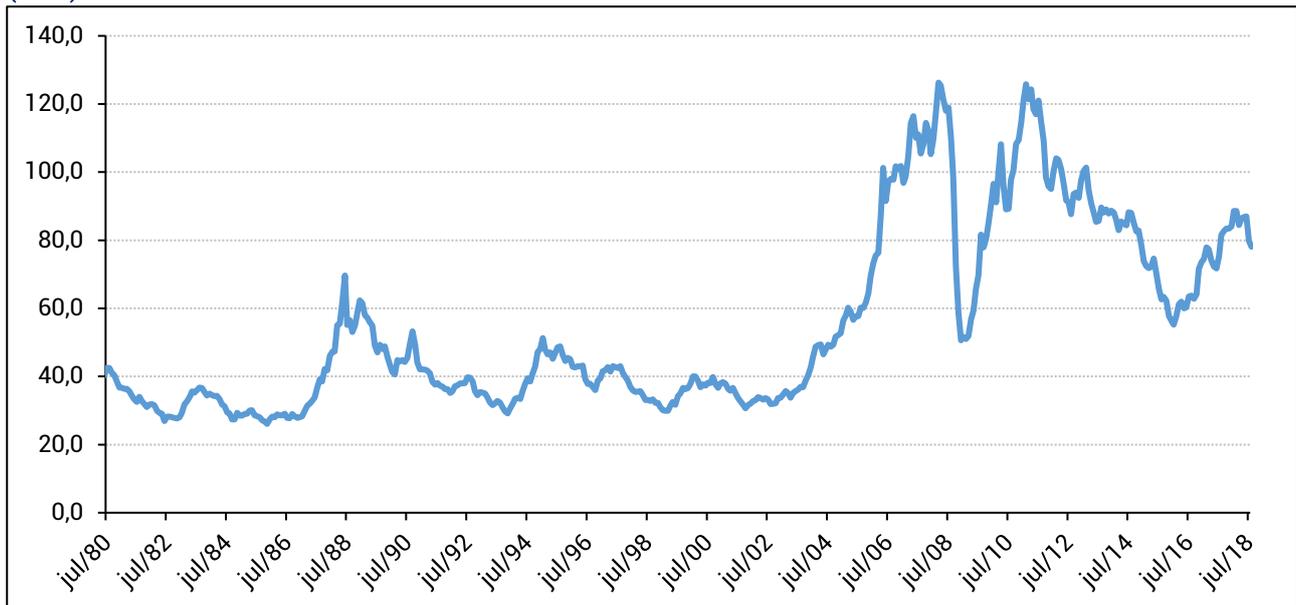
Observando a agricultura, no ano a maioria dos **fertilizantes** registraram crescimento substancial, sobretudo no mês de julho, no qual, apenas o Fosfato Rocha, por ser em natura, não apresentou valorização. O fertilizante que apresentou o maior crescimento foi a Uréia (+17,6%) seguida do Di-Hidrogenofosfato de Amônio (DAP) (+12,2%) e do Superfosfato Triplo (TSP) (+11,3%). O crescimento constante dos custos com energia é o principal elemento da valorização dos fertilizantes. Soma-se a isso uma forte e crescente demanda advinda da América Latina, sobretudo do Brasil que vem gerando fortes pressões no mercado, o fechamento de uma fábrica nos Estados Unidos e redução da produção na China devido a pressões ambientais. Destaca-se, contudo, que novas fábricas e ampliação de capacidades instaladas estão previstas para acontecer na Rússia, Arábia Saudita, Marrocos, Azerbaijão, Indonésia e possivelmente, retomada na China e nos Estados Unidos.

Os preços das **commodities agrícolas**, porém, não crescem no mesmo ritmo que seus custos (energia e fertilizante). Dentre as principais destacadas na **Tabela 6**, o preço da tonelada da Soja desvalorizou em 1,5%, registrando US\$ 404,4/mt e o milho cresceu apenas 5,0% e vem registrando arrefecimento nos últimos meses, encerrando em julho na cotação de US\$156,5/mt.

- Tratando-se do milho, a produção mundial caiu cerca de 3% devido ao clima desfavorável na Argentina, redução da área plantada nos EUA e na África do Sul, enquanto a demanda deve crescer na mesma taxa em 2018, esse *gap* gerou pressões nos preços que foram contrabalanceados por um aumento da produção no Brasil, México e China. Para o milho, esse contrabalanço resultou na leve alta, que pode se manter ainda no primeiro trimestre de 2019.
- Quanto à Soja, não obstante as disputas comerciais entre China e Estados Unidos, que sacodem o mercado da *commodity* com incertezas, a produção no Brasil superou a supersafra do ano anterior e pressionou bastante a oferta internacional, inclusive, desestimulando os produtores norte-americanos, o que poderá produzir ganhos futuros de mercado e preço no curto prazo, pois seu custo de produção é maior do que o brasileiro.

Já para as **commodities metálicas** (**Gráfico 13**) no ano há uma desvalorização de 5,2% no índice, guiado sobretudo, pela depreciação do Minério de Ferro (-10,6%) e do Alumínio (-6,9%), este movimento deriva de um processo de recuperação do mercado frente a alta elevação dos preços em 2017 quando houveram quebras de produção na Austrália (minério de ferro) e arrefecimento da demanda mundial de alumínio, que estava crescendo desde 2015, quando muitas fábricas reduziram sua produção em função dos elevados custos com energia elétrica, e que, em momentos oportunos reutilizam parte da sua capacidade instalada para suprir o mercado.

Gráfico 13. Mundo: Índice de Laspeyers para a cotação internacional das *commodities* metálicas (exceto metais preciosos) de julho/1980 a julho/2018. Base 2010=100 baseado no preço em Dólares (USA) nominais



Fonte: World Bank

2.2.3. Balança Comercial

Importações crescem com aquisições de plataformas de perfuração do pré-sal, preços do petróleo e retomada, ainda sutil, da economia nacional

No comércio exterior nacional, as exportações cresceram em 8,9% e as importações 23,9% no comparativo entre acumulados até agosto de 2017 com 2018, de modo que perfizeram um superávit de US\$ 37,6 bilhões, 21,6% menor do que o período antecedente. O crescimento das Importações em taxa superior à das Exportações deveu-se, sobretudo, às aquisições de produtos manufaturados (US\$ 103,5 bilhões, +25,1%) que aumentaram em US\$ 20,7 bilhões em relação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 7. Brasil: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2018* valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial (A-B)	A-B (Var %)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11,0
2017	217.739	17,5	-150.749	9,6	66.990	368.489	14,2
2017*	145.930	-	-97.842	-	48.087	243.772	-
2018*	158.904	8,9	-121.227	23,9	37.677	280.131	14,9

Fonte: MDIC

Dentre os principais produtos presentes na pauta de **importações**, no acumulado até agosto, destaca-se *Plataformas de perfuração ou de exploração, dragas, etc.* que registraram a cifra de US\$ 7,3 bilhões, este produto, resulta de novas operações da Petrobras e expansão da produção e funcionamento de quatro plataformas de petróleo no país, destinadas à exploração do pré-sal. Mais seis plataformas estão previstas para instalação em 2019, respondendo por parte significativa do

aumento das compras de Bens de Capital que atingiram o total de US\$ 19,7 bilhões (+95,8%). O segundo maior crescimento registrado foi em *Demais produtos manufaturados (não especificados)* que somaram US\$ 14,1 bilhões (+16,5%). Na análise por Grandes Categorias Econômicas, todas as rubricas apresentaram crescimento, os Bens Intermediários registraram US\$ 69,9 bilhões (+13,4%), os Bens de Consumo US\$ 17,3 bilhões (+17,2%) e os Combustíveis e Lubrificantes US\$ 14,2 bilhões (+26,2%).

- O crescimento nas aquisições de combustíveis deve contradizer parte do enfoque da Petrobras na estratégia de expandir a extração de petróleo, deixando aquém a retomada dos investimentos em refinarias, principal problema nacional em relação a elevação dos custos da gasolina e diesel, não obstante a valorização internacional do Dólar e do barril de petróleo (consequentemente da gasolina importada) que perfazem elevado efeito *pass-through* à inflação nacional.

No lado das **exportações**, os principais produtos nacionais exportados no acumulado até agosto foram a *Soja, mesmo triturada*, US\$ 25,7 bilhões (+19,9%); *Óleos brutos de petróleo*, US\$ 15,3 bilhões (+25,9%); *Minério de ferro*, US\$ 12,5 bilhões (-0,98%) e a *Pasta de celulose*, US\$ 5,6 bilhões (+37,9%), dentre os quais, com exceção da *Soja*, o principal fator de oscilação das exportações foi a valorização dos preços, não obstante, aumentos pontuais na *Pasta de celulose* e no *Petróleo*.

- Tratando-se das Grandes Categorias Econômicas, com exceção de Bens de Consumo (-6,4%) todas apresentaram crescimento. Em Bens de Capital (+33,8%), os principais incrementos ocorreram na exportação de *Barcos-faróis/guindastes/docas/diques* que somou US\$ 2,7 bilhões frente aos US\$ 903 milhões do ano anterior; *Plataforma de perfuração ou de exploração, flutuantes, submersíveis* que registrou a cifra de US\$ 1,3 bilhões (possivelmente venda ou revenda por parte da Petrobras); *Tratores rodoviários para semi-reboque* (+35%) e *Aviões e outros veículos aéreos a turbojato*, com peso entre 7.000 e 15.000 kg (+44%).

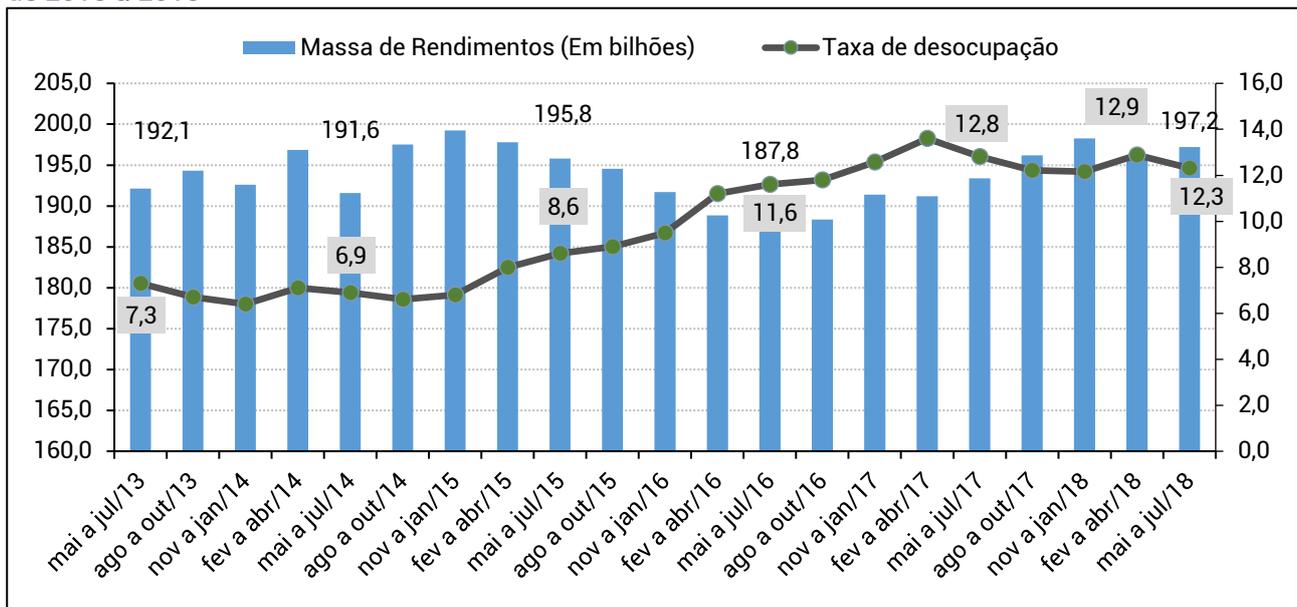
A expansão em todas as categorias de importação ilustra uma capacidade de retomada, ainda que lenta, da economia nacional, sobretudo, guiado por investimentos de Estatais e recuperação do consumo. Nas exportações, também fica visível sinais de melhora com a expansão das vendas de Bens de Capital, não obstante os aumentos na produção de *commodities* agrícolas. Contudo, dois fenômenos podem atrapalhar essa guinada no comércio exterior, 1) a valorização do petróleo e a desvalorização das *commodities* agrícolas e minerais; 2) a elevação do câmbio, que dependendo da interação entre ambos, poderá haver um freio nas aquisições de Bens de Capital internacional e perdas nas exportações de alguns produtos nacionais, caso o câmbio não se valorize acima da desvalorização dos preços relativos às *commodities*.

2.3. Mercado de Trabalho

Taxa de Desocupação do país marca 12,3% no trimestre móvel maio-julho de 2018 e recua 0,8 p.p. contra o trimestre anterior

De acordo com os dados da PNADc (**Gráfico 14**), divulgada dia 30 de agosto deste ano, a Taxa de Desocupação trimestral brasileira caiu para 12,3% (-0,6 p.p. em relação ao trimestre anterior). Isto se deve ao aumento do número de pessoas fora da Força de Trabalho, e do aumento do número de Pessoas Ocupadas (+1,0% contra o trimestre anterior). Neste indicador, contribuição mais expressiva foi a categoria *Trabalhadores sem carteira - exclusive trabalhadores domésticos*, crescimento de 3,4% contra o mesmo trimestre do ano anterior. Já a massa de rendimentos reais dos trabalhadores ocupados registrou crescimento de 2,0% contra o mesmo período do ano anterior.

Gráfico 14. Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões), e Taxa de Desocupação trimestral (%), de 2013 a 2018



Fonte: PNADc mensal/IBGE * Inflacionada pelo IPCA, a preços de junho de 2018

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no mercado de trabalho formal brasileiro observou-se a criação de 110,4 mil postos de trabalho em agosto de 2018 (

Tabela 8). Trata-se do maior resultado para o mês desde agosto de 2013, quando houve um saldo de 127,7 mil empregos. Em termos setoriais, os maiores destaques do emprego formal foram: Serviços (+66,2 mil), Comércio (+17,9 mil) e Indústria de Transformação (+15,7 mil). Em contrapartida, a Agropecuária foi o único setor a apresentar saldo negativo no mês (-3,3 mil).

Tabela 8. Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2018*, saldo em agosto** de 2017 e 2018; Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado do ano*		Agosto		Variação absoluta (b-a)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018	
Total	-1.326.558	-14.438	183.276	568.551	35.457	110.431	385.275
Extrativa Mineral	-11.909	-5.929	-1.689	2.416	-135	467	4.105
Ind. de Transformação	-324.159	-21.116	56.733	97.534	12.873	15.764	40.801
SIUP ¹	-12.789	-4.128	-8	8.930	-434	1.240	8.938
Construção Civil	-361.874	-104.152	-27.138	65.460	1.017	11.800	92.598
Comércio	-197.490	44.991	-94.172	-75.030	10.721	17.859	19.142
Serviços	-392.575	39.980	112.954	369.167	23.299	66.256	256.213
Administração Pública	-11.574	-1.192	18.859	12.510	528	394	-6.349
Agropecuária	-14.188	37.108	117.737	87.564	-12.412	-3.349	-30.173

Fonte: CAGED/MTE. *Acumulado de janeiro a agosto (com ajuste até julho)

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

- No acumulado de janeiro a agosto atingiu-se 568,5 mil contratações líquidas, marcando uma diferença positiva de aproximadamente 385,3 mil em relação ao mesmo intervalo de 2017 (183,3 mil).
- Os setores mais dinâmicos em 2018, em termos de geração de postos de trabalho foram os Serviços (+369,2 mil) e Indústria de Transformação (+97,5 mil). Por outro lado, o Comércio (-75 mil postos) foi o único o setor a apresentar desmobilização de empregos formais no acumulado de 2018.
- Na distribuição regional, todas as regiões apresentaram desempenho positivo em agosto de 2018, sobretudo, o Sudeste (+41,3 mil) e o Nordeste (+36,4 mil). O mesmo comportamento é

observado no resultado do acumulado do ano, com as regiões Sudeste (+311,6 mil) e Sul (+102,8 mil) liderando a recuperação do emprego formal no país.

2.4. Finanças Públicas

Proposta de Lei Orçamentária Anual estabelece meta de R\$ -132 bilhões para o Setor Público Consolidado e deixa de fora da previsão de receita da União a arrecadação que os leilões de petróleo de blocos excedentes à Petrobrás podem render, estimada em R\$ 100 bilhões

Conforme divulgado mensalmente pela STN, o Governo Central encerrou os primeiros oito meses do ano com déficit primário de R\$ 58,5 bilhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, esse valor representa redução de R\$ 28,2 bilhões no saldo negativo, visto que de janeiro a agosto de 2017 o déficit do Governo Central foi de R\$ 86,7 bilhões. Em termos percentuais em relação do PIB o resultado primário passou de -2,3% no acumulado do ano de 2017, para -1,5% no acumulado de 2018 (**Tabela 9**).

As perspectivas para o Tesouro divulgadas através da apresentação mensal do Resultado do Tesouro Nacional, estimam para o período de setembro-dezembro déficit de R\$ 92,2 bilhões, resultado R\$ 54,7 bilhões inferior ao realizado no mesmo período de 2017. Se a previsão se realizar, será o pior resultado primário do governo central para o período registrado na série histórica. Essa premissa levou em consideração queda de 0,1% da Receita Líquida (+13,3% em *Transf. por Repartição de Receita*) em paralelo ao acentuado crescimento das Despesas Totais, de 13,3%. Essa dinâmica das contas públicas cristaliza o tamanho do desafio fiscal em ano que era esperado que a pauta de reformas avançasse, o que não se concretizou.

Na abertura das receitas realizadas de janeiro a agosto de 2018, verifica-se que a arrecadação da maioria dos tributos vem se comportando melhor do que o esperado no início do ano, de forma que a arrecadação total registrou até agosto elevação real de R\$ 60,6 bilhões, dos quais R\$ 42,0 bilhões são referentes à Receita Administrada e R\$ 17,2 bilhões às não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB). Contudo, essa melhora não foi o suficiente para cobrir o peso dos dispêndios do Governo Central.

Que pese nessa melhora a influência dos fatores não recorrentes, que ganharam participação desde exercício de 2017. Mas por serem de natureza pouco previsível, fica difícil prever sua manutenção até o fim do ano e dos próximos.

- Houve reclassificação de resíduo de estoque de parcelamentos especiais não reclassificados em novembro de 2017. Essa mudança não impactou o número da Receita Total, contudo influenciou em sua composição majorando principalmente os itens Imposto de Renda, Confins, PIS/PASEP e CSLL, minorando outras receitas administradas.
- Além do fator citado acima, destaca-se: aumento de COFINS (+16,9%, R\$ +24,0 bilhões) e PIS/PASEP (+14,8%, R\$ +5,6 bilhões) devido ao reajuste das alíquotas sobre combustíveis e o aumento do volume de vendas de bens (+5,4% da PMC jan/18 a jul/18) e aumento de IPI (+22,0%, R\$ +6,6 bilhões) devido ao crescimento da Produção Industrial (+2,5% de jan/18 a jul/18).

Tabela 9. Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2017*, 2018*, ago/17 e ago/18, Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA até ago/18 - (R\$ milhões)

Descrição	2017*	2018*	Agosto (val. constantes)		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)		Var. absoluta (Val. reais)	
			2017 (a)	2018 (b)	2018*/2017*	b/a	2018*/2017*	b/a	2018*-2017*	b-a
RECEITA TOTAL	882.460,9	971.882,6	114.266,3	114.894,0	10,1	4,8	6,6	0,5	60.650,7	627,7
Receita Administrada pela RFB	546.841,6	606.497,1	65.386,7	65.785,3	10,9	4,8	7,3	0,6	42.043,1	398,6
Imposto de Importação	20.658,0	26.988,0	3.121,4	3.933,2	30,6	31,3	26,3	26,0	5.685,2	811,8
IPI	28.786,4	36.279,1	3.912,0	4.473,3	26,0	19,1	22,0	14,3	6.619,0	561,3
Imposto de Renda	233.996,1	244.702,0	22.639,9	20.079,4	4,6	-7,6	1,3	-11,3	3.089,4	-2.560,5
COFINS	136.018,5	164.384,2	19.069,4	22.738,6	20,9	24,2	16,9	19,2	24.071,9	3.669,2
PIS/PASEP	36.703,7	43.540,1	5.034,4	5.734,1	18,6	18,7	14,8	13,9	5.674,8	699,7
CSLL	49.697,8	55.580,9	4.641,2	5.051,8	11,8	13,4	8,3	8,8	4.301,9	410,6
CIDE Combustíveis	3.840,1	2.989,4	536,6	206,6	-22,2	-59,9	-24,5	-61,5	-986,0	-330,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	234.704,9	243.948,6	31.567,8	31.331,1	3,9	3,4	0,5	-0,8	1.334,4	-236,8
TRANSF. POR REPAR. DE RECEITA	154.094,8	171.802,1	18.864,8	22.434,5	11,5	23,9	7,9	18,9	12.674,0	3.569,7
FPM/FPE/IPI-EE	123.536,9	133.076,7	14.140,3	14.813,7	7,7	9,2	4,2	4,8	5.464,7	673,4
Compensações Financeiras	15.395,2	23.333,4	3.050,3	5.953,4	51,6	103,4	46,5	95,2	7.490,4	2.903,1
CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	0,0	0,0	-6,8	-	-9,8	-	-128,8	0,0
RECEITA LÍQUIDA	728.366,2	800.080,5	95.401,5	92.459,5	9,8	1,0	6,3	-3,1	47.976,7	-2.942,1
DESPESA TOTAL	815.110,4	862.658,4	105.936,4	112.192,8	5,8	10,3	2,4	5,9	20.199,6	6.256,4
Benefícios Previdenciários	347.977,5	367.334,3	49.164,6	49.348,2	5,6	4,6	2,1	0,4	7.725,1	183,7
Pessoal e Encargos Sociais	185.929,1	194.351,3	22.499,5	23.489,7	4,5	8,8	1,1	4,4	2.148,5	990,1
Outras Despesas Obrigatórias	131.107,8	130.978,1	13.283,1	14.998,1	-0,1	17,6	-3,3	12,9	-4.577,4	1.715,0
Compen. ao RGPS por Deson. Folha	10.306,3	9.687,1	1.014,7	919,9	-6,0	-5,5	-9,0	-9,3	-971,0	-94,8
Despesas Discricionárias	150.096,0	169.994,8	20.989,2	24.356,8	13,3	20,9	9,5	16,0	14.903,3	3.367,6
PAC	14.145,6	13.762,9	2.166,5	2.688,5	-2,7	29,3	-6,0	24,1	-889,1	522,0
<i>d/q MCMV</i>	1.872,9	1.779,7	226,3	426,1	-5,0	96,2	-8,4	88,3	-165,0	199,8
Emissões de TDA	29,7	25,3	5,5	9,5	-14,8	81,0	-17,7	73,7	8.308,3	1.845,4
Demais Poder Executivo	128.835,2	148.088,5	17.838,7	20.599,6	14,9	20,3	11,1	15,5	14.993,2	2.760,9
Min. da Saúde	63.422,6	71.813,8	8.596,2	8.953,3	13,2	8,5	9,5	4,2	6.306,4	357,2
Min. do Des. Social	21.575,3	22.908,0	3.297,9	3.258,5	6,2	2,9	2,7	-1,2	601,7	-39,4
Min. da Educação	18.567,3	18.991,3	2.373,8	2.971,4	2,3	30,4	-1,1	25,2	-223,3	597,7
Demais	25.270,1	34.375,4	3.570,9	5.416,3	36,0	58,0	31,4	51,7	8.308,3	1.845,4
LEJU/MPU	7.085,4	7.973,2	978,6	1.045,0	12,5	11,3	8,9	6,8	172,3	66,4
FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	4.021,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-
PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-86.744,2	-58.557,0	-10.534,9	-19.733,4	-32,5	95,2	-35,2	87,3	-	-
Resultado Primário/PIB	-2,0	-1,3	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: STN

- O aumento médio de 9,5% da taxa de câmbio favoreceu a arrecadação do Imposto de Importação, incidente sobre o valor do produto na sua origem, que registrou acréscimo de 26,3% (R\$ +5,6 bilhões) no acumulado do ano e 26,3% (R\$ +811,8 milhões) no comparativo intermensal.
- A redução para zero da alíquota de CIDE incidente sobre o diesel e suas correntes pode ser o fator explicativo da menor apuração do tributo, que além do mais, teve sua estimativa para o ano revisada para baixo. Como consta no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 3º bim/2018, a estimativa de arrecadação do CIDE em 2018 caiu de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 4,1 bilhões. Conseqüentemente, as transferências do tributo aos Estados retraíram, com registro de queda de 9,8% (R\$ -128,8 milhões).

As receitas transferidas aos Estados e municípios apresentaram variação positiva de 7,9% (R\$ +12,6 bilhões), puxada pelos montantes mais elevados das transferências de FPM/FPE/IPI-EE (+4,2%, R\$ +5,4 bilhões) e Compensações Financeiras (+46,5%, R\$ +7,4 bilhões). Na contramão, os repasses de Fundos Constitucionais (-1,7%), Contribuição Financeira (-0,2%) e CIDE - Combustíveis (-9,8%) tiveram contração. Para os meses restantes de 2018, o Tesouro estima continuação da melhora do volume dos principais repasses baseado na variação positiva da projeção das Receitas Administradas pela RFB.

Pelo lado das despesas, o registro de queda dos dispêndios com Compensações ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) pelas Desonerações da Folha (-9,0%, R\$ -971,0 milhões) é devido ao fim

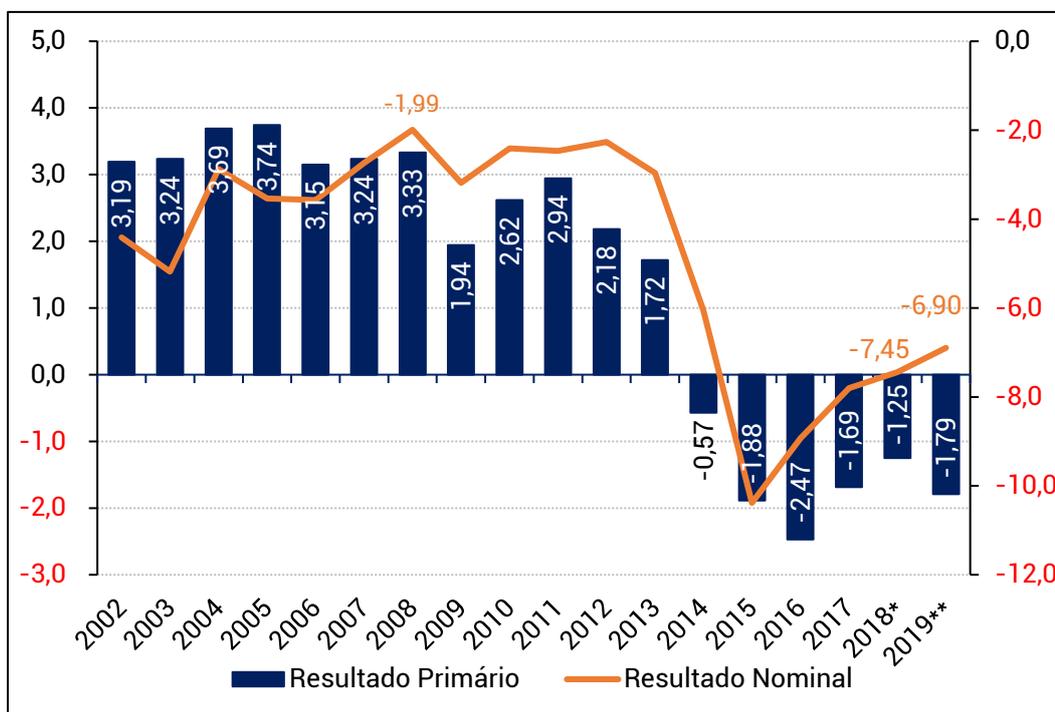
da desoneração da folha de pagamento⁶ à diversos setores, instituído em maio pela Lei nº 13.670/2018, entre eles: setor hoteleiro; comércio varejista; alguns segmentos industriais, como o de automóveis; transporte marítimo de passageiros e de carga na navegação de cabotagem, interior e de longo curso; navegação de apoio marítimo e de apoio portuário; carga, descarga e armazenamento de contêineres em portos, transporte ferroviário de cargas; e prestação de serviços de infraestrutura aeroportuária.

No ano, a elevação das despesas discricionárias é explicada pelos dispêndios do poder executivo que corresponde aos custeios dos ministérios: o crescimento do custeio do Ministério da Saúde no ano, foi de +9,5% (R\$ +6,3 bilhões), em contraposição, apenas o Ministério da Educação apresentou queda no custeio no período (-1,1%, R\$ -223,3 milhões).

Ao considerar o Setor Público Consolidado, metodologia do BACEN que além do Governo Central considera os governos estaduais regionais e as empresas, verifica-se uma redução da velocidade de alta do déficit primário, mas que ainda permanece em patamar elevado. Já o pagamento de juros voltou a marcar patamar elevado em agosto, interrompendo o curso de redução que era observado desde jul/2017.

No acumulado de 12 meses até agosto o déficit primário foi de R\$ 84,4 bilhões, ou 1,25% do PIB. É predominante na conta do resultado primário, a performance do Governo Central, que no computo do resultado de 12 meses contribuiu com déficit de R\$ 92,1 bilhões, na contramão aos resultados superavitários dos governos regionais e das empresas estatais, em R\$ 5,4 bilhões e R\$ 1,6 bilhão, respectivamente. Em termos percentuais do PIB, o resultado primário do Governo Central passou de -2,63% em ago/17 para -1,36% do PIB em ago/18, enquanto que o resultado dos governos regionais reduziu de -0,8% para -0,4% do PIB e o resultado das estatais permaneceu no patamar de -0,2% do PIB no comparativo entre os dois meses. Assim, a melhora da performance de dois dos três componentes do setor público é que contribui para a melhora do déficit total.

Gráfico 15. Brasil: Resultado do Setor Público Consolidado em % do PIB – acumulado 12 meses – 2002 a 2017, 2018* e 2019**



A trajetória de redução dos pagamentos de juros observada até jul/18 foi influenciada pelos cortes da Taxa Selic, que reduziu de 14,25% em out/2016 para 6,50% em jun/2018. Contudo, em ago/18 a conta de juros quebrou esse curso de redução com patamar elevado de R\$ 60,1 bilhões, ante R\$ 36,1 bilhões em ago/17.

Fonte: BACEN *Acumulado de 12 meses até agosto **Meta PLOA 2019

Desde o fim do ano passado que o déficit primário no acumulado de 12 meses vem diminuindo: após ficar estacionado, de meados de 2016 a meados de 2017, no patamar médio de 2,5% do PIB, decresceu

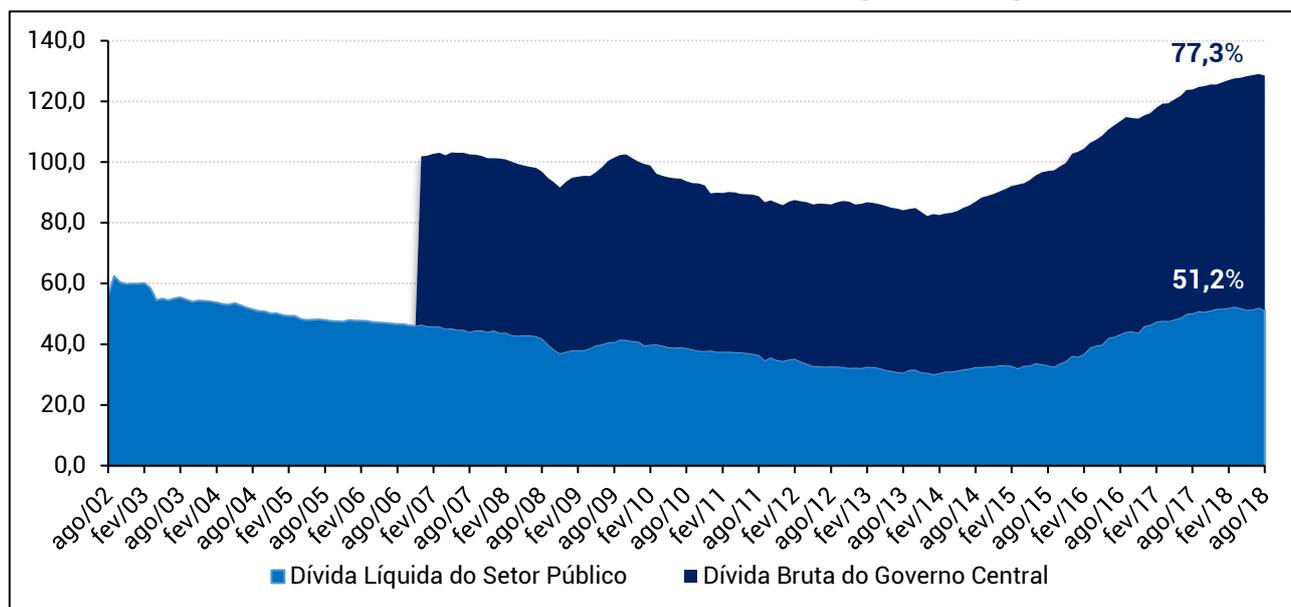
⁶ Instituída pela Lei nº 12.546/2011, permitia que o pagamento das contribuições previdenciárias incidisse sobre o lucro líquido, com alíquota que variava entre 1% a 4,5%. Com a reoneração, o recolhimento volta a ser de 20% sobre a folha de pagamento.

no acumulado de 12 meses até agosto ao patamar de 1,25%. O Resultado Primário Nominal do Setor Público Consolidado, que incorpora o pagamento dos juros nominais, apresenta a mesma melhora, ainda que o nível ainda esteja distante do patamar entre 2008 e 2013.

O **Gráfico 15** mostra a ampliação do Resultado Nominal que se intensificou a partir de 2013, reflexo da elevação do volume de juros pagos que acentuou-se mais intensamente a partir de 2013 e atingiu o pior ponto da série em 2015, quando chegou a -10,38% do PIB. Assim, no acumulado de 12 meses até agosto, o déficit nominal chegou a -7,45% do PIB, patamar ainda elevado e longe dos níveis de 2008, mas que mostram alguma melhora se comparado com ritmo dos últimos dois anos.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) atingiu no mês de julho R\$ 5,2 trilhões, o equivalente a 77,3% do PIB (**Gráfico 16**). Desde o mês de maio que essa variável como proporção do PIB permanece nesse patamar, mas se comparada com 2014, período em que a trajetória de alta se iniciou, verifica-se elevação de 20,1 p.p.

Gráfico 16. Brasil: Dívida Bruta do Governo Central em % do PIB – ago/2002 a ago/2018



Fonte: BACEN

Já a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançou no mês agosto R\$ 3,4 trilhões, ou 51,2% do PIB. Segundo o Banco Central, no ano, a retração de 0,4 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu o efeito da desvalorização cambial acumulada de 25% (redução de 3,7 p.p.), o crescimento do PIB nominal (redução de 1,5 p.p.), a incorporação de juros nominais (aumento de 4,3 p.p) e o déficit primário (aumento de 0,5 p.p.)

A revisão do cenário básico, considerado o mais provável, estimado pela Instituição Fiscal Independente⁷ (IFI) projeta que a relação DBGG/PIB alcance 76,3% no fim de 2018, atingindo em 2023/2024 o ponto máximo da trajetória esperada de 84,1%, e partir de então declinará lentamente. Os principais condicionantes da estimativa da IFI foram: a melhora nas projeções de resultado primário, em razão, sobretudo, das receitas de petróleo mais altas para o horizonte preditivo; PIB nominal mais elevado devido à incorporação das novas estimativas para o deflator da variável; inclusão dos efeitos da atual política de swaps cambiais sobre as projeções de 2018 e dos próximos anos que afetam as despesas com juros e as operações compromissadas; e revisão dos juros reais médios de 4,3% para 4,0% a.a. no longo prazo.

Foi encaminhado ao Congresso, no fim do mês de agosto, o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019. Na proposta, a meta para o setor público consolidado é de déficit de R\$ 132,0 bilhões (1,8% do PIB). A proposta orçamentária não considera, no computo das receitas primárias, a arrecadação resultante dos leilões de petróleo na camada pré-sal a partir de reservas excedentes em áreas da Bacia de Santos cedidas à Petrobras, que podem render R\$ 100 bilhões, de acordo com estimativa feita pelo

⁷ A estimativa encontra-se no Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) de agosto. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/545483/RAF19_AGO2018.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2018.

Ministério de Minas e Energia. Ficou de fora também, os rendimentos de Imposto de Renda dos fundos de investimentos exclusivos, que segundo estimativa da Secretaria da Receita Federal podem render R\$ 10,7 bilhões. Contudo, foi considerado na proposta R\$ 12,2 bilhões referentes à outorga pelos novos contratos de concessão das usinas da Eletrobrás, cuja realização depende de aprovação no Congresso.

Na intenção de que esses valores sejam realizados em 2019, o governo já encaminhou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a proposta de edital do leilão. Assim, o intuito é que essa operação seja feita no primeiro semestre de 2019. Isso porque a partir do próximo ano, o TCU vai passar a exigir dados de licitação com antecedência mínima de 150 dias, então se os dados fossem encaminhados já em 2019, haveria risco dos leilões serem realizados somente em 2020.

2.5. Como as despesas da proposta orçamentária já foram limitadas pelo teto de gastos, esse valor projetado com os leilões de petróleo não poderia ser usado para aumentar os gastos de 2019. Para que isso fosse possível, o próximo Presidente teria que fazer alterações nas regras do teto. Assim, a saída seria utilizar essa receita de natureza não recorrente para reduzir o déficit primário do Governo Central no próximo ano, que ficaria menor que 0,5% do PIB.

3. CENÁRIO ESTADUAL

3.1. Nível de Atividades

3.1.1. Produção Agrícola

Apesar da revisão para baixo na produção de grãos, a expectativa é que o resultado de 2018 supere o do ano anterior

Conforme o LSPA referente a agosto de 2018, a produção de grãos está estimada em 4.472 mil toneladas (t) em 2018, crescimento de 1,0% em comparação com a safra de 2017 (**Tabela 10**).

Tabela 10. Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA – 2017 e ago/2018

Produto	Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	
		Plantada/a plantar	Colhida/a colher			
Grãos	Total de Grãos	2017(a)	1.639	1.630	4.427	2.716
		Ago/18(b)	1.700	1.700	4.472	2.630
		(b/a)	3,7	4,3	1,0	-3,2
	Soja	2017(a)	819	819	2.334	2.851
		Ago/18(b)	921	921	2.729	2.963
		(b/a)	12,5	12,5	16,9	3,9
	Sorgo	2017(a)	92	92	118	1.282
		Ago/18(b)	106	106	59	562
		(b/a)	15,0	15,0	-49,6	-56,2
	Milho	2017(a)	471	465	1.632	3.521
		Ago/18(b)	422	422	1.326	2.904
		(b/a)	-10,5	-9,2	-18,8	-17,5
	Feijão	2017(a)	75	75	44	575
		Ago/18(b)	73	73	38	511
(b/a)		-1,9	-1,9	-14,5	-11,1	
Arroz	2017(a)	160	157	247	1.570	
	Ago/18(b)	156	156	263	1.694	
	(b/a)	-2,8	-0,9	6,7	7,9	
Algodão	2017(a)	22	22	52	3.796	
	Ago/18(b)	22	22	56	4.102	
	(b/a)	-0,7	-0,7	7,4	8,1	
Demais culturas	Mandioca	2017(a)	294	151	1.316	8.703
		Ago/18(b)	282	149	1.278	8.582
		(b/a)	-4,2	-1,5	-2,9	-1,4
Cana-de-açúcar	2017(a)	52	45	2.483	54.580	
	Ago/18(b)	50	45	2.527	55.930	
		(b/a)	-4,4	-0,7	1,8	2,5

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

*Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

Tanto a regularidade das chuvas quanto a recuperação nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, em especial, da soja, gerou maiores expectativas para o agronegócio maranhense voltado à produção de grãos. O preço médio anual da soja por tonelada, por exemplo, encontra-se no patamar de US\$ 425,6, sendo que a média de preço dessa *commodity* desde 2015, quando atingiu o valor mínimo, até 2017, foi de US\$ 390,42, US\$ 405,67 e US\$ 400,6, respectivamente, entre os referidos anos.

Diferentemente do que aconteceu com o preço da soja, o preço médio anual do milho manteve-se praticamente constante nos últimos quatro anos, contados a partir de 2015 (US\$ 169,18). Somado a isso, o dólar está cotado em patamar acima dos R\$ 4,00/US\$, estimulando a produção maranhense, haja vista que o Maranhão exporta quase toda a soja produzida no Estado e grande parte do milho.

- Por outro lado, apesar da produção de grãos deste ano estar em patamar superior ao do ano passado, as sucessivas perdas nas culturas do milho e do sorgo fizeram com que a estimativa para o ano corrente se tornasse cada vez menor (apenas 1,0%, ante 8,0% no mês anterior), pois estes produtos apresentaram revisões para baixo nos últimos três meses, em especial, o milho, cujo peso no total de grãos é da ordem de 29,6% atualmente.
- Destaca-se que a produção de grãos não apresentou uma estimativa de queda maior devido ao fato de que a soja, cujo peso no total de grãos encontra-se na casa dos 61,0%, vem apresentando resultados bastante positivos desde o início do ano, superando o recorde do ano

- passado, com 395 mil t a mais.
- A área plantada de soja segundo o LSPA de agosto registrou um incremento de, aproximadamente, 102,2 mil hectares (ha) em comparação ao ano passado, 12,5% em termos relativos. Já a redução de 0,1%, entre os meses de julho e agosto, deve-se a perdas ocasionadas pela escassez das chuvas que afetou significativamente o desenvolvimento da lavoura, fato constatado por ocasião da colheita, diferentemente da expectativa registrada no início do plantio.
 - A produção estimada de milho, por sua vez, segue menor que a do ano passado, sendo 1.326 mil t em 2018 contra 1.632 mil t em 2017. Essa queda expressiva deve-se a alguns fatores, segundo os quais, vale destacar: i) no caso do milho 1ª safra, devido ao festejo junino, há muita colheita de milho verde, portanto, este não entra na contabilização dos grãos, o que justifica parte da queda; ii) ainda sobre o milho 1ª safra, houve correção de áreas superestimadas nos municípios de Barreirinhas e Bacabeira, além do fato de que, em Passagem Franca, um dos produtores locais optou por plantar soja ao invés do milho, pois a primeira é mais rentável; iii) no caso do milho 2ª safra, houve redução na produção em vários municípios devido à estiagem que iniciou-se logo após o plantio e prejudicou o desenvolvimento da cultura, ocasionando perdas na produção, como, por exemplo, em Balsas, Tasso Fragoso e Riachão, maiores produtores do Estado.
 - Destaca-se que a queda expressiva na cultura do milho, somado à queda na cultura do feijão, não resultou em grandes perdas no resultado geral da produção graneleira, haja vista que a mesma continua superando a produção do ano passado.
 - O sorgo, apesar de apresentar um peso pequeno em comparação aos demais grãos, apenas 1,6%, também prejudicou o resultado geral de grãos. Essa queda na cultura do sorgo deve-se aos mesmos fatores que levaram a uma revisão para baixo na cultura da soja entre os meses de julho e agosto, conforme mencionado anteriormente, já que os produtores de sorgo são os mesmos que produzem soja.
 - Quanto à cultura do arroz, as estimativas seguem de acordo com o esperado. Conforme o resultado do LSPA de agosto, espera-se colher o equivalente a 263 mil t de arroz em 2018 (+6,7% em comparação ao ano anterior). No município de Montes Altos, houve incentivo da prefeitura, que cedeu o maquinário para os produtores, resultando em um aumento na área plantada que, atualmente, é de 150 ha. Já em Parnarama, também houve aumento da área plantada em decorrência da distribuição de sementes selecionadas por parte do governo do Estado, além da boa perspectiva em relação às chuvas nessa região. Ressalta-se que Parnarama produz o equivalente a 2,1 mil t, em uma área de 1,4 mil ha.
 - A cultura da mandioca vem sendo revisada para baixo desde a primeira estimativa do ano. Isso se justifica devido a fatores como a forma rudimentar de cultivo, o que prejudica a produtividade, além da incidência de pragas e estiagem em alguns municípios, por exemplo, Buriti Bravo e Lagoa do Mato.
 - A produção de cana-de-açúcar no Estado segue positiva em 2018, com crescimento de 1,8% em comparação ao ano passado, incremento de 43,9 mil t. Em Buriti Bravo, por exemplo, houve o surgimento de novas áreas de plantio de cana-de-açúcar devido a instalação de um engenho no município. Já em Campestre do Maranhão, a empresa Maity aumentou a área de plantio de cana para atender a sua própria capacidade de industrialização.

3.1.2. Financiamento Imobiliário

Brasil e Maranhão apresentam crescimento no volume de financiamento imobiliário revertendo o quadro negativo observado no início do ano enquanto que o Nordeste vai em sentido oposto

Segundo os dados do Sistema Financeiros de Habitação (SFH), no acumulado de janeiro a agosto de 2018, o total de crédito para aquisição de imóveis no Maranhão registrou R\$ 260,4 milhões, crescimento de 12,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior (ajustado pela inflação do período medida pelo IPCA). O Nordeste apresentou queda de 2,5%, já no caso do Brasil o aumento foi de 19%. No mês de agosto, o total de financiamento a preços constantes registrou R\$ 29,3 milhões ante 34,2 milhões em comparação ao mesmo mês do ano passado.

Tabela 11. Brasil, Nordeste e Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis (R\$ milhões inflac. IPCA), Participação do Nordeste e Brasil 2007 a 2017, Taxa Média de Crescimento Anual 2007 a 2017 (% a.a.), 2017/2016 e Taxa de Crescimento 2018/2017 (acumulado até agosto) e participação do Maranhão no Nordeste e no Brasil (%)

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	101,0	1.429,5	17.001,2	7,1	0,6
2008	156,2	2.211,6	24.633,8	7,1	0,6
2009	287,0	3.539,7	34.311,4	8,1	0,8
2010	423,8	5.154,3	51.516,1	8,2	0,8
2011	675,9	7.018,3	67.968,6	9,6	1,0
2012	870,6	8.872,9	78.888,2	9,8	1,1
2013	989,7	11.757,0	104.545,6	8,4	0,9
2014	1.115,2	12.542,0	104.178,8	8,9	1,1
2015	728,7	8.504,2	64.845,2	8,6	1,1
2016	411,3	5.288,8	37.932,1	7,8	1,1
2017	325,3	4.584,7	35.342,8	7,1	0,9
2017*	232,3	3.335,4	24.023,6	7,0	1,0
2018*	260,4	3.252,4	28.589,4	8,0	0,9
2007 a 2017	12,4	12,4	7,6		
2017/2016	-20,9	-13,3	-6,8		
2018/2017*	12,1	-2,5	19,0		

Fonte: SBPE/Bacen *janeiro a agosto

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o total de financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança alcançou R\$ 5,67 bilhões em agosto. Destaca-se que o volume de crédito imobiliário aumentou 15% no mês de agosto e 28,3% comparando-se o mesmo mês do ano anterior.

Ainda no mês de agosto, o total de imóveis financiados foi de 22,5 mil na categoria de aquisição e construção, apresentando aumento de 12,1% na comparação com julho. Em relação a agosto do ano passado, houve crescimento de 22,4%.

- Segundo o Conselho Monetário Nacional – (CMN), o limite para financiamento imobiliário com uso do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho – FGTS passou de 900 mil para 1,5 milhão no âmbito do SFH.
- De acordo com a Caixa Econômica Federal – (CEF), para imóveis enquadrados no SFH, houve diminuição na taxa de juros da ordem de 0,25 p.p. (saiu de 9,00% a.a. para 8,75% a.a). Já para imóveis dentro do Sistema de Financiamento Imobiliário – (SFI), a redução foi maior (0,5 p.p.), pois saiu de 10,0% a.a. para 9,5% a.a. Somado a isso, destaca-se que para imóveis usados, o percentual de financiamento voltou para a casa dos 80% do valor imóvel (ante 70,0%), o que reduz o valor da entrada.
- Conforme com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – (CBIC), a venda de imóveis no Brasil apresentou alta de 17,3% no segundo trimestre do ano corrente. Já em comparação ao ano passado, o aumento foi de 32,1% sendo que a região Norte apresentou elevação de 40,7% nas vendas de imóveis, seguido pelo Nordeste (34,7%). Por outro lado, o Sudeste teve crescimento de 16,4%, o Centro Oeste, de apenas 6,7%. A região Sul foi na contramão e registrou redução de 1,1%.

3.1.3. Comércio

Em julho de 2018, a PMC realizada pelo IBGE mostra que o Volume de Vendas do Comércio Varejista maranhense apresentou alta de 0,2% na variação mensal, mas caiu 1,6 ponto percentual em relação ao mês anterior no comparativo com ajuste sazonal

No comparativo anual, o crescimento em julho de 2018 foi de 4,2% com queda de 2,7 p.p. em relação ao mesmo comparativo no mês anterior, quebrando uma série de terceira alta consecutiva no resultado em volume de vendas ocorrida nos meses do segundo trimestre de 2018 em comparação com os meses do segundo trimestre de 2017, respectivamente. A perda de ritmo de crescimento ocorre em um período em que o mercado formal de trabalho no Estado apresentou alta mensal de 35,27% no saldo de contratações em junho de 2018. Os reflexos da melhoria do mercado formal de trabalho no Estado deverão favorecer a melhoria nas condições de consumo no Estado nos meses adiante. De janeiro a junho de 2018, o Estado apresentou um saldo de 6.273 contratações líquidas enquanto em igual período de 2017 houveram 5.759 demissões líquidas no mercado formal segundo dados do CAGED.

O avanço na geração de empregos na economia maranhense que de janeiro a julho de 2018 apresentou saldo de 8.126 contratações formais segundo o CAGED, expande a massa de rendimentos

salariais e alavanca os resultados do setor do comércio conforme os dados da PMC neste período. Os dados sobre as receitas nominais de vendas no varejo restrito confirmam a melhora no setor com alta de 0,9% na variação mensal e 6,4% no comparativo anual e com 6,0% de alta nos últimos 12 meses. Entretanto, a recuperação da capacidade de gerar empregos na economia maranhense não é homogênea em todos os setores. Temos como exemplo o setor do comércio no município de São Luís que apresenta de janeiro a julho de 2018, um saldo de 721 demissões líquidas formais, o que traz incertezas sobre o ritmo de investimentos dos empresários do comércio em contratações, tornando o horizonte da recuperação do mercado de trabalho neste setor indefinido para o segundo semestre de 2018.

O Volume de Vendas do Varejo Ampliado, em julho, cresceu 0,3% na comparação com junho de 2018, e uma importante alta de 4,7% na comparação com julho de 2017. Somente no acumulado de janeiro a julho de 2018, a alta foi de 6,3% e nos últimos 12 meses subiu 8,7%, sendo que este bom desempenho do Varejo Ampliado se deve aos bons resultados obtidos na venda de automóveis, camionetas e demais utilitários neste período (**Tabela 12**).

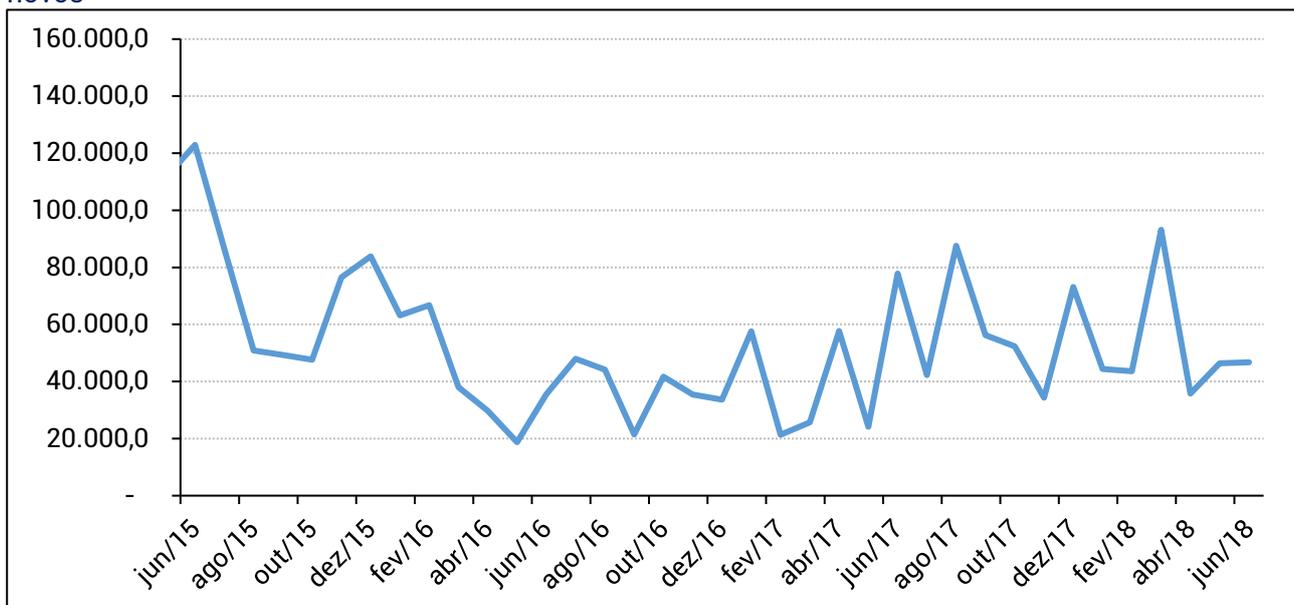
Tabela 12. Maranhão: Volume de vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado – Julho de 18

Varejo	Variação Mensal*	Julho/18**	Acumulado do ano***	Acumulado de 12 meses
Restrito	0,2	4,2	6,0	6,6
Ampliado	0,3	4,7	6,3	8,7

Fonte: IBGE. *Com ajuste sazonal; **Em relação com o mesmo mês do ano anterior; ***Acumulado de 2018 em relação ao acumulado de 2017

Os juros praticados para CDC/Auto, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), apresentaram, em junho deste ano, o nível mais baixo desde janeiro de 2015, trazendo estímulos a este segmento presente no varejo ampliado. Como resultado dos estímulos de juros mais baixos pelas montadoras e fazendo parte de uma estratégia de vendas, geraram impactos positivos sobre os resultados nominais de vendas deste setor dentro do varejo ampliado que subiu 0,5% na comparação mensal e 7,6% no comparativo anual e 8,1% no acumulado dos últimos doze meses. Entretanto, ressalta-se que a arrecadação deste segmento do varejo ampliado ainda está longe de seu melhor desempenho nos últimos quatro anos visto em março e abril de 2015, conforme verifica-se na base de arrecadação deste setor segundo os dados da SEFAZ MA.

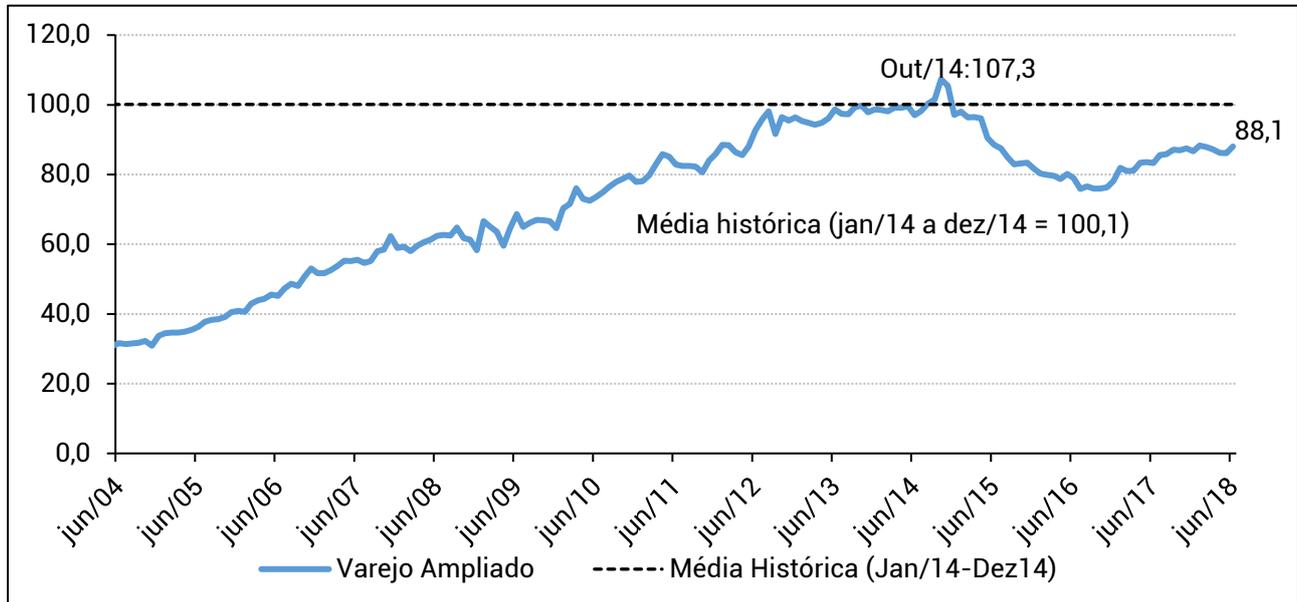
Gráfico 17. Maranhão: Evolução da arrecadação comércio de automóveis, camionetas e utilitários novos



Fonte: SEFAZ/MA

O Índice do Volume de Vendas (88,1 pontos) em junho de 2018 está abaixo do melhor patamar histórico de janeiro a dezembro de 2014 (100,1 pontos) e abaixo do valor máximo atingido em outubro de 2014 (107,3 pontos), como pode ser visto no **Gráfico 18**.

Gráfico 18. Maranhão: Índice do Volume de Vendas do Comércio Varejista Ampliado – dessazonalizado – (Número-Índice: 2014=100) – jun/04 a jun/18



Fonte: PMC

No segundo semestre de 2018, a recuperação do volume de vendas no setor do comércio dependerá também da forma como o mercado consumidor maranhense reagirá a prováveis choques em sua demanda, como o efeito inflacionário da desvalorização cambial em uma cadeia de preços dos segmentos têxtil, eletroeletrônicos, alimentos e bebidas, papel e papelão, metal mecânico, plásticos e borrachas, podendo ocasionar encurtamento das receitas salariais das famílias maranhenses.

3.1.4. Endividamento e Inadimplência

Em setembro de 2018, com aumento de 2,79% na variação mensal, 58,9% das famílias ludovicenses declararam estar comprometidas com dívidas conforme pesquisa da CNC/Fecomércio MA. Isto se dá após dois meses consecutivos de aumento do endividamento e um mês de estabilização com suave queda de 0,17% em agosto em que 57,3% das famílias da capital maranhense apresentavam algum tipo de dívida

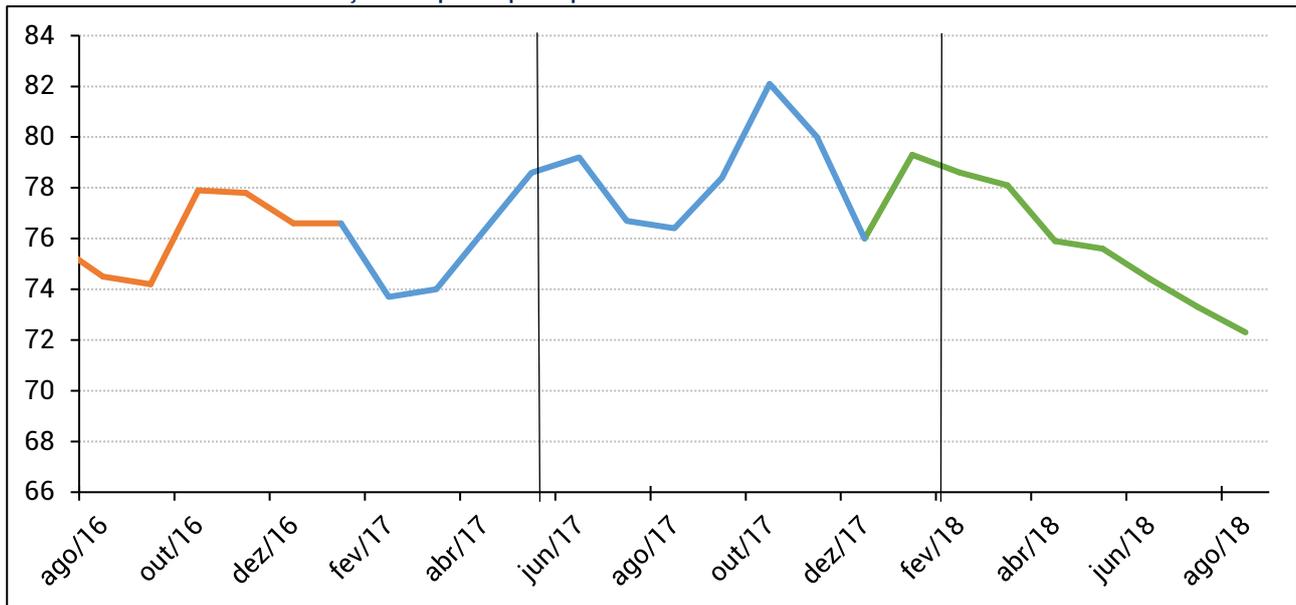
A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência realizada pela CNC/Fecomércio MA na capital ludovicense em setembro apontou que 21,4% dos consumidores endividados informam possuírem contas em atraso. Este é o menor nível dos últimos 57 meses, com uma queda de 16,73% em relação ao mês anterior. A entrada de recursos do PIS a partir de julho, de aproximadamente R\$ 324 milhões de reais, beneficiando 205.284 trabalhadores em toda a economia maranhense segundo dados da CAIXA possibilitaram um alívio no orçamento familiar para os meses seguintes, permitindo a destinação de parte destes recursos para redução das contas atrasadas e da inadimplência futura. A pesquisa apontou redução de 30,14% na variação mensal daqueles que afirmam que não terão condições de pagar suas contas, levando o indicador de inadimplência futura a alcançar 9,5% dos consumidores endividados no município de São Luís.

Como consequência da redução das contas em atraso em virtude do aumento momentâneo das receitas das famílias, o tempo de comprometimento com dívidas reduziu sua média de 7,1 para 6,9 meses em agosto e depois para 6,6 meses em setembro de 2018. Em relação às famílias com contas em atraso, o tempo de pagamento em atraso em média caiu de 78 para 73,4 dias em agosto e depois

para 65,3 dias em setembro. Desta forma, houve uma melhora no equilíbrio das finanças das famílias neste mês de setembro com redução da inadimplência, favorecendo a redução dos gastos com o pagamento de juros das dívidas contraídas com consumo e gastos pessoais diversos.

Dentre os principais tipos de dívidas dos consumidores locais, as dívidas com cartão de crédito representam 70,5% do total em setembro deste ano, inferior aos 72,3% apresentados em agosto, sendo que este tipo de dívida está em seu patamar mais baixo desde outubro de 2014 quando seu percentual era de 68,3%. Embora haja uma redução na média de juros praticada pelas controladoras de cartão de crédito desde fevereiro de 2017 segundo dados da ANEFAC, observa-se desde o início de 2018, uma gradativa redução da contratação deste tipo de dívida. Isto indica que mesmo com cartões de crédito apresentando queda de juros, o consumidor ludovicense apresenta desde outubro de 2017, a tendência a migrar para dívidas com custos mais baixos como carnês ou optar com maior frequência pelo pagamento à vista objetivando o ajuste de suas despesas familiares.

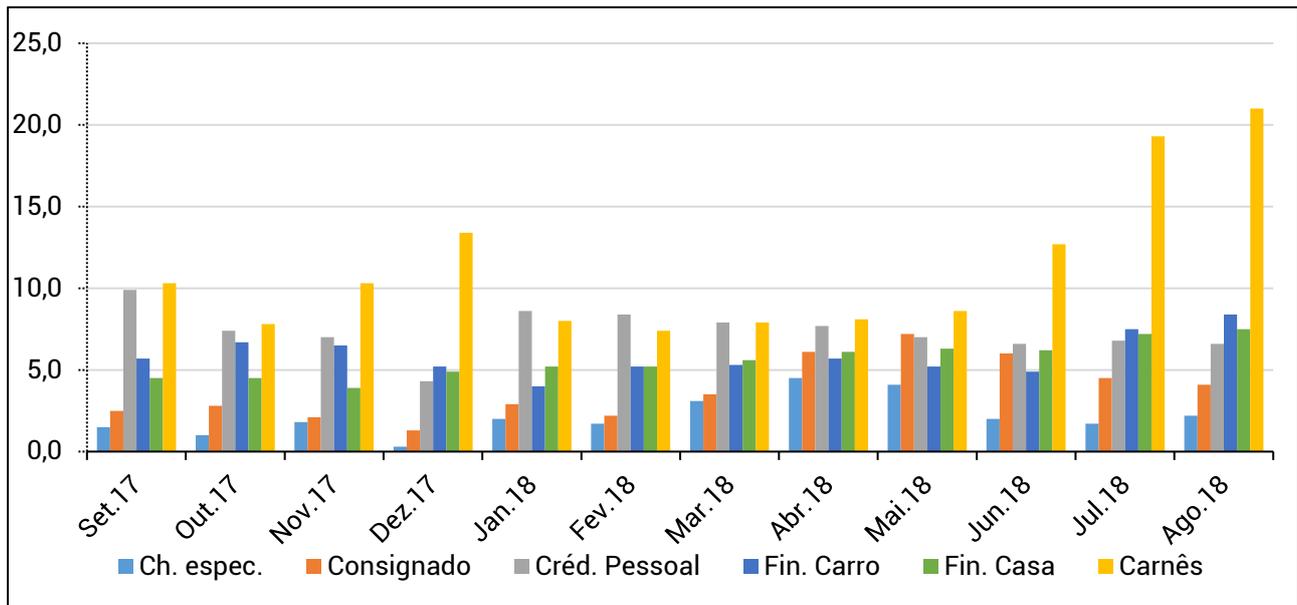
Gráfico 19. São Luís: Evolução do principal tipo de dívida no comércio em São Luís



Fonte: CNC/Fecomércio MA

As dívidas com carnês concentram atualmente 20,6% do total de dívidas em setembro e caindo 1,90% em relação a agosto quando este tipo de dívida apresentava 21% do total das dívidas dos ludovicenses. Até agosto de 2018, este tipo de dívida apresentava uma sequência de altas vistas desde fevereiro de 2018 e apresentando evolução em sua variação mensal de 8,8% de julho a agosto deste ano. As dívidas com financiamento de carro estão em alta desde junho de 2018 com uma variação mensal positiva de 12% em agosto deste ano, representando 8,4% do total das dívidas contraídas em São Luís. Entretanto, em setembro deste ano, este tipo de dívida caiu 5,95% na variação mensal e alcançam atualmente 7,9% dos tipos de dívidas.

Gráfico 20. São Luís: Evolução dos demais tipos de dívidas no comércio



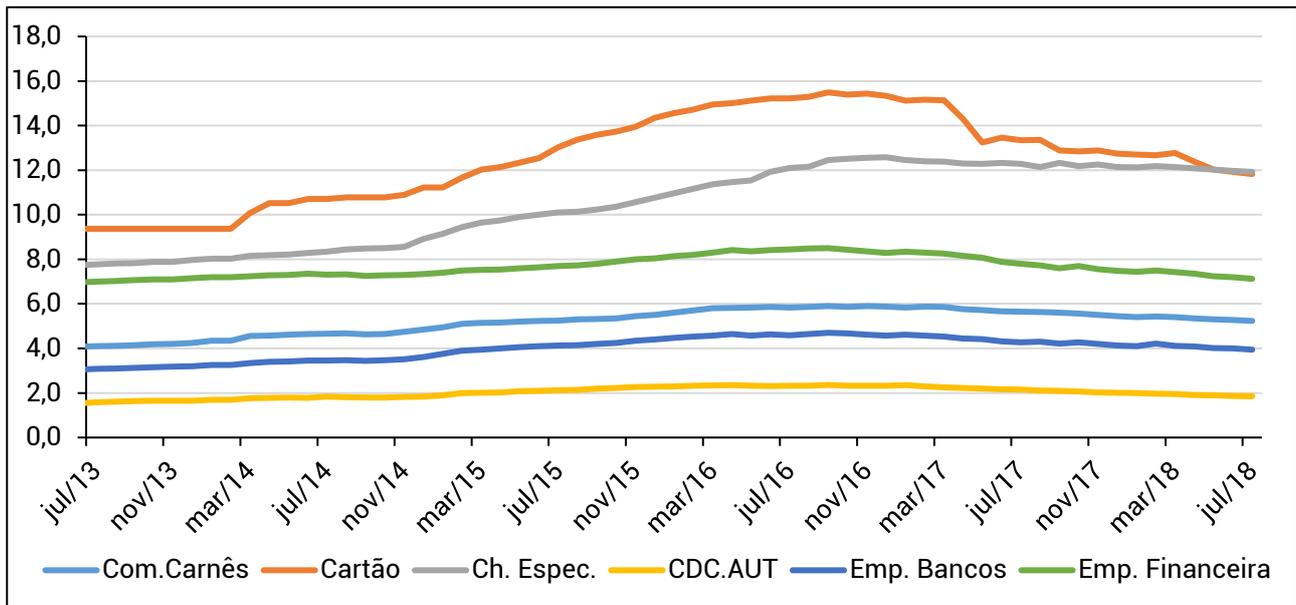
Fonte: CNC/Fecomércio MA

Consumo das Famílias

O indicador ICF medido pela CNC/Fecomércio MA que analisa a intenção de consumo das famílias em São Luís está abaixo do grau de satisfação da pesquisa ao alcançar 98 pontos em setembro de 2018. Entretanto, este indicador subiu 1,55% em relação ao mês anterior quando tinha 96,5 pontos em agosto deste ano e havia apresentado alta de 0,8% na variação mensal em relação a julho. Os componentes do indicador que obtiveram as maiores altas em suas variações mensais foram o momento para bens duráveis e as compras a prazo (acesso ao crédito), embora ambos ainda estejam abaixo do grau de satisfação. A injeção de recursos do PIS na economia local contribuiu para melhora do equilíbrio do orçamento familiar possibilitando um melhor planejamento para compra dos bens duráveis, dado que estes produtos possuem maior impacto dentro das despesas das famílias. Com isto, a percepção das famílias sobre o momento para consumir bens duráveis subiu pelo quinto mês consecutivo, onde em agosto ele havia subido 9,6% na variação mensal, alcançando 55,6 pontos e em setembro subiu 8,9% e alcançou 60,5 pontos.

A melhora da percepção das famílias sobre acesso ao crédito em setembro de 2018, é favorecido pela visão do consumidor de que a média de juros praticados nas operações de crédito vêm caindo gradativamente, embora em ritmo lento, melhorando as condições de financiamento do consumo. O crédito com juros menores melhora a intenção em realizar compras a prazo que subiram pelo quarto mês consecutivo, com alta de 7% na variação mensal em agosto, quando alcançou 89,3 pontos e em setembro subiu para 96,6 pontos aumentando 8,17% em sua variação mensal.

Gráfico 21. Brasil: Evolução dos juros das operações de crédito



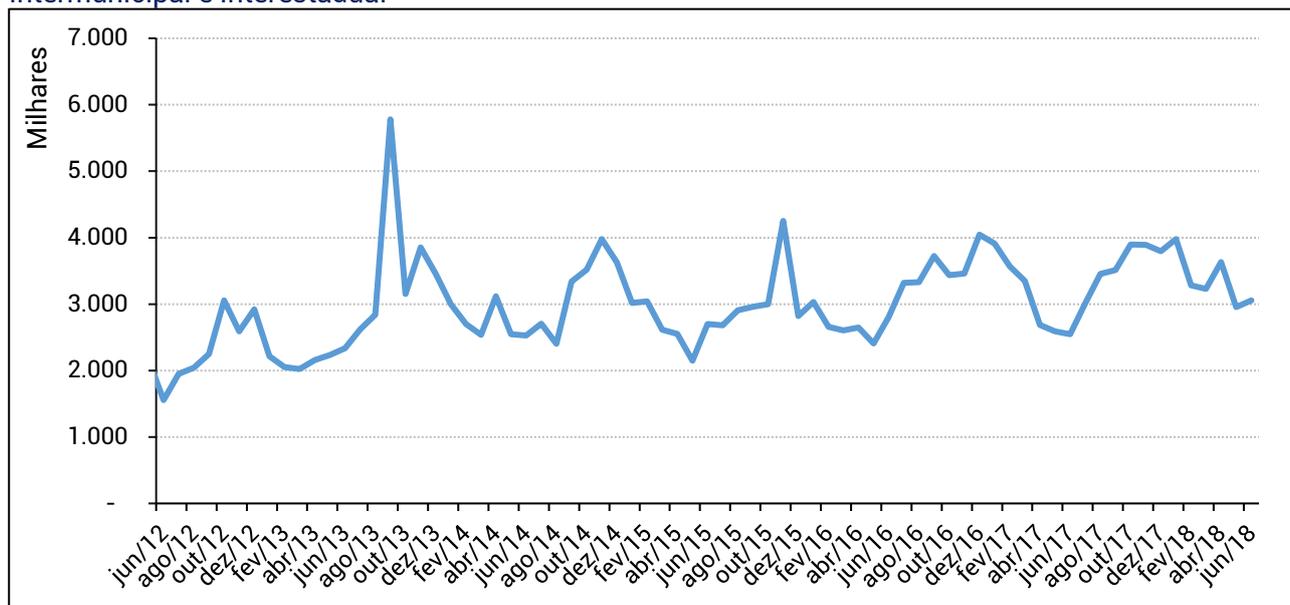
Fonte: ANEFAC

3.1.5. Serviços

O setor de serviços no Maranhão cresceu 3,4% em julho na variação mensal do volume de serviços segundo dados da PMS do IBGE. Com isto, houve recuperação parcial do setor em relação aos resultados ruins obtidos nos dois meses anteriores

Mesmo assim, o acumulado do ano em volume de serviços ainda se apresenta negativo em -2,6% de janeiro a julho de 2018. O setor de transportes que possui grande volume de arrecadação dentro do setor de serviços, teve queda de 10,4% na sua arrecadação em junho de 2018 comparado ao mesmo período em 2017, segundo a SEFAZ/MA (**Gráfico 22**). A queda da arrecadação real do setor de transportes no mês de junho de 2018, em um comparativo anual, é reflexo residual do impacto da redução na demanda por serviços causada pela paralização nacional do setor de cargas e transporte na segunda quinzena de maio de 2018. Apesar da baixa arrecadação, este foi o segundo maior nível de investimento em contratações em um primeiro semestre nos últimos seis anos em todo o Maranhão, conforme dados do CAGED. De janeiro a junho de 2018, transporte e comunicações criaram um saldo de 212 contratações formais, embora se ressalte que estes dados estão 7,42% inferiores ao primeiro semestre de 2017, isto provavelmente se deu em face da queda do volume de serviços desta atividade em maio de 2018.

Gráfico 22. Maranhão: Arrecadação Real (ICMS) do Setor de Transporte Rodoviário de Carga, Intermunicipal e Interestadual



Fonte: SEFAZ MA

A Pesquisa Mensal de Serviços medida pelo IBGE - PMS, no mês de junho de 2018, registrou redução do ritmo de queda de 0,3% no volume do setor de serviços no Maranhão na comparação com maio de 2018 (com ajuste sazonal). O setor de serviços em sua totalidade ainda está abaixo do resultado obtido em 2017, com queda de 3% em comparação com junho de 2017, mas o menor nível de queda registrada em junho indica uma projeção mais favorável para o segundo semestre.

No acumulado do ano até junho deste ano em volume de serviços, a PMS aponta queda de 3,6% e no acumulado dos últimos doze meses (sem ajuste sazonal), o índice retraiu 7,2%. Este resultado ruim no volume de vendas do setor de serviços impediu que as receitas nominais recuperassem a perda ocorrida no mês anterior. Desta forma, junho de 2018 apresentou alta de 1% em suas receitas nominais, mas que não recupera a queda de 4,5% ocorrida em maio de 2018. O suave aumento de 0,5% em junho de 2018 em comparação com o mesmo período de 2017 também não recupera as perdas de 2,3% de maio de 2018 no mesmo comparativo anual. A queda de 2,7% nas receitas nominais dos últimos doze meses se deve principalmente ao segundo semestre de 2017 que apresentou fraco desempenho no volume de serviços e foi responsável por, aproximadamente, dois terços do resultado acumulado de agosto de 2017 até junho deste ano.

Tabela 13. Maranhão: Pesquisa mensal de serviços, IBGE. (julho de 2018)

Pesquisa Mensal de Serviços	Var. mensal maio	Var. mensal junho	Var. Mensal julho	Var. anual maio	Var. anual junho	Var. anual julho	Acum. ano (jul/18)	Últimos 12 meses
Volume de Serviços	BR	-3,4	4,8	-2,2	-3,8	1	-0,3	-0,8
	MA	-1,9	-0,3	3,4	-4,2	-3	3,5	-2,6
Receita Nominal	BR	-4,9	6,3	-0,5	-2,1	2,9	3,7	1,7
	MA	-4,5	1	5,1	-2,3	0,5	10,2	0,8

Fonte: PMS. Elaboração IMESC

O histórico do setor de serviços em 2018 apresentou forte queda de volume e receitas em maio no Maranhão, em face da ruptura temporária de oferta de serviços no setor de transporte que tem um grande peso em nosso Estado. A recuperação do volume de serviços só foi ocorrer no Maranhão em julho de 2018, enquanto a recuperação das receitas nominais apresentou dados positivos em junho deste ano. Existe potencial de crescimento deste setor para os últimos seis meses de 2018 dado que existe demanda reprimida neste segmento da economia e ainda não foi atendida, o que permitiria absorver as perdas acumuladas nos últimos doze meses (julho de 2018) em volume de serviços (-5,9%) e receita nominal (-1,4%) no segundo semestre deste ano.

3.1.6. Investimentos

O Maranhão tem um aporte de R\$ 14,6 bilhões de investimentos em andamento e projetados, dos quais se destaca os investimentos em infraestrutura rodoviária e portuária

No trimestre encerrado em setembro de 2018, o saldo de investimentos públicos e privados no Maranhão alcançou a cifra de R\$14,6 bilhões, conforme dados das secretarias estaduais e veículos de informação. Desse montante, R\$ 6,9 bilhões (47,6%) encontram-se em andamento e R\$ 7,6 bilhões (52,4%) com obras a iniciar (**Tabela 14**). Com base nos Relatórios de Execução Orçamentária do Maranhão, o valor empenhado dos investimentos públicos, grande parte com recursos do Tesouro Estadual, no terceiro bimestre de 2018 cresceu 41,3% em relação ao mesmo período de 2017.

Tabela 14. Maranhão: Investimentos Privados e Públicos Estaduais e Federais em Andamento e Projetados (R\$ milhões) - 2018 a 2022⁸

Investimento Estimado	Total Geral	Em Andamento	A iniciar					Total (a iniciar)
			Anunciados	Em contratação	Em Licitação	Fase de elaboração	Termo de compr. assinado	
Privados	10.018,3	4.434,0	4.289,2	-	208,2	860,0	226,9	5.584,3
Movimentação Portuária	3.103,2	1.868,0	400,0	-	208,2	627,0	-	1.235,2
Energia Elétrica	2.454,8	500,0	1.954,8	-	-	-	-	1.954,8
Indústria de Transformação	2.169,6	509,0	1.518,2	-	-	24,9	117,5	1.660,6
Transporte/Logística	1.404,9	1.277,0	43,5	-	-	-	84,4	127,9
Comércio e Serviços	557,4	200,0	156,2	-	-	200,0	1,2	357,4
Indústria Extrativa	195,7	-	193,0	-	-	2,7	-	195,7
Fabricação fertilizantes e armaz.	98,5	80,0	10,0	-	-	-	8,5	18,5
Outras obras de infraestrutura	27,9	-	12,6	-	-	-	15,3	27,9
Construção Civil e Imobiliário	5,4	-	-	-	-	5,4	-	5,4
Alimentação e bebidas	1,0	-	1,0	-	-	-	-	1,0
Públicos	4.600,6	2.526,2	900,6	1.118,3	47,2	8,3	-	2.074,4
Rodovias	2.649,0	1.198,8	331,9	1.118,3	-	-	-	1.450,2
Construção de Escolas, Inst. e Univ.	259,3	221,3	-	-	30,2	7,8	-	38,0
Construção de Hospitais e UBS's	176,0	164,9	-	-	11,1	-	-	11,1
Assistência Social	100,5	98,6	-	-	1,9	-	-	1,9
Educação	46,9	46,9	-	-	-	-	-	-
Saneamento	43,7	38,5	5,2	-	-	-	-	5,2
Outras obras de infraestrutura	27,9	-	12,6	-	-	-	15,3	27,9
Energia	16,6	16,6	-	-	-	-	-	-
Segurança Pública	14,6	14,6	-	-	-	-	-	-
Cadeias Produtivas	8,6	8,6	-	-	-	-	-	-
Total Geral	14.618,9	6.960,2	5.189,8	1.118,3	255,4	868,3	226,9	7.658,7

Fonte: SEINC; CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; SES; ASPLAN; IMESC

Os investimentos públicos, por meio de recursos estaduais e federais, totalizam R\$ 4,6 bilhões, referentes às obras em andamento (54,9%) e as que ainda irão iniciar a fase de construção (45,1%).

- Os investimentos com recurso do Governo Estadual, que totalizam R\$ 4,2 bilhões, englobam obras em rodovias, construção de escolas, universidades, saneamento básico, construção de centros de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, hospitais, delegacias e incentivos as cadeias produtivas. Desse montante, R\$ 1,7 bilhões estão em andamento.
- Os investimentos do Governo Federal previstos para o Maranhão, que totalizam R\$ 838 milhões, envolvem os projetos em andamento do governo por meio do Programa Avançar (R\$ 333,4 milhões) e a reestruturação de rodovias federais no Estado (R\$ 504,6 milhões). O Programa Avançar reúne investimentos da União, empresas estatais (Eletrobrás e Petrobrás) e bancos públicos (Caixa Econômica Federal, BNDES e FGTS). As obras iniciadas no Estado referem-se à construção de cidades digitais, UBS's, creches e pré-escolas, quadras esportivas, revitalização de ruas em bairros e outros.

⁸ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2018/2019 enquanto os investimentos privados têm previsão de conclusão em 2022.

Os investimentos privados correspondem a 65,8% do total de investimentos em andamento e projetados para o Estado. Os grandes projetos distribuem-se principalmente nos segmentos de Movimentação Portuária (28,1%), Energia Elétrica (25,5%) e na Indústria de Transformação (22,6%).

- **Movimentação Portuária:** O montante destinado à expansão da infraestrutura portuária no Maranhão, orçado em R\$ 3,1 bilhões, inclui o projeto de construção do Porto Multimodal de São Luís (R\$ 1,7 bilhões), e os investimentos privados realizados dentro da poligonal do Porto do Itaqui (R\$ 1,4 bilhão). Ambos têm previsão máxima de conclusão para 2022.
- **Energia Elétrica:** Além dos investimentos para a expansão da matriz eólica por meio da Ômega Energia (R\$ 500 milhões) e construção de linhas de transmissão por meio da EDP Energia Brasil (R\$ 654,7 milhões), em agosto de 2018, a ENEVA contratou no Leilão A-6⁹ uma usina termelétrica a gás natural (Parnaíba V). Esse investimento é orçado em R\$ 1,2 bilhões, com capacidade instalada de 363 MW e será instalado no Complexo Termelétrico Parnaíba, no município Santo Antônio dos Lopes, complexo que possui 1,4 GW de capacidade instalada. A previsão é que a empresa inicie a construção da termelétrica no segundo trimestre de 2019.
- **Indústria de Transformação:** No último trimestre, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio – SEINC, a empresa chinesa ZTT anunciou a instalação de uma fábrica de cabos de fibra óptica no município de São Luís, orçada em R\$ 532 milhões. Projeta-se a geração de 720 empregos diretos e 2000 empregos indiretos. A empresa implantou sua primeira unidade de cabos de fibra óptica no Brasil no Estado de Alagoas.

Em meio aos investimentos destinados ao Porto do Itaqui (R\$ 1,7 bilhões), destaca-se a ampliação do uso da capacidade potencial do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM

Os investimentos destinados ao Porto do Itaqui, até o ano de 2022 perfazem R\$ 1,7 bilhões, divididos entre recursos próprios, por meio dos reinvestimentos dos lucros da Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, de recursos federais (R\$ 315,4 milhões), e investimentos privados no montante de R\$ 1,4 bilhão. De acordo com a **Tabela 15**, os investimentos em andamento correspondem a 11,4% (R\$ 197, milhões) do total, enquanto os investimentos a iniciar representam 88,6% (R\$ 1,5 bilhões).

Tabela 15. Maranhão: Investimentos em andamento e planejados para o Porto do Itaqui (R\$ milhões) - 2018 a 2022

Investimentos	A iniciar	Em Andamento	Data de início	Conclusão	Total Geral
Recursos Privados	1.248,0	168,0	-	-	1.416,0
Áreas A-02 para tancagem de Granéis Líquidos	400,0	-	2019	2022	400,0
Novo acesso ferroviário no Porto do Itaqui	280,0	-	2019	2021	280,0
Segunda fase do TEGRAM	267,0	-	mar/19	mar/20	267,0
Novo Terminal de Carga Geral	221,0	-	2018	2019	221,0
Expansão no arrendamento da ULTRACARGO	-	168,0	nov/16	dez/18	168,0
Automatiz. na oper. de descarga de Fertilizantes (COPI)	80,0	-	2018	2019	80,0
Recurso Próprio ou Federal	286,1	29,3	-	-	315,4
Construção do Berço 98	180,0	-	nov/18	nov/21	180,0
VTMIS	35,0	-	2019	2021	35,0
Recuperação estrutural de berços 103 e 106	34,5	-	out/18	dez/20	34,5
PORTOLOG	18,0	-	2019	2020	18,0
Revitaliz. do sistema de comb. a incêndio - 100 a 108	-	15,0	jan/17	out/18	15,0
Novo Terminal de Passageiros do Cajupe	-	13,3	fev/17	out/18	13,3
Modernização sistema elétrico do Porto do Itaqui	11,6	-	jul/18	dez/18	11,6
Pavimentação rígida - saída das distribuidoras	2,6	-	ago/18	dez/18	2,6
Rampa de acesso sul e escada de arrimo	2,5	-	jun/18	nov/18	2,5
Sistema de combate a Incêndio Predial	1,5	-	ago/18	dez/18	1,5
Cober. para insp. de cargas veic. na PAN	-	1,0	mar/18	ago/18	1,0
Projeto do Guard-Rail e Melhoria de Segurança	0,5	-	-	-	0,5
Total Geral	1.534,1	197,3			1.731,4

Fonte: EMAP

⁹ Leilão realizado pelo governo federal em 31/08/2018. O certame contratou 11 projetos hidrelétricos, 48 usinas eólicas, duas térmicas a biomassa e uma usina a gás natural. Os projetos têm previsão de entrada em operação para 2024.

Destaca-se que, no último trimestre de 2018, houve avanço nas negociações de importantes obras projetadas para o Porto do Itaqui, com recurso privado, tais como: A segunda fase do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM (R\$ 267,0 milhões) e o Novo Terminal de Carga Geral (R\$ 221,0 milhões).

- Inicialmente, o início da segunda fase do TEGRAM estava projetado para 2016, no entanto a produção de grãos abaixo do esperado, pelo consócio¹⁰, na região do MATOPIBA retardou o início da expansão. No período de ago/17 a jul/18, o TEGRAM movimentou 5,4 milhões de toneladas de soja e milho, segundo dados divulgados pelo consórcio. Em vista desse resultado, foi anunciado, em agosto de 2018, o início da segunda fase do TEGRAM, que acontecerá em março de 2019. O projeto tem como objetivo interligar os armazéns já existentes ao Berço 100 e instalar um novo shiploader¹¹. O TEGRAM, atualmente, movimenta suas mercadorias com o auxílio de uma esteira transportadora que conecta os armazéns ao Berço 103, para aumentar a capacidade potencial do terminal projeta-se ampliar a esteira do TEGRAM para operar também no Berço 100. O shiploader permitirá o terminal alcançar uma taxa de embarque de 5 mil toneladas de grãos por hora, dividido entre os dois Berços (100 e 103). O projeto redimensionará a capacidade do terminal para uma movimentação superior a 10 milhões de toneladas.
- Em julho de 2018, ocorreu o Leilão 03/2018 conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, correspondente ao arrendamento do Novo Terminal de Carga Geral, especialmente papel e celulose, no qual a Suzano Papel e Celulose teve sua proposta recebida como a melhor classificada no âmbito do leilão. O Novo Terminal, corresponde a uma área greenfield de, aproximadamente, 53 mil m². Conforme o Programa de Parceria de Investimentos – PPI, o arrendatário deverá construir um novo berço de atracação, o Berço 99, que será operado prioritariamente pelo arrendatário, mas compartilhado com outros operadores. O terminal receberá fardos de celulose, sobretudo, pelo ramal ferroviário. Dessa forma, será necessária a construção de pelo menos três novos ramais de linha ferroviária. A capacidade de movimentação de cargas no terminal será de 1,5 milhões de toneladas por ano.

Os investimentos públicos em andamento conduzidos pelo governo do Estado do Maranhão totalizam R\$ 1,7 bilhões

Conforme o

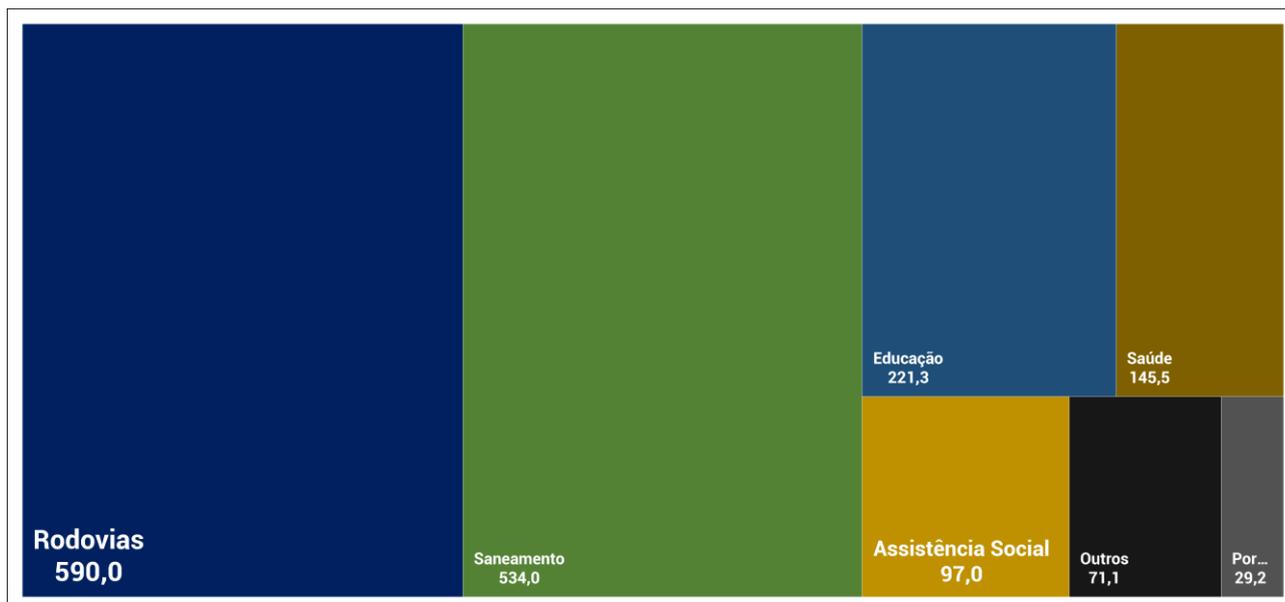
Gráfico 23, os investimentos públicos em andamento no Maranhão executados pelo Governo Estadual, totalizam R\$ 1,7 bilhões concentrados nos segmentos de infraestrutura rodoviária (R\$ 590,0 milhões), saneamento básico (R\$ 534,0 milhões), educação (R\$ 221,3 milhões), saúde (R\$ 145,5 milhões), assistência social (R\$ 97,0 milhões), infraestrutura portuária (R\$ 29,2 milhões) e outros (R\$ 71,1 milhões)¹². Os recursos destinados para essas áreas são provenientes do Tesouro Estadual, créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Brasil – BB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

¹⁰ O Tegram é operado pelo consócio logístico formado pelas tradings CGG, Glencore, NovaAgri e Amaggi, além da Louis Dreyfus com a Zen-Noh.

¹¹ Um shiploader é uma máquina utilizada para carregar cargas nos portos como minério de ferro, carvão, fertilizantes, grãos e materiais em sacos em navios.

¹² A parcela destinada aos outros investimentos constitui-se de projetos de secretarias e fundações, assim distribuídos: SEOAC (36,4%); SSP (17,4%); SEINC (16,8%); SEDEL (14,2%); SAGRIMA (12,1%); FUNAC (2,4%) e SEAP (0,7%).

Gráfico 23. Maranhão: Investimentos do Governo Estadual em Andamento por Segmento (R\$ milhões)



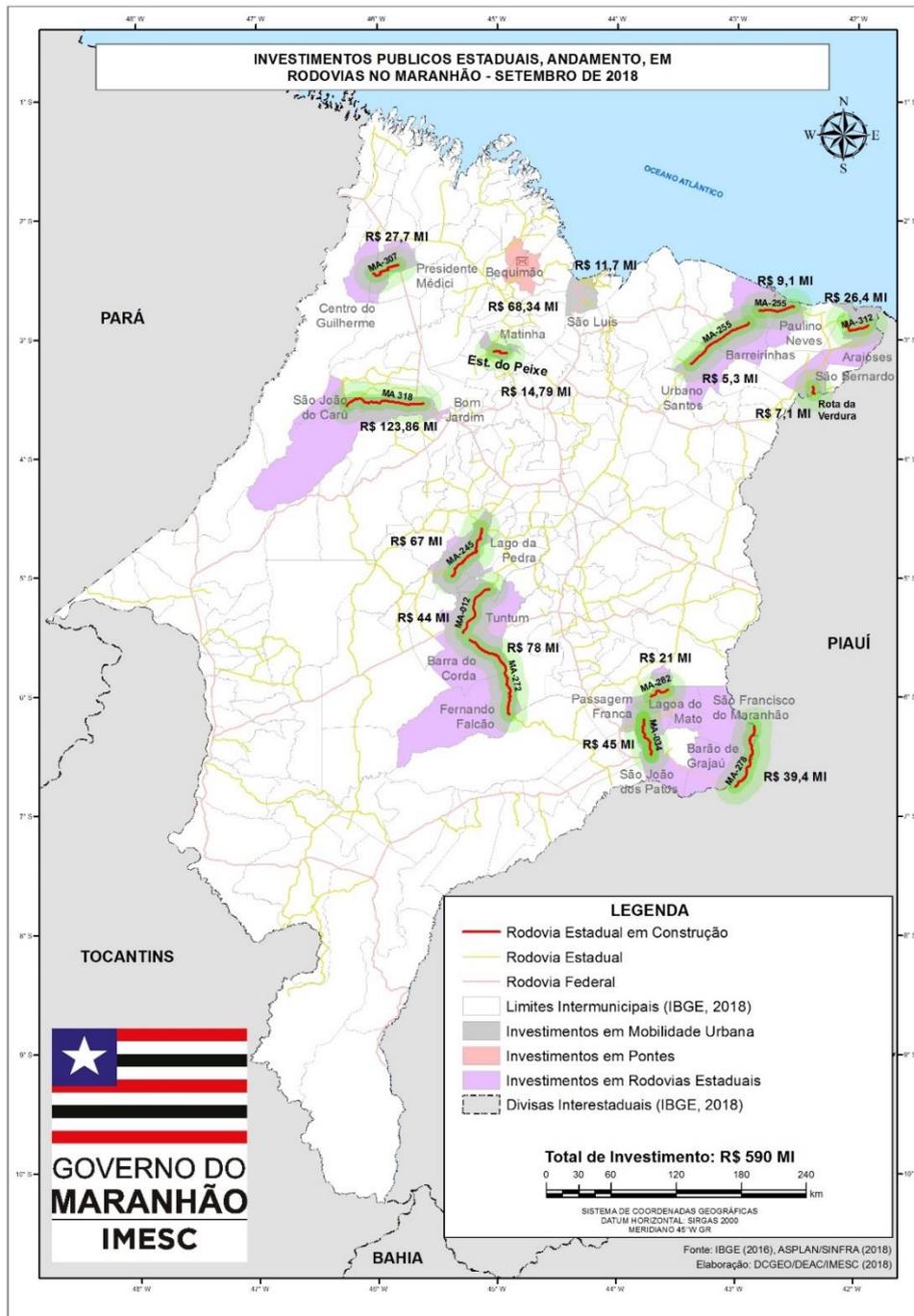
Fonte: CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; SES; ASPLAN; IMESC

Segundo a Secretaria de Infraestrutura do Maranhão – SINFRA, existem 15 trechos em rodovias estaduais com obras em andamento no Estado, investimento de R\$ 590 milhões.

- Desde junho de 2018 foram concluídos 5 trechos com recursos do BNDES e Caixa Econômica Federal - CEF, sendo eles: MA 320, entre o povoado Sangue e o município Santo Amaro; MA 331, entre os municípios Governador Luís Rocha e São Domingos do Maranhão; MA 336, entre o Povoado Miranorte e o município Joselândia; MA 140, entre o entroncamento da BR 230/Balsas ao entroncamento da MA 007 no povoado Ouro; e a Ponte sobre o Rio Balsas na cidade Sambaíba.
- Os 15 trechos presentes no **Mapa 1**, com aproximadamente 540 km de extensão, encontram-se em diferentes estágios de construção. Já foram realizadas a terraplanagem em 509,36 km de extensão, camada de base¹³ em 444,90 km de extensão e pavimentação em 356,24 km. Os investimentos são realizados com recursos do Tesouro Estadual, BNDES e CEF.

¹³ Camada abaixo do revestimento, fornecendo suporte estrutural.

Mapa 1. Maranhão: Investimentos Estaduais em Rodovias em Andamento – set/2018



Principais Trechos:

- MA-318 - Bom Jardim / São João Do Carú - **R\$ 123 Milhões;**
- MA-272 - Barra Do Corda / Fernando Falcão - **R\$ 78 Milhões;**
- MA-245 - Lagoa Grande / Lago Da Pedra - **R\$ 67 Milhões;**
- MA-278 - Barão Do Grajaú / São Francisco Do Maranhão - **R\$ 39 Milhões;**
- MA-307 - Presidente Médici / Centro Do Guilherme - **R\$ 27 Milhões;**
- MA-312 - Araioses-Povoado Montevid - **R\$ 26milhões;**
- MA-282 - Lagoa Do Mato / Povoado Gavião - **R\$ 21 Milhões;**
- Estrada Do Peixe - Povoado Itans / Matinha- **R\$ 14 milhões**

- Além das obras em andamento, há investimentos projetados que tem como objetivo diminuir os prazos e custos das viagens rodoviárias entre as áreas produtoras de grãos dentro do Estado, a exemplo a reestruturação de trechos da MA 006 (Entroncamento BR 222/Arame a Alto do Parnaíba), em parte por meio de créditos concedidos ao governo pelo Banco de Fomento Andino - CAF e o New Development Bank – Banco dos BRIC's. A primeira fase das obras na MA 006 que vai de Balsas a Alto do Parnaíba, foi orçada em US\$ 148,5 milhões com recursos dessas agências de fomento.

Os investimentos em saneamento básico no Maranhão, ocorrem por meio dos programas Água Para Todos e Mais Saneamento (R\$ 520,1 milhões), sob responsabilidade da Companhia de Saneamento do

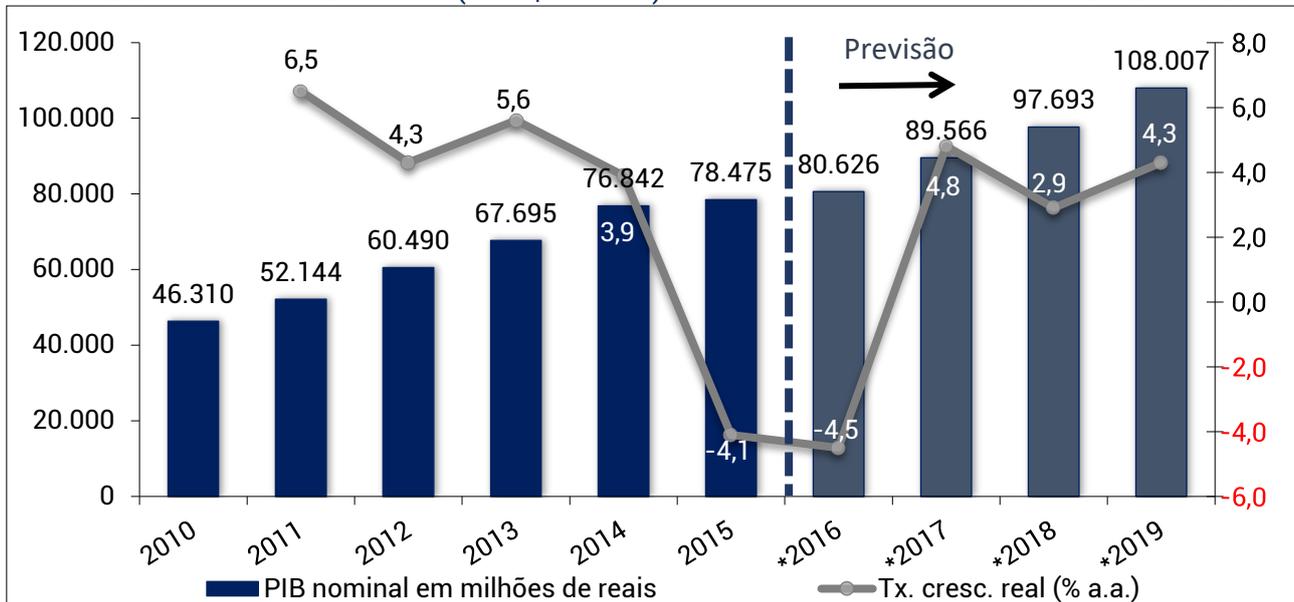
Maranhão – CAEMA, e por meio do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (R\$ 13,8 milhões), no qual a executora é a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES. Também são desenvolvidos pela SEDES outros investimentos de cunho social como a construção de 20 cozinhas comunitárias (R\$ 12,4 milhões), 23 restaurantes populares (R\$ 4,3 milhões), 21 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS (R\$ 5,9 milhões) e um Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS (R\$ 298 mil).

3.1.7. Produto Interno Bruto

Modelo de previsão do IMESC referente ao PIB maranhense, avalia que desempenho econômico maranhense será de 2,9% em 2018

A equipe de conjuntura do IMESC, manteve a projeção do PIB maranhense divulgada no segundo trimestre de 2018, na qual o crescimento real esperado para a economia maranhense é 2,9% para o ano de 2018. Para o ano de 2016 e 2017, também foi mantida as estimativas de -4,5% e 4,8%, respectivamente (**Gráfico 24**).

Gráfico 24. Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

O resultado de 2018, pode ser explicado considerando a parcela de contribuição de cada setor no total de economia maranhense e os fatores utilizados para a predição das atividades econômicas.

Agropecuária: O setor agrícola deverá apresentar crescimento de 3,4% em 2018

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, 2018 deverá apresentar aumento da produção de grãos no Estado. Parte dos grãos permanecem com a tendência de crescimento na produção, quando comparado ao ano anterior. Dentre todos, o prognóstico da soja apresenta-se como principal responsável pelo novo recorde de safra e conseqüente elevação do crescimento real do setor.

É importante destacar que o setor da Agropecuária representou 10,4% do PIB do Maranhão em 2015, e as estimativas produzidas para esse setor são feitas com base nos dados de grãos divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, no qual permite observar o comportamento de atividades agrícolas, que representam 4,46% desse total.

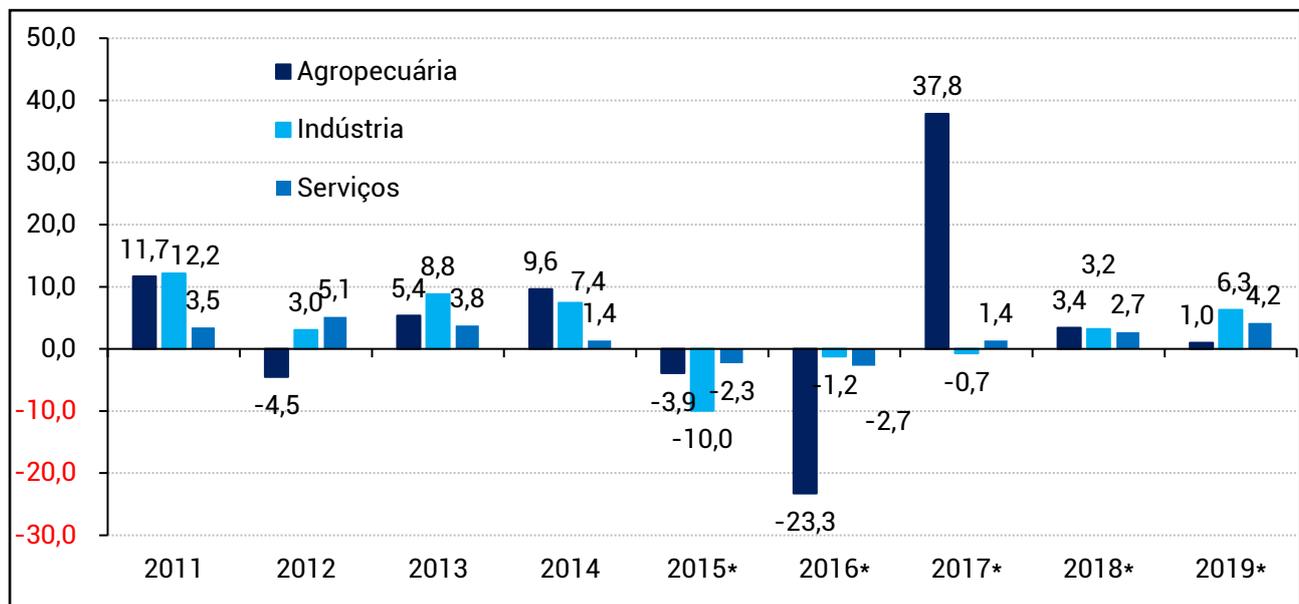
Indústria: Projeta-se crescimento 3,2% para 2018, impactado principalmente pelos investimentos previstos e pela melhora no nível de atividades da Construção

É importante mencionar que na indústria maranhense, de reduzida diversificação, o subsetor da Construção Civil era o vetor de maior crescimento e, por sua vez, foi o maior responsável pela queda no VAB do setor industrial em 2016. Conforme foi apontado no Boletim de Conjuntura referente ao 1º trimestre de 2018, no ano de 2017, o subsetor de Construção Civil contratou liquidamente 839 empregos formais. Para 2018, entende-se que o resultado do primeiro semestre foi fortemente afetado pelo período chuvoso, entretanto, considerando as obras em infraestrutura em andamento, a exemplo do Terminal Portuário São Luís que começou a ser construído em março deste ano, assim como os lançamentos de novos empreendimentos imobiliários, espera-se um desempenho positivo para o setor. Além disso, avalia-se crescimento na indústria extrativa, com destaque na produção de gás natural, na produção de energia elétrica, assim como leve retomada do crescimento na indústria de transformação, com destaque para a plantas voltadas ao comércio exterior, a exemplo da indústria de polpa de celulose e de pelotização.

Serviços: Projeta-se resultado positivo de 2,7% em 2018, por conta da diminuição da taxa de juros e pela melhora nos demais setores da economia

Quanto ao setor de serviços, avaliar-se para o ano de 2018 que o crescimento de 2,7%. O resultado dos demais setores, com efeito com geração de postos de trabalhos, aliado a menor taxa de juros, tenderão a um cenário mais otimista para os consumidores e poderá ocasionar manutenção de tendência de crescimento no volume de vendas assim como em maior demanda por serviços, como consequência do aumento da massa de rendimento salarial.

Gráfico 25. Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2019



Fonte: IBGE; IMESC *Elaboração própria

Previsão para 2019: A previsão para 2019 é de acentuação do ritmo de crescimento da economia maranhense para 4,3%

Em 2019, espera-se maior nível de atividade da Indústria, tendo em vista a indústria de pelotização a construção do Porto São Luís e a possível retomada na produção de Alumínio.

É importante mencionar que as projeções de PIB desenvolvidas pelo IMESC são trimestralmente atualizadas, tendo em vista o surgimento de informações mais recentes e que, por sua vez, permitem maior clareza sobre o cenário econômico estadual.

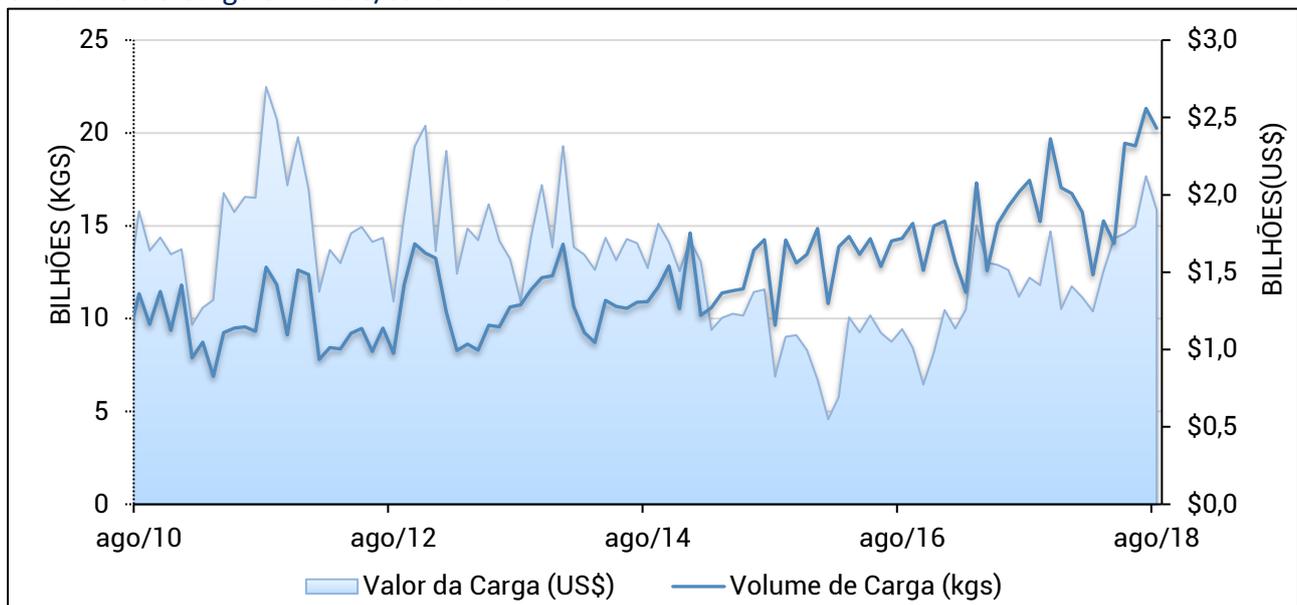
3.2. Comércio Exterior

3.2.1. Movimentação Portuária

Movimentação de cargas no complexo portuário de São Luís continua crescendo com ampliação das exportações de minérios do Pará, de produtos Maranhenses e maior inserção do Mato Grosso e Tocantins

A movimentação de cargas no complexo portuário de São Luís somou US\$ 13,4 bilhões no acumulado até agosto de 2018 e movimentou, em termos de volume, 137,8 milhões de toneladas, deste total, US\$ 11,5 bilhões/132,7milhões/t proveniente de exportações brasileiras e US\$ 1,9 bilhões/5,1 bilhões/t originárias de importações. No comparativo com o mesmo período de 2017, a movimentação portuária cresceu em 15,01% em movimentação de cargas e 15,09% em valor.

Gráfico 26. Maranhão: Movimentação Portuária de ago/2000 até ago/2018. Valores em US\$ bilhões e Volume de Carga em 1000/toneladas



Fonte: MDIC

No que tange às cargas movimentadas em 2018, o volume das exportações representa 96,3% do total movimentado e as importações apenas 3,7%. Nas exportações, o principal Estado exportador é o Pará que movimentou 89,1% das cargas e 53,4% do valor exportado que se traduz em US\$ 7,1 bilhões. O segundo maior estado Exportador é o Maranhão com 3,9% do total de cargas enviadas pelo complexo; seguido do Tocantins (1,4%), do Mato Grosso (0,9%); Piauí (0,7%); as demais Unidades da Federação não possuem percentual expressivo.

Ainda nas exportações, o principal produto enviado ao exterior pelo complexo é o *Minério de Ferro Bruto*, que representa 88,1% do total das exportações, este produto, originário da mina de Carajás no Pará, soma US\$ 5,6 bilhões. O segundo principal produto exportado é a *Soja* que soma 4,5% do total movimentado e US\$ 2,5 bilhões, dentre o qual as principais Unidades da Federação que exportam a *commodity* são o Tocantins, com US\$ 763,8 milhões (30,9% do total); o Maranhão com US\$ 747,2 milhões (30,2%); o Mato Grosso (18,7%). Os demais produtos com representatividade expressiva são advindos do Maranhão, que são a *Alumina Calcificada* (1,68% do total) e a *Pasta de Celulose* (0,7% do total).

Via importações, o principal produto que advém pelo complexo portuário de São Luís é o *Gasóleo (Óleo Diesel)* que representa 3,7% do total movimentado e soma a cifra de US\$ 1,9 bilhões e tem como principais destinos o Maranhão (88,8%); São Paulo (7,4%) e Tocantins (3,4%). Os demais produtos importados com expressividade na pauta foram o *Álcool Etílico*, com 0,5% do total de cargas e US\$ 376,6 milhões, destinado, essencialmente para o Maranhão (97,8%). Destaca-se que outros produtos importantes também são movimentados pelo complexo, mas que dado o peso do *minério de ferro*,

toram-se pouco expressivos no total geral, como é o caso dos *Fertilizantes, Outras gasolinas, Adubos, Arroz e Bens de Capital*, que possuem como destino o Maranhão (**Ver Tabela 19**).

3.2.2. Balança Comercial

Produção de Soja continua crescente e os preços e taxa de câmbio continuam favoráveis à exportação, sobretudo de Pasta de celulose e Alumina Calcinada. Expansão das importações de bens de capital trazem otimismo à produção estadual

A Balança Comercial maranhense registrou *superávit* de US\$ 871,1 milhões no acumulado até agosto de 2018, aumento de US\$ 616,8 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. O otimismo no cenário para o resultado derivou da expansão robusta das exportações (+28,2%) diante da inversão do crescimento das importações (-2,4%), cenário contrário ao que se observava em 2017 (+21,8%).

Tabela 16. Maranhão: Balança Comercial e Corrente Comercial de 2010 até 2018*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2017	3.032,3	37,2	-2.559,4	21,8	472,9	5.591,7	29,7
2017*	2.032,7	-	-1.778,5	-	254,3	3.811,2	-
2018*	2.606,8	28,2	-1.735,7	-2,4	871,1	4.342,5	13,9

Fonte: MDIC, *Acumulado de janeiro até agosto

As **exportações** maranhenses registraram no acumulado até agosto de 2018 US\$ 2,6 milhões, registrando, no valor, crescimento de 28,2% em relação ao período anterior e na quantidade atingindo o marco de 5,6 milhões de toneladas (-0,9%). Os ganhos em termos de valor, derivaram sobretudo, de melhora nos preços negociados internacionalmente, com destaque para a *Alumina Calcinada*, que apesar da redução na quantidade vendas (-6,1%) valorizou em 36,2%; da *Pasta de Celulose*, cujo produção caiu 7,5%, mas aumentou 31,1% em termos de valor exportado; e da *Soja, mesmo triturada*, que embora tenha crescido também em termos quantitativos (+19,2%), obteve ganhos superiores no valor das vendas (+25,3%). O *spread* entre quantidade exportada e valor das exportações ilustra o efeito internacional dos preços nas mercadorias estaduais.

Tabela 17. Maranhão: Principais Complexos e Produtos exportados de 2016 até 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em (1000 toneladas) e Crescimento (%)

Produtos	2016		2017		2017*		2018*		Cresc (%) 2018*/2017*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	2.209,8	7.317,2	3.032,3	8.124,1	2.032,7	5.609,1	2.606,8	5.559,3	28,2	-0,9
Alumina Calcinada	899,0	3.751,8	1.253,5	3.734,3	765,9	2.468,3	1.042,9	2.317,7	36,2	-6,1
Complexo Soja	381,4	1.011,6	719,4	1.915,6	630,2	1.677,9	778,9	1.967,4	23,6	17,3
Soja, mesmo triturada	355,1	941,6	709,9	1.887,8	621,1	1.650,3	778,2	1.966,7	25,3	19,2
Resíduos e "pellets"	26,2	70,0	9,0	27,5	9,0	27,5	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Óleo de Soja ¹	76,9	60,8	72,1	54,2	72,1	54,2	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Pasta de Celulose	581,4	1.383,1	698,4	1.448,2	471,5	1.036,7	618,0	958,9	31,1	-7,5
Complexo Ferro	203,4	896,7	239,1	685,9	135,3	395,5	112,2	273,4	-17,0	-30,9
Ferro Gusa	196,9	881,1	211,2	619,5	115,1	344,8	99,4	248,1	-13,7	-28,0
Semiman. de Ferro/Aço	6,5	15,6	27,8	66,5	20,2	50,7	12,9	25,3	-36,1	-50,2
Milho	22,0	131,4	54,2	357,4	10,0	63,7	6,7	41,5	-33,1	-34,9
Algodão Debulhado	47,4	31,3	51,6	31,0	12,9	7,3	15,6	8,7	21,5	19,2
Complexo Bovino e Couros	32,8	11,2	23,6	7,1	18,7	4,7	18,3	4,8	-1,7	2,4
Boi em pé	8,9	5,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes Congeladas	17,2	4,2	17,1	5,1	14,0	3,3	14,3	3,6	2,1	9,5
Couros	6,3	1,4	5,4	1,7	4,2	1,2	2,9	0,8	-30,9	-36,4
Outros	49,0	115,7	20,3	11,0	8,5	5,6	26,9	12,1	216,9	115,2

Fonte: MDIC

Ainda na abertura das exportações por principais produtos exportados pelo Estado, destaca-se no acumulado de 2018 encerrado em agosto, a *Alumina Calcinada* que representou 40% do total das exportações, seguida pelos integrantes do *Complexo de Soja* (17,3% do total), da *Pasta de Celulose* (24% do total) e dos componentes do *Complexo Ferro* (4% do total), estes produtos perfazem 98% da pauta do Maranhão, o que destaca a concentração e a vulnerabilidade da balança comercial do Estado a oscilações de preços das *commodities* e flutuações nas economias mundiais, principalmente na China, principal destino das mercadorias maranhenses, que, neste período, representou 26,02% do total vendido no exterior; nos Estados Unidos (19,6% do total) e do Canadá (18,65%).

Especificando por produtos, além da desvalorização cambial que afeta todas as mercadorias vendidas, as exportações de *Soja* vem crescendo em torno dos ganhos de mercado oriundo das perdas na Argentina e Estados Unidos, em função do clima danoso para o cultivo e que já vinha sendo projetado desde o ano passado e vem beneficiando os preços e o incentivo aos agricultores. Por outro lado, a redução nas vendas de *Pasta de Celulose* são resultado de manutenções periódicas e mudanças na fábrica da Suzano que destina parte do insumo para a produção interna de papel *tissue* (podendo vir a exportar no futuro); e por fim, na *Alumina Calcinada*, apesar de que os preços cresceram substancialmente no cenário internacional (**ver Commodities**) a pequena redução pode estar associada a mudanças estruturais na fábrica.

Já nos produtos com menor representatividade, destaca-se a ampliação das exportações de *Algodão Debulhado*, +21,5% no valor e +19,2% em quantidade (**ver Produção Agrícola**) as mudanças no *Complexo Bovino*, sobretudo, nas perdas relacionadas a cadeia do *Couro* (-30,9% em valor e -36,4% em quantidade) e aumento, ainda lento, das exportações de *Carnes Congeladas* (+2,1% em valor e +9,5% em quantidade) não obstante a desvalorização internacional dos preços para a *commodity*.

As expectativas para as exportações Maranhenses são de crescimento, a reestruturação da pelotização da Vale S/A deverá registrar vendas ao exterior ainda esse ano. A possibilidade da retomada da produção de Alumínio no Consórcio da Alumar, tendo em vista a substancial recuperação e manutenção elevada dos preços da *commodity* e os incentivos fiscais de apoio ao desenvolvimento da cadeia *Bovina* (couro e carne) dentro do Estado. Destaca-se que a Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP já anunciou investimentos em containers refrigerados e que estará apta para exportar os produtos, que até então não são distribuídos pelo complexo portuário maranhense, o que eleva reduzirá substancialmente os custos para os produtores.

Tratando-se das **importações** maranhenses, que somaram US\$ 1,7 bilhões no acumulado até agosto do ano corrente, tem-se na abertura por grandes categorias econômicas robusto crescimento nas aquisições de Bens de Capital (+170,4%), registrando US\$ 48 milhões em importações da categoria acompanhado do crescimento de 6,4% em *Combustíveis* e *Lubrificantes*, que registrou US\$ 875,3 milhões, contudo, as importações do Maranhão foram puxadas para baixo devido à forte queda em Bens Intermediários (-12,4%), rubrica que possuía o maior peso em 2017 (52,3%) e passou a representar

47% do total importado no ano corrente, redução de 5,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano passado e redução na aquisição de Bens de Consumo (-38,3%).

Tabela 18. Maranhão: Importações Por Grandes Categorias Econômicas de 2017 até 2018*. Valores em US\$ milhões, Participação em (% do total) e Variação em (%)

CATEGORIA	2017		2017*		2018*		Var % 18*/17*
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.559,4	100,0	1.778,5	100,0	1.735,7	100,0	-2,4
Bens de Capital	105,2	4,1	17,7	1,0	48,0	2,8	170,4
Bens de Capital	81,1	3,2	12,7	0,7	24,8	1,4	95,2
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	24,1	0,9	5,0	0,3	23,1	1,3	360,7
Bens Intermediários	1.252,0	48,9	930,4	52,3	815,3	47,0	-12,4
Insumos Industriais	1.231,3	48,1	909,9	51,2	780,9	45,0	-14,2
Alimentos e Beb destinados à Ind	18,2	0,7	10,7	0,6	10,7	0,6	0,0
Peças e Acess. Equip. de Transporte	2,5	0,1	8,6	0,5	20,6	1,2	139,2
Bens Diversos	0,00	0,0	0,0	0,0	0,04	0,0	0,0
Bens de Consumo	32,1	1,3	24,4	1,4	15,1	0,9	-38,3
Bens de Consumo Duráveis	30,9	1,2	0,5	0,0	0,1	0,0	-86,4
Bens de Consumo Não Duráveis	1,2	0,0	23,9	1,3	15,0	0,9	-37,3
Combustíveis e Lubrificantes	1.170,1	45,7	805,9	45,3	857,3	49,4	6,4

Fonte: MDIC, * acumulado até agosto

Na categoria de Bens de Capital, os principais produtos adquiridos pelo Maranhão no acumulado até agosto deste ano foram produtos para uso de grandes empresas, tais como: *Locomotivas Diesel Elétricas* (US\$ 23,1 milhões); *Fornos para ustulação, etc, de minérios/metais, não elétricos* (US\$ 3,9 milhões) e *Fornos industriais para tratamento térmico de metais, não elétricos* (US\$ 1,3 milhões) que devem ser de utilização da Vale S/A, tanto no sistema logístico como na pelletização; um outro bem de capital de destaque foi *Outras máquinas e aparelhos para fabricação de pasta de matéria celulósica* (US\$ 5,4 milhões) que deverá ser implantado na Suzano Papel e Celulose S/A.

Para Bens Intermediários, a principal redução ocorreu na aquisição de *Álcool/Etanol* que saiu de US\$ 586 milhões no acumulado até agosto de 2017 para US\$ 368,2 milhões (-37,2%) no mesmo período de 2018. Em 2017, as importações de *Álcool/Etanol* haviam crescido em função do barateamento com as vantagens derivadas do milho na produção da mercadoria nos Estados Unidos, favorecendo importação diante da produção nacional, mais cara e incapaz de suprir a demanda local, contudo, a elevação dos preços do petróleo, e, conseqüente ampliação dos produtos substitutos à gasolina somou-se ao câmbio desvalorizado e o produto derivado da cana-de-açúcar recuperou a competitividade nacional, reduzindo parte das aquisições internacionais.

Tabela 19. Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016 a 2018*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Variação (%)

Produtos	2016		2017		2017*		2018*		Var. 18*/17*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	1.194,5	3.918,5	1.170,0	3.411,9	805,9	2.229,8	857,2	1.875,9	6,4	-15,9
Diesel	596,7	1.530,5	685,0	1.427,3	459,7	1.003,0	695,6	1.138,1	51,3	13,5
Outras Gasolinas ¹	505,7	1.236,7	390,2	775,0	300,2	606,8	116,9	194,5	-61,0	-68,0
Hulha betuminosa	61,9	1.088,5	94,9	1.209,6	46,0	620,0	44,6	543,3	-3,1	-12,4
Outros	61,9	163,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Álcool/Etanol	302,6	490,7	719,4	1.153,1	586,0	927,9	368,2	705,3	-37,2	-24,0
Fertilizantes	204,2	839,6	261,5	1.027,7	162,1	647,2	200,2	708,7	23,5	9,5
ADP ²	75,6	221,5	115,5	359,4	69,4	216,4	63,0	165,8	-9,3	-23,4
Cloretos de Potássio	67,9	319,5	95,3	406,3	59,7	264,6	83,3	297,7	39,5	12,5
Superfosfatos	38,5	199,7	33,8	183,0	20,7	110,9	32,0	154,8	54,6	39,6
Ureia	22,2	98,8	16,9	79,0	12,2	55,3	21,8	90,5	78,6	63,5
Outros Produtos	467,4	1.521,1	408,5	1.778,5	224,4	1.162,3	310,2	1.182,7	38,2	1,8
Total Importado	2.168,7	6.770,0	2.559,4	7.371,2	1.778,5	4.967,2	1.735,7	4.472,6	-2,4	-10,0

Fonte: MDIC; *acumulado até agosto ¹ Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação.

²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

Dentro de *Combustíveis e Lubrificantes*, o principal vetor do crescimento foram as compras de *Diesel*, que subiram em valor 51,3% e 13,5% em quantidade, registrando US\$ 695,6 milhões e 1,1 mil toneladas no acumulado até agosto de 2018. Observa-se que há um enorme gap entre o crescimento do valor e da quantidade adquirida, que ilustra a elevação dos preços internacionais, proporcionadas sobretudo, pela alta nos preços do barril de petróleo. O aumento quantitativo, por sua vez, ilustra possível recuperação da demanda estadual e da atividade econômica em relação ao mesmo período em 2017.

Na pauta da importação de *Fertilizantes*, com exceção do *ADP*, as aquisições internacionais do insumo cresceram drasticamente: nos *Cloretos de Potássio* a demanda aumentou 12,5%; nos *Superfosfatos* +39,6% e na *Ureia* 63,5%. Destaca-se que o crescimento da demanda foi pouco impactado em relação aos preços maiores, conforme pode-se observar no *spread* entre as taxas de crescimento do valor e da quantidade (**Tabela 19**), o que demonstra confiança por parte dos agricultores maranhenses que vem aumentando substancialmente a produção de Soja e esperam bater o recorde de 2017 em 2018, conforme indica a pesquisa do LSPA.

Embora as importações até agosto estejam menores em relação ao ano anterior, espera-se que cresça nos meses seguintes e em 2019, independente da desvalorização cambial, pois a maior parte da pauta importadora é composta de insumos essenciais, bens intermediários e combustíveis. A valorização do câmbio poderá ter maior efeito na redução de bens de consumo e de capital, que por sua vez possuem pesos baixos no total das importações. Nesse sentido, a desvalorização cambial também poderá ter efeitos ótimos no incentivo à exportação de *commodities* agrícolas e da pasta de celulose. A variação nos preços relativos será o principal determinante no resultado da balança comercial.

3.3. Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho Formal do Maranhão já soma 9,2 mil contratações líquidas no acumulado de 2018, enquanto que a Taxa de Desocupação foi de 14,3% no segundo trimestre de 2018, marcando recuo de 1,3 p.p. contra o trimestre anterior

No acumulado de janeiro a agosto de 2018, foi registrada geração líquida de 9,2 mil empregos com carteira no Maranhão, tendo o Estado apresentado o maior crescimento do estoque de empregos celetistas do Nordeste (+2,0%), acima do ritmo de crescimento nacional (1,5%). cinco setores de atividade registraram desempenho positivo. A abertura de postos de trabalho majoritária nos Serviços (+7,7 mil), Agropecuária (+1,8 mil) e Indústria de Transformação (+1,5 mil). Por outro lado, no recorte mensal (agosto/2018), foram registradas 66 demissões líquidas, resultado influenciado pelo setor Indústria de Transformação (-972).

De acordo com os dados da PNADc, a Taxa de Desocupação no Maranhão corresponde a 14,3% das pessoas na Força de Trabalho, tendo recuado 1,3 p.p. em relação ao 1º trimestre de 2018, semelhante ao comportamento registrado no Nordeste e no país. Por sua vez, o número de ocupados caiu 3,3% na mesma base de comparação, o correspondente a, aproximadamente, 75 mil trabalhadores. Desse contingente, 54 mil concentraram-se na Agropecuária.

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada, no Maranhão o indicador apresentou estabilidade, registrando aumento de 0,4% na comparação com o trimestre anterior e 0,5% na interanual. Por outro lado, a massa de rendimentos reais da população ocupada apresentou variação negativa de 0,9% na comparação com o trimestre anterior e queda de 1,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Tal comportamento deve-se a redução do número de pessoas ocupadas.

Dentre as Unidades da Federação que compõem a Região Nordeste (**Tabela 20**), somente Sergipe (-593) e Maranhão (-66) apresentaram saldo negativo na geração de emprego formal em agosto de 2018. Apesar do resultado, o Maranhão soma 9,2 mil contratações líquidas no acumulado do ano, marcando o terceiro maior saldo da região.

Tabela 20. Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado de 2017 e 2018*; saldo mensal e variação absoluta

Localidade	Anual		Acumulado do ano		Mensal		Var. Absoluta (b-a)
	2016	2017	2017	2018	agosto/17 (a)	agosto/18 (b)	
4º Nordeste	-242.659	-15.619	-58.962	29.912	19.964	36.460	16.496
1º Bahia	-73.067	48	9.263	28.896	2.490	4.864	2.374
2º Ceará	-37.194	-2.436	-5.762	15.175	4.975	4.661	-314
3º Maranhão	-17.642	1.913	1.623	9.157	1.734	-66	-1.800
4º Piauí	-12.612	3.276	3.128	3.720	75	411	336
5º Paraíba	-12.001	-3.353	-5.708	2.747	3.511	7.244	3.733
6º Rio Grande do Norte	-15.653	821	742	1.601	3.241	4.486	1.245
7º Sergipe	-15.314	-912	-5.328	-4.354	156	-593	-749
8º Pernambuco	-47.617	-6.608	-23.663	-8.024	4.206	11.563	7.357
9º Alagoas	-11.559	-8.368	-33.257	-19.006	-424	3.890	4.314

Fonte: CAGED – MTE. *Acumulado de Janeiro a agosto, com ajustes até julho

No Maranhão, em agosto de 2018, as demissões superaram as admissões em 66 postos de trabalho, resultado que se deve à desmobilização da mão de obra temporária empregada no setor Indústria de Transformação (-972), especialmente na atividade *Fabricação de açúcar em bruto* (-1.201). Por outro lado, o setor Serviços foi destaque ao registrar a abertura de 393 vagas, especialmente nas atividades *Educação Superior – Graduação*.

- No acumulado de 2018, foi registrado um contingente de 9.157 admissões líquidas, com um acréscimo de 7,5 mil vagas geradas a mais do que no ano passado. No que tange ao recorte setorial, cinco setores de atividade registraram desempenho positivo. A abertura de postos de trabalho majoritária nos Serviços (+7,7 mil), Agropecuária (+1,8 mil) e Indústria de Transformação (+1,5 mil). Em contrapartida, a Construção Civil (-2 mil) configura-se no subsetor com maior desmobilização de mão de obra formal.

Tabela 21. Maranhão: Geração de emprego formal em 2016 a 2017, no acumulado de 2017 e 2018, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	Anual		Acumulado do ano		Agosto		Variação absoluta (b-a)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)	2017	2018	
Total	-17.642	1.913	1.623	9.157	1.734	-66	7.534
Extrativa Mineral	-97	-170	-135	7	1	29	142
Ind. de Transformação	-2.363	-2.147	243	1.530	494	-972	1.287
Prod. minerais não metálicos	-1.030	-764	-608	122	-34	84	730
Metalúrgica	-376	-56	-291	37	61	14	328
Mecânica	315	164	269	-301	1	32	-570
Papel, papelão, editorial e gráfica	0	9	-64	131	4	11	195
Borracha, fumo, couros, peles, outros	15	-25	-20	88	-23	2	108
Química de prod. farm., vet.	-411	-1.008	334	1.144	16	18	810
Alimentos e bebidas	-455	-107	902	284	463	-1.147	-618
SIUP ¹	-360	73	138	424	56	25	286
Construção Civil	-12.181	607	1.029	-2.066	759	-105	-3.095
Construção de edifícios	-4.613	1.723	1.783	-1.101	559	138	-2.884
Obras de infraestrutura	-6.828	-886	-722	-1.381	222	-262	-659
Serviços espec. para construção	-740	-230	-32	416	-22	19	448
Comércio	-2.254	-701	-3.038	-228	174	333	2.810
Comércio varejista	-2.385	-519	-2.714	-231	113	284	2.483
Comércio atacadista	131	-182	-324	3	61	49	327
Serviços	-360	4.310	2.849	7.714	484	393	4.865
Inst. de crédito, seg.	-172	-88	-74	-14	-30	-9	60
Com. e adm. de imóveis, valores	883	-25	244	2.225	108	-370	1.981
Transportes e comunicações	-784	1.591	727	440	-155	135	-287
Alojamento, alimentação, etc.	-2.089	320	-442	2.556	-87	108	2.998
Serv. médicos, odont. e vet.	2.091	1.953	1.460	1.424	289	218	-36
Ensino	-289	559	934	1.083	359	311	149
Administração Pública	211	62	51	-34	-26	-18	-85
Agropecuária	-238	-121	486	1.810	-208	249	1.324

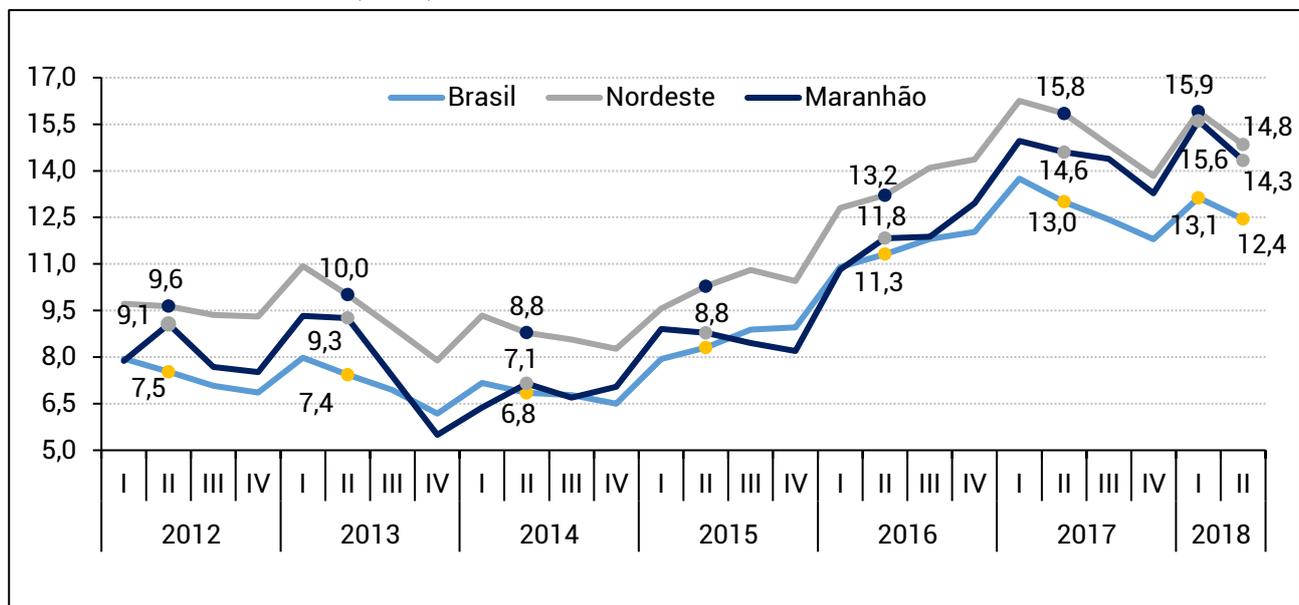
Fonte: CAGED – MTE. *Acumulado de Janeiro a agosto, com ajustes até julho; ¹Serviços Industriais de Utilidade Pública

- Em se tratando dos Serviços, foi observado um crescimento expressivo na ordem de 4,8 mil vagas em relação ao ano anterior. O segmento *Alojamento e alimentação* (especialmente nas *Atividades de associações de defesa de direitos sociais*, com acréscimo de 2 mil postos de trabalho) registrou maior destaque em termos de geração de emprego.
- Na Agropecuária, coube destaque à *Cultivo de cana-de-açúcar*, que gerou mais de 1,3 mil postos de trabalho no ano. Já em relação à Indústria de Transformação, a atividade com maior dinamismo em termo de empregos foi a *Fabricação de álcool* (+1,1mil).
- No que se refere à Construção Civil, a atividade *Obras de infraestrutura* (-1,4 mil) juntamente a *Construção de edifícios* (-1,1 mil) desmobilizaram trabalhadores, ao passo que os *Serviços especializados para a construção civil* geraram 416 vagas adicionais de emprego com carteira.

Nordeste lidera a Taxa de Desocupação entre as regiões do país no segundo trimestre de 2018 (14,8%), e o Maranhão possui a quinta maior taxa da região, de 14,3%

- Os dados da PNADc para o Estado do Maranhão relativos ao 2º trimestre de 2018 mostram que a taxa de desocupação atingiu 14,3% (Gráfico 27), assumindo a sétima posição no ranking dos Estados brasileiros e quinto da região Nordeste. Tal resultado marcou uma redução de 1,3 p.p. contra o trimestre anterior e 0,3 p.p. no interanual. O mesmo comportamento foi observado no âmbito nacional e regional, os quais encerraram o segundo trimestre com queda de 0,7% e 1,1%, respectivamente. Com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o país computa -0,6 p.p., enquanto o Nordeste -1,0%.

Gráfico 27. Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de Desocupação das pessoas na Força de Trabalho, por trimestres de 2012 a 2018, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Número de Ocupados no Maranhão retrai 3,3% no segundo trimestre 2018 influenciado principalmente pelo desempenho da Agropecuária (-12,4%)

O Estado do Maranhão registrou queda de 3,3% no número de ocupados no segundo trimestre de 2018 (**Tabela 22**), uma retração de 75 mil em relação ao mesmo período de 2017, sendo que 54 mil foram registradas somente no segmento da Agropecuária (-12,4%) e 17 mil na Indústria de Transformação (-14,7%).

- Na abertura dos microdados, verificou-se que no setor Agropecuário as perdas de ocupações, na comparação interanual, foram mais expressivas nas atividades de *Apoio à pecuária* (-19,5 mil, sendo 12 mil conta própria) e *Lavoura não especificada* (-18,9 mil, sendo 18 mil conta própria).
- Já na Indústria de Transformação, os segmentos que apresentaram as maiores reduções de ocupados, na mesma base de comparação, foram *Confecção de artigos do vestuário e acessórios* (-5,8 mil, sendo 5,2 conta própria) e *Fabricação de produtos cerâmicos* (-4,6 mil, sendo 2,6 mil ocupados no setor privado com carteira assinada).
- Em contraponto, os segmentos ligados aos Serviços apresentaram crescimento no número de ocupados do Estado quando comparados ao mesmo período de 2017, com destaque para os grupamentos de *Informação e comunicação* (+8,1%) e *Serviços domésticos* (5,6%). Dentre as atividades econômicas desses grupos, destacam-se os segmentos de *Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra* (+7 mil sendo 3,9 mil ocupados no setor privado com carteira assinada) e *Serviços domésticos* (+8 mil, sendo 6,4 mil Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada).

Tabela 22. Maranhão: Número de ocupados (em mil pessoas), segundo os Grupamentos de Atividade, de 2016 e 2017, e no segundo trimestre de 2017 e 2018, Variação Absoluta, taxa de crescimento (%) e participação (%)

Grupamentos de Atividade	4º trimestre		2º trimestre		Var. Absoluta (a-b)	Tx. Cresc. (b/a)	Partic. 2017 (%)	Partic. 2018 (%)
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)				
Total	2.364	2.346	2.299	2.224	-75	-3,3	100,0	100,0
Agropecuária	477	416	434	380	-54	-12,4	18,9	17,1
Indústria	145	141	140	133	-7	-5,0	6,1	6,0
Indústria de Transformação	116	110	116	99	-17	-14,7	5,0	4,5
Construção	237	227	188	177	-11	-5,9	8,2	8,0
Comércio, reparação de veículos	547	540	516	503	-13	-2,5	22,4	22,6
Serviços inclusive APU ¹ , educação. e saúde	958	1.023	1.021	1.033	12	1,2	44,4	46,4
Transporte, armazenagem e correio	93	94	92	92	0	0,0	4,0	4,1
Alojamento e alimentação	119	118	124	115	-9	-7,3	5,4	5,2
Infor, comunic., ativ. fin., imob. e adm.	92	114	111	120	9	8,1	4,8	5,4
Outros serviços	97	97	99	99	0	0,0	4,3	4,5
Serviços domésticos	148	148	142	150	8	5,6	6,2	6,7
Administração pública, educação e saúde	409	452	453	457	4	0,9	19,7	20,5
Atividades mal definidas	0	0	0	0	0	-	0,0	0,0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE *O 4º Tri corresponde ao total de ocupados do ano. ¹Administração Pública

No que se refere a distribuição do número de ocupados por categoria de emprego (**Tabela 23**), comparando-se o segundo trimestre de 2018 ao mesmo período de 2017, nota-se que a redução de ocupados registrada no Estado (-75 mil) é proveniente, principalmente, do segmento Conta própria (-63 mil). No Brasil, utilizando a mesma base de comparação, o número de ocupados cresceu 1,1%, alocados principalmente nas categorias mais precárias, como Sem Carteira (+496 mil) e Conta Própria (+555 mil).

- Em relação ao emprego celetista, observa-se um comportamento de queda tanto no plano nacional (-1,5%) quanto no Estadual (-1,0%). Por outro lado, os trabalhadores do setor público (+13 mil) e empregadores (+13 mil) obtiveram bom desempenho na criação de novas ocupações, impedindo assim um pior resultado para o indicador maranhense.

Tabela 23. Maranhão: Ocupados por posições na ocupação e categorias de emprego em 2016 e 2017, e no segundo trimestre de 2017 e 2018, Variação Absoluta, taxa de crescimento (%) e participação (%)

Posição na Ocupação	4º trimestre		2º trimestre		V. abs. (b-a)	Tx. Crec. b/a
	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)		
Total - Brasil	90.263	92.107	90.236	91.237	1.001	1,1
Empregado no Setor Privado com carteira ¹	34.005	33.321	33.331	32.834	-497	-1,5
Empregado sem carteira ²	12.559	13.605	12.965	13.461	496	3,8
Trabalhador doméstico	6.108	6.370	6.104	6.231	127	2,1
Empregado no Setor Público ³	9.209	8.981	8.957	9.137	180	2,0
Empregador	4.146	4.409	4.191	4.367	176	4,2
Conta Própria	22.129	23.198	22.509	23.064	555	2,5
Trabalhador Familiar Auxiliar	2.107	2.223	2.179	2.143	-36	-1,7
Posição na Ocupação	2016	2017	2017 (a)	2018 (b)	V. abs. (b-a)	Tx. Crec. b/a
Total - Maranhão	2.364	2.346	2.299	2.224	-75	-3,3
Empregado no Setor Privado com carteira ¹	403	425	407	403	-4	-1,0
Empregado sem carteira ²	503	586	557	543	-14	-2,5
Trabalhador doméstico	147	147	141	149	8	5,7
Empregado no Setor Público ³	215	239	228	241	13	5,7
Empregador	56	79	62	75	13	21,0
Conta Própria	931	777	797	734	-63	-7,9
Trabalhador Familiar Auxiliar	108	93	109	78	-31	-28,4

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE * O IV Tri consiste no total de ocupados do ano.

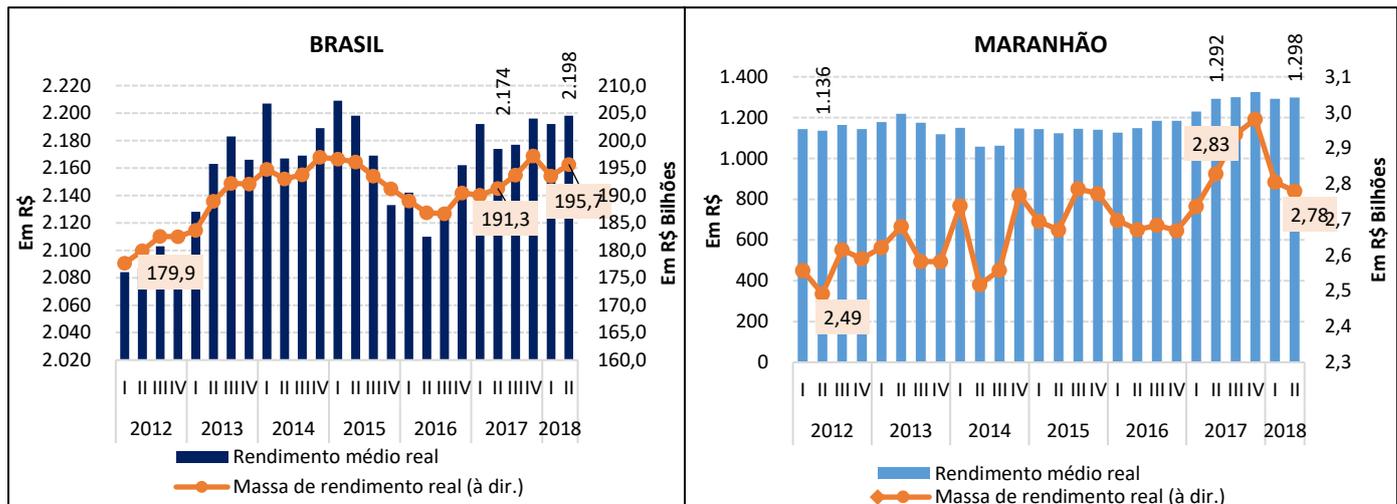
Considerando os microdados, observou-se que das 63 mil ocupações eliminadas da categoria Conta Própria, cerca de 24 mil estavam alocados na atividade *Comércio ambulante e feiras*, enquanto que na categoria *Trabalhador auxiliar familiar*, a perda de 31 mil ocupados foi mais expressiva nas atividades agropecuárias, como *Lavoura não especificada* (-6,4 mil), *Cultivo de mandioca* (-4,2 mil) e *Pesca* (-3,8 mil).

- Por outro lado, vale ressaltar a contribuição positiva do setor da Administração Pública no aumento de ocupações no Setor Público (+13 mil), em especial nas atividades *Administração pública e regulação da política econômica e social – Municipal* (+7 mil na categoria militar e servidor estatutário) e *Outros serviços coletivos prestados pela administração pública – Estadual* (+6,7 mil na categoria militar e servidor estatutário).

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada (**Gráfico 28****Gráfico 27**), no Maranhão o indicador apresentou estabilidade, registrando aumento de 0,4% na comparação com o trimestre anterior e 0,5% no interanual. Por outro lado, a massa de rendimentos reais da população ocupada maranhense apresentou variação negativa de 0,9% na comparação com o trimestre anterior e queda de 1,7% em relação ao mesmo período de 2017. Tal comportamento deve-se a retração expressiva no número de pessoas ocupadas, cujas as atividades econômicas possuem as maiores remunerações.

Gráfico 28. Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2018, inflac. pelo IPCA a preços de junho/18

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE



Entre os grupamentos de atividade, aqueles que mais contribuíram para a diminuição da massa de rendimentos no segundo trimestre de 2018 foram as *Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria* com queda de R\$ 45 milhões e a *Administração pública e regulação da política econômica e social - Municipal*, com queda de R\$ 35 milhões. Por sua vez, o aumento de ocupações no segmento de *Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência* (+7,5 mil trabalhadores com carteira assinada e 5,9 mil empregadores) contribuiu para atenuação na queda do indicador, somando um total de R\$ 55 milhões.

3.3.1. Municipal

O bom desempenho das atividades relacionados ao setor de Serviços seguem contribuindo para a geração de emprego formal no Maranhão no acumulado até agosto de 2018, com predominância na capital. Em contrapartida, o setor Construção Civil ainda é o principal responsável pelas demissões nos municípios do Estado

A **Tabela 24** apresenta o comportamento do emprego formal dos municípios maranhenses, por setor de atividades no acumulado de 2018. Dentre os municípios que mais geraram empregos formais, estão: São Luís (+4,3 mil), Campestre do Maranhão (+1,4 mil), Aldeias Altas (+989), Balsas (+633) e Imperatriz (+617).

- Na capital do Estado, o bom resultado foi puxado pelo setor de Serviços no acumulado do ano, em especial pelas atividades de *Associações de defesa de direitos sociais* (+1,9 mil), *Cobranças e informações cadastrais* (+872), *Combinados de escritório e apoio administrativo* (+750) e *Atividades de apoio à gestão de saúde* (+749).
 - Por outro lado, as demissões líquidas registradas nos setores de Construção (-1,7 mil) e Comércio (-668), impediram melhor resultado, com expressivos desligamentos líquidos nos segmentos Construção de edifícios (-1 mil) e Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (-360), respectivamente.
- Os segmentos ligados a produção de etanol, também contribuíram expressivamente para a geração de empregos formais no Estado, em especial nos municípios Campestre do Maranhão e Aldeias Altas. No primeiro município, o bom desempenho no setor Agropecuário, pauta-se no *Cultivo de cana-de-açúcar* (+1,2 mil). Em Aldeias Altas, o segmento da Indústria de Transformação foi destaque na criação de emprego formal, em especial na atividade *Fabricação de álcool* que registrou abertura de 994 postos de trabalho.

No município de Balsas, o setor Serviços (+316) foi principal responsável pela criação de empregos celetistas no acumulado de 2018, com destaque para a atividade de *Testes e análises técnicas* (+87) e *Vigilância e segurança privada* (+63). Já em Imperatriz, o setor Construção Civil foi o que mais abriu postos de trabalho no acumulado de 2018, em especial nos segmentos *Construção de redes de*

abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas (+304) e Obras de terraplenagem (+200).

Tabela 24. Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2018*

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
	Total	7	1.530	424	-2.066	-228	7.714	-34	1.810	9.157
1º	São Luís	-16	-113	380	-1.774	-668	6.446	-10	60	4.305
2º	Campestre do Maranhão	0	164	0	2	0	91	0	1.196	1.453
3º	Aldeias Altas	0	994	0	-1	-5	2	-1	0	989
4º	Balsas	6	41	19	-33	143	316	0	141	633
5º	Imperatriz	0	219	14	463	-7	-90	-6	24	617
6º	Barreirinhas	0	0	0	308	-2	90	0	0	396
7º	Açailândia	0	136	-3	4	14	203	0	8	362
8º	Godofredo Viana	-5	0	0	247	-3	18	0	0	257
9º	Timon	0	41	-5	1	89	53	0	-4	175
10º	Urbano Santos	0	0	-1	6	7	10	0	119	141
208º	Dom Pedro	0	-61	0	0	-36	10	0	0	-87
209º	Itapecuru Mirim	0	-59	1	-11	-14	-9	0	3	-89
210º	Buriti Bravo	0	-2	0	-12	-28	-41	0	-7	-90
211º	São José de Ribamar	0	-3	-5	-335	-83	310	0	11	-105
212º	Codó	-4	26	0	5	-28	-56	0	-52	-109
213º	Porto Franco	-3	-28	3	-86	-41	22	0	-6	-139
214º	Bacabal	-12	-8	-12	-30	-146	2	0	3	-203
215º	Vila Nova dos Martírios	0	7	0	-127	-2	-201	0	10	-313
216º	Bacabeira	-21	-23	0	-319	3	7	0	5	-348
217º	Pedreiras	0	4	-1	-470	-90	-2	0	2	-557

Fonte: CAGED – MTE. *Acumulado de janeiro a agosto, com ajustes até julho; ¹Serviços Industriais de Utilidade Pública

- Dentre os municípios com maiores saldos negativos no acumulado de 2018, destacam-se: Pedreiras (-557), Bacabeira (-348), Vila Nova dos Martírios (-313), Bacabal (-203) e Porto Franco (-139).
- O setor da Construção Civil foi o principal responsável pelo saldo negativo nos municípios de Pedreiras (-470), Bacabeira (-319) e Porto Franco (-86). Em Pedreiras, o segmento de *Obras de engenharia civil* eliminou 468 vagas, enquanto que em Bacabeira, o segmento de *Construção de rodovias e ferrovias* demitiu liquidamente 291 trabalhadores em virtude da conclusão das obras de duplicação da BR 135. No município de Porto Franco, a atividade de *Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações* fechou 86 postos de trabalho.
- Em Vila Nova dos Martírios, o setor de Serviços foi o que mais demitiu liquidamente (-201), com predominância na atividade relacionadas à *Organização do transporte de carga* (-198). Já em Bacabal, as demissões líquidas mais expressivas foram verificadas no Comércio (-146), com destaque para os segmentos ligados ao ramo varejista: *Mercadorias em geral* (-36), *Ferragens, madeira e materiais de construção* (-20) e *Artigos do vestuário e acessórios* (-18).

3.4. Finanças Públicas

3.4.1. Receitas Estaduais

Contração das Operações de Crédito no início do segundo semestre do ano pressiona as Receitas de Capital, simultaneamente a queda acentuada das Transferências Correntes ao Estado

De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA) e Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão (SEFAZ/MA), nos primeiros oito meses de 2018, a Receita Total do Maranhão totalizou R\$ 11,5 bilhões, alta de R\$ 756,1 milhões em relação à mesma base de 2017, quando o total arrecadado atingiu R\$ 10,7 bilhões, taxa de

crescimento real igual a 7,0%. Na análise da margem, isto é, no comparativo intermês entre ago/18 e ago/17, observa-se queda da arrecadação total: -5,8%, passando de R\$ 1,3 bilhões para R\$ 1,2 bilhões (**Tabela 25**).

A queda da arrecadação na margem é reflexo da menor captação, sobretudo, das receitas de capital. Em termos absolutos, a arrecadação de Receitas de Capital foi menor em R\$ -18,6 milhões, enquanto que as Receitas Correntes não aumentaram significativamente nos dois meses comparados, com elevação de R\$ 1,9 milhão. A maior redução, em termos absolutos, ficou com as Receitas intra-orçamentárias, reflexo de menor receita com *Contribuição previdenciária do regime próprio* (R\$ -45,9 milhões). Ressalta-se que as receitas de operações intra-orçamentárias não correspondem a novas entradas de recursos, mas sim ao remanejamento de receitas entre os órgãos.

No acumulado do ano de janeiro a agosto de 2018, houve ampliação da receita dos principais componentes do conjunto corrente, que assim registrou expansão real de 4,6% (R\$ +526 milhões). Constata-se a ampliação de componentes de menor peso, como Receitas de Contribuições (+5,7%, R\$ +20,3 milhões), Receita de Serviços (+21,2%, R\$ +43,2 milhões) e Receita Patrimonial (+27,0%, R\$ +58,7 milhões).

Tratando-se do montante transferido pela União ao Estado, o repasse das Contribuições de Intervenção Sobre o Domínio Econômico (CIDE)¹⁴ registrou decréscimo de 10,2% no comparativo até o mês de agosto. Essa diminuição pode ser creditada à eliminação da incidência do CIDE sobre o diesel, uma das medidas para contorno da greve dos caminhoneiros. O volume de venda do óleo diesel corresponde, em média, a 40% do volume total das vendas dos derivados de combustíveis de petróleo, segundo dados na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural, e Biocombustíveis (ANP). Dessa forma, a arrecadação que decorre da comercialização do diesel corresponde a parte significativa do volume total apurado pela União.

A transferências referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE), que haviam demonstrado leve recuperação ao fim do primeiro quadrimestre do ano, apresentaram crescimento real de 2,5% até agosto, no entanto na margem voltaram a enfraquecer reduzindo-se 6,5%.

- O recolhimento de IPVA em ago/18 foi 28,0% inferior (R\$ -6,8 milhões) que o registrado no mesmo mês do ano anterior. Tal dinâmica pode estar relacionada a redução do volume de vendas de veículos no Maranhão que, segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), obteve nesse mesmo período queda de 2,0%. O volume de vendas de veículos no Maranhão vem apresentando mal desempenho ao longo de todo o ano de 2018, que até agosto registrou de queda de 1,5%.
- Os repasses feitos diretamente ao fundo da esfera estadual de saúde voltados para o custeio de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) e Vigilância em Saúde, são os mais representativos na abertura da rubrica Saúde – SUS Fundo a Fundo. Ambos os repasses apresentaram queda de, respectivamente, 12,3% e 8,0% até julho de 2018.

¹⁴ O repasse do CIDE-combustíveis são feitos trimestralmente, até o 8º dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre (janeiro, abril, julho e outubro).

Tabela 25. Maranhão: Receitas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até ago/18), Cresc. (%), Variação Absoluta, Percentual de Trans. Correntes/Rec. Total, Rec. Trib./Rec. Total e ICMS/Rec. Tributárias – 2016 e 2017, ago/17 e ago/18

DESCRIÇÃO	2017*	2018*	ago/17	ago/18	Crescimento (%)		Var. Absoluta	
					2018*/2017*	ago18/ago17	2018*-2017	Ago18-Ago17
Total Geral	10.779,7	11.535,8	1.351,2	1.273,1	7,0	-5,8	756,1	-78,0
RECEITAS CORRENTES	11.556,9	12.082,8	1.416,9	1.418,8	4,6	0,1	526,0	1,9
RECEITA TRIBUTÁRIA*	4.822,2	5.085,0	599,8	694,1	5,5	15,7	262,8	94,3
ICMS	4.021,1	4.277,8	527,4	624,4	6,4	18,4	256,7	97,0
FUMACOP	190,6	198,3	24,5	28,6	4,0	17,0	7,7	4,2
IPVA	378,7	366,2	24,2	17,4	-3,3	-28,0	-12,5	-6,8
ITCD	10,6	9,8	2,6	2,3	-7,5	-13,0	-0,8	-0,3
DEMAIS RECEITAS	221,2	232,9	21,1	21,4	5,3	1,0	11,8	0,2
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	356,8	377,1	61,8	59,3	5,7	-4,0	20,3	-2,4
RECEITA DE SERVIÇOS	203,7	246,8	31,3	30,6	21,2	-2,2	43,2	-0,7
RECEITA PATRIMONIAL	216,9	275,6	19,3	5,3	27,0	-72,7	58,7	-14,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.728,7	5.874,6	667,4	605,9	2,5	-9,2	145,9	-61,6
CIDE	39,4	35,4	0,0	0,0	-10,2	-	-4,0	0,0
FPE	4.303,9	4.459,7	484,2	503,3	3,6	3,9	155,8	19,0
SAÚDE-SUS FUNDO A FUNDO	300,9	264,3	35,2	34,2	-12,2	-3,0	-36,7	-1,0
FUNDEB	872,8	902,3	104,7	46,7	3,4	-55,4	29,5	-58,0
TRANSF. COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB	425,2	466,6	47,2	46,7	9,7	-1,0	41,3	-0,5
TRANSF. RECURSO DO FUNDEB	447,6	435,8	57,5	0,0	-2,6	-	-11,8	-57,5
Outras Transferências Correntes	211,6	212,9	43,2	21,7	0,6	-49,8	1,2	-21,5
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	228,5	223,6	37,2	23,6	-2,1	-36,6	-4,9	-13,6
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	406,3	379,5	61,6	15,0	-6,6	-75,7	-26,8	-46,6
RECEITAS DE CAPITAL	342,9	648,6	54,6	36,0	89,1	-34,0	305,6	-18,6
ALIENAÇÃO DE BENS	0,0	0,6	0,0	0,0	-	-	0,6	0,0
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,3	0,0	0,0	0,0	-95,7	-95,7	-0,3	-0,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	228,1	553,8	52,0	14,5	-	-72,0	325,7	-37,5
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12,2	11,1	2,6	0,1	-8,3	-95,6	-1,0	-2,4
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	102,3	83,0	0,0	21,3	-18,9	-	-19,4	21,3
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.526,5	-1.575,1	-181,8	-196,7	3,2	8,1	-48,7	-14,8

Fonte: SEPLAN/MA *Dados de Arrecadação Tributária fonte SEFAZ/MA (SIAT)

Destaca-se dentre as Receitas de Capital o item relativo às Operações de Crédito. O enrijecimento desse item pode trazer implicações a capacidade de manutenção de um elevado volume de investimentos no futuro. Na comparação entre os meses de agosto de 2017 e 2018, verifica-se a contabilização de R\$ 52,0 bilhões com BB/BNDES, que reduziu para R\$ 14,5 bilhões neste ano. No entanto, no acumulado do ano até agosto esta rubrica ainda registra crescimento real, que refletem a contabilização de R\$ 389,2 milhões em operações com BB/BNDES somados a outros R\$ 164,7 milhões com a Caixa Econômica Federal.

A **Tabela 26** abaixo mostra a arrecadação de ICMS por setor econômico e grupo de atividade, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), até julho de 2018. A diferença de base decorre dos dados serem provenientes de metodologias diferentes.

No comparativo interanual, verifica-se a continuidade do decréscimo da arrecadação do tributo no Setor Primário, consequência do desempenho negativo da atividade Pecuária (-19,9%, R\$ -4,5 milhões), principal fonte de arrecadação do setor, associado a desempenho negativo também das atividades de Pesca e Aquicultura (-0,1%, R\$ -163,1 mil) e Produção Florestal (-83,8%, R\$ -5,2 milhões).

As projeções para a produção de grãos permanecem positivas (**Ver sessão Produção Agrícola**). A estimativa de que a produção do ano corrente supere a do ano passado é fator que favorece a arrecadação do setor agrícola que até o mês de jul/18 apurou R\$ 6,1 milhões, 3,3% superior à arrecadação do mesmo período de 2017.

A Energia Elétrica e o Comércio Varejista participam, juntos, com uma média de 25% do total arrecadado com o ICMS no Setor Terciário e apenas esses dois segmentos vem mantendo, durante o ano, desempenho positivo. Por mais que o ritmo de recuperação do comércio varejista ampliado no Estado tenha se reduzido ao fim do primeiro semestre do ano, a arrecadação do segmento se mantém positiva com crescimento real de 4,6% (R\$ +25,2 milhões) e em termos de participação relativa no setor agregado superou o Comércio Atacadista.

- Como resultado da queda do volume de vendas de veículos no ano, a arrecadação do imposto no segmento *Comércio a varejo de automóveis, camionetas, e utilitários novos* registrou decréscimo (-11,6%, R\$ -522,4 mil), e não sinalizou melhora no mês de julho (-19,3%, R\$ +115,6 mil). O mercado de veículos usados também mostrou situação pessimista, mas mostrou certa recuperação com crescimento de +20,8% entre jul/18 e jul/17.

Tabela 26. Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor de Atividade Econômica: Valores Constantes (IPCA até ago/18) em R\$ Milhões, Part. %, cresc. e Var. Absoluta - 2016, 2017, jul/17 e jul/18

SETOR	GRUPO DE ATIVIDADE	Acum. do Ano		Julho		Participação				Cresc (%)		Var. Abs.	
		2017* (a)	2018* (b)	2017 (c)	2018 (d)	(a)	(b)	(c)	(d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
PRIMÁRIO	Agricultura	5,9	6,1	0,9	0,8	0,2	0,2	0,2	0,1	3,3	-6,2	0,2	-0,1
	Pecuária	22,5	18,0	3,2	2,4	0,6	0,5	0,6	0,4	-19,9	-26,5	-4,5	-0,9
	Pesca e aquicultura	0,6	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-26,5	-52,2	-0,163	0,0
	Produção florestal	6,2	1,0	0,3	0,3	0,2	0,0	0,1	0,0	-83,8	-19,5	-5,2	-0,1
	Primário	35,2	25,5	4,5	3,5	1,0	0,7	0,8	0,6	-27,4	-22,7	-9,6	-1,0
SECUNDÁRIO	Combustível	956,4	1.042,3	149,0	190,0	26,7	27,8	27,5	32,0	9,0	27,5	85,9	41,0
	Energia elétrica	6,8	94,2	1,5	4,4	0,2	2,5	0,3	0,7	1295,5	197,9	87,5	2,9
	Ind. de transformação	500,0	537,3	80,6	88,1	13,9	14,3	14,9	14,8	7,5	9,3	37,3	7,5
	Indústria extrativista	5,1	4,8	0,8	0,8	0,1	0,1	0,2	0,1	-6,1	-4,6	-0,3	0,0
	Indústrias - outras	0,7	1,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	47,9	-8,7	0,3	0,0
	Secundário	1.468,9	1.679,6	232,0	283,4	41,0	44,7	42,8	47,8	14,3	22,2	210,7	51,4
TERCIÁRIO	Combustível	128,8	86,5	22,8	9,6	3,6	2,3	4,2	1,6	-32,8	-57,9	-42,3	-13,2
	Comércio atacadista	621,8	569,4	86,8	95,4	17,3	15,2	16,0	16,1	-8,4	9,9	-52,4	8,6
	Comércio varejista	545,6	570,8	78,3	79,5	15,2	15,2	14,4	13,4	4,6	1,6	25,2	1,3
	Energia elétrica	357,3	444,7	60,1	70,9	10,0	11,8	11,1	11,9	24,5	17,9	87,4	10,8
	Outros serviços	44,2	40,7	6,7	5,6	1,2	1,1	1,2	0,9	-7,8	-16,2	-3,4	-1,1
	Serv. de comunicação	251,0	217,2	34,5	28,9	7,0	5,8	6,4	4,9	-13,4	-16,3	-33,8	-5,6
	Serviços de transporte	131,7	120,1	16,0	16,5	3,7	3,2	3,0	2,8	-8,8	3,0	-11,6	0,5
	Terciário	2.080,4	2.049,4	305,1	306,4	58,0	54,6	56,3	51,6	-1,5	0,4	-30,9	1,2
Total	3.584,4	3.754,7	541,6	593,2	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	9,5	170,3	51,6	

Fonte: SEFAZ/MA

- O grupamento de atividades do Comércio Atacadista apresentou a maior perda de arrecadação em 2018, destacam-se as atividades: *Com. atac. de cerveja, chope e refrigerante* (R\$ -22,7 milhões), *Com. atac. de cosméticos, e produtos de perfumaria* (R\$ -7,8 milhões) e *Com. atac. de carnes bovinas e suínas e derivados* (R\$ -5,9 milhões).

O baixo volume de água nos reservatórios das hidrelétricas implicou no acionamento das termelétricas, que geram energia a custo mais elevado. Com o acionamento das termelétricas entrou em vigor a partir de junho a bandeira tarifária vermelha no patamar 2¹⁵, fator que pode explicar a elevação da arrecadação de ICMS no ano com Energia Elétrica tanto no Setor Secundário como no Terciário: Geração de Energia (R\$ +87,4 milhões), Distribuição de Energia Elétrica (R\$ +81,9 milhões).

3.4.2. Despesas Estaduais

O aumento das despesas correntes relacionadas à operação dos novos hospitais, escolas e efetivo de segurança, assim como o impacto da desvalorização cambial no custeio da dívida, desafiam a gestão

A **Tabela 27** abaixo mostra que no acumulado de 2018 de janeiro a agosto, a Despesa Total do Maranhão atingiu R\$ 13,2 bilhões, 8,0% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 12,2 bilhões. As Despesas Correntes contribuíram com R\$ 639,8 milhões para esse avanço, agregado ao aumento de R\$ 345,5 milhões das Despesas de Capital.

Os Investimentos do Governo Estadual foram acelerados no primeiro semestre de 2018, e a tendência é que esse ritmo seja reduzido na segunda metade do ano devido a implicação do aumento de custeio por efeito do tempo de maturação atingido. Essa dinâmica fica aparente ao observar os

¹⁵ Cobrança adicional de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

números do mês de agosto, pois verifica-se uma redução do ritmo de crescimento dos gastos de capital, notadamente puxada pela queda dos Investimentos, que em termos reais atingiu -36,4% (R\$ -96,9 milhões) frente ao mesmo mês de 2017. Assim, o menor volume em gastos de capital determinou o ritmo mais lento do crescimento do agregado total no comparativo intermensual, mesmo com a constante ampliação do gasto corrente (+3,4%, R\$ +46,3 milhões).

A abertura do item *Outras Despesas Correntes* mostra os principais pontos de pressão: além das aplicações diretas de *Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica* (R\$ +131,2 milhões), *Despesas de exercícios anteriores* (R\$ +131,1 milhões) e *Aux. financeiro a estudantes* (R\$ +28,3 milhões), destacam-se as *Transferências fundo a fundo* para os municípios destinadas à saúde (R\$ +37,6 milhões).

- Em relação às despesas com Pessoal e Encargos em 2018, além da folha com pessoal civil (+3,8%) e militar (+16,9%), destacam-se dentre as aplicações diretas o crescimento real das Contratações por tempo determinado (R\$ +6,3 milhões), que diz respeito a serviços de manutenção patrimonial, bem como os repasses de Aposentadorias do RPPS, reserva remunerada e reformas dos militares (+33,7 milhões).

Tabela 27. Maranhão: Despesas do Estado a Valores Constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA até ago/18), Cresc. (%) de 2016, 2017, ago/17 e ago/18

DESCRIÇÃO	Acumulado do ano		Agosto		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
	2017	2018	2017	2018	18/17	Ago18/ Ago17	18- 17	Ago18- Ago17
TOTAL GERAL	12.284,7	13.270,0	1.676,5	1.756,3	8,0	4,8	985,3	79,8
Despesas Correntes	10.355,5	10.995,4	1.373,7	1.420,0	6,2	3,4	639,8	46,3
Pessoal e Encargos Sociais	5.642,4	5.800,7	694,1	737,6	2,8	6,3	158,3	43,6
Juros e Encargos da Dívida	290,2	287,3	19,1	75,1	-1,0	-	-2,9	56,0
Outras Despesas Correntes	4.422,8	4.907,3	660,5	607,2	11,0	-8,1	484,5	-53,3
Aplicações Diretas	2.986,0	3.341,9	501,9	416,7	11,9	-17,0	355,9	-85,3
Auxílio Financeiro a Estudantes	18,0	46,4	2,3	3,3	-	41,9	28,3	1,0
Despesas de Exercícios Anteriores	69,4	200,4	5,2	4,1	-	-20,5	131,1	-1,1
Locação de Mão-de-Obra	234,2	263,8	23,1	27,2	12,7	17,6	29,6	4,1
Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.893,6	2.024,8	358,8	270,3	6,9	-24,7	131,2	-88,5
Transf. a Municípios	1.280,3	1.340,1	140,7	175,1	4,7	24,4	59,8	34,3
Transf. a Municípios – Fundo a Fundo	76,8	114,4	3,8	5,5	48,9	44,8	37,6	1,7
Outras	79,5	110,7	13,9	9,8	39,1	-29,3	31,2	-4,1
Despesas de Capital	1.929,1	2.274,6	302,7	336,2	17,9	11,1	345,5	33,5
Investimentos	1.365,9	1.484,1	265,9	169,0	8,7	-36,4	118,2	-96,9
Amortização da Dívida	449,4	459,4	33,4	156,0	2,2	-	9,9	122,6
Inversões financeiras	113,6	331,0	3,3	11,2	-	-	217,4	7,9
Serviço da Dívida¹	303,9	287,4	19,1	75,2	-5,4	-	-16,5	56,0

Fonte: SEPLAN/MA¹Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida

Até julho, o Serviço da Dívida permaneceu em trajetória favorável, com decréscimo de R\$ 72,6 milhões, dos quais R\$ -59 milhões em Juros e Encargos da Dívida e R\$ -112,8 milhões em Amortização da Dívida. Contudo, o início do segundo semestre de 2018 sinaliza alguns indícios que se colocam como desafios à continuidade da melhora da composição das despesas do Estado. Por um lado, a desvalorização cambial que se acelerou no início do mês de agosto, traz implicações negativas sobre o serviço da dívida externa. O volume pago de Juros e Encargos da Dívida (-1,0%, R\$ -2,9 milhões) diminuiu em menor ritmo, e foi totalmente compensado pela elevação da Amortização da Dívida (+2,2%, R\$ +9,9 milhões), no acumulado do ano até agosto. Por outro, o decréscimo dos Investimentos antecipa o efeito negativo, no lado das despesas, que as reduções de Operações de Crédito podem causar sobre a capacidade de sustentar um elevado volume de investimentos no futuro.